

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras



O Impacte do Acórdão Bosman na Estrutura Desportiva Europeia

Pedro Tiago da Silva Ferreira

Mestrado em Políticas Europeias

2008

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras



O Impacte do Acórdão Bosman na Estrutura Desportiva Europeia

orientado pelo Professor Doutor José Manuel Simões

Pedro Tiago da Silva Ferreira

Mestrado em Políticas Europeias

2008

ÍNDICE

RESUMO EM PORTUGUÊS	4
PALAVRAS-CHAVE EM PORTUGUÊS	5
RESUMO EM INGLÊS	6
PALAVRAS-CHAVE EM INGLÊS	8
RESUMO EM ESPANHOL	8
PALAVRAS-CHAVE EM ESPANHOL	10
PREFÁCIO	11
1. INTRODUÇÃO	17
2. ACÓRDÃO BOSMAN	29
O CASO	29
PERSPECTIVA GERAL	37
PRÉ – BOSMAN	37
PÓS – BOSMAN	39
3. CASOS PRECEDENTES	41
WALRAVE E KOCH V UNIÃO CICLISTA INTERNACIONAL	42
DONA V MANTERO	44

UNECTEF V HEYLENS	45
4. CASOS POSTERIORES	52
DELIÈGE	54
LEHTONEN	55
MECA – MEDINA	60
5. ANÁLISE ECONÓMICA	75
Avaliação do programa de implementação do Acórdão Bosman	77
6. ANÁLISE DESPORTIVA	100
7. MOBILIDADE	123
8. DESPORTO PROFISSIONAL, NÃO – AMADOR E AMADOR	159
9. ACTIVIDADE ECONÓMICA VS ACTIVIDADE DESPORTIVA	167
10. De 1996 a 2009	172
11. CONCLUSÃO	196
BIBLIOGRAFIA	205

Nota: Os anexos apenas se encontram disponíveis na versão em cd-rom, pelo que não se encontram neste índice.

RESUMO:

O presente trabalho pretende analisar qual o impacto produzido pelo surgimento do acórdão Bosman na estrutura desportiva dos países comunitários.

Este acórdão, emitido pelo Tribunal Europeu de Justiça em Dezembro de 1995, veio interferir com a realidade do desporto profissional e não-profissional presente nos países Estados-Membros da UE, tanto na sua vertente económica como na sua vertente desportiva.

A presente tese propõe-se identificar quais os aspectos nocivos e positivos que esta nova regulamentação trouxe à estrutura desportiva comunitária nas duas vertentes acima mencionadas. Após a apresentação de uma perspectiva geral, onde o caso Bosman, em concreto, é detalhadamente explanado, bem como alguns casos precedentes que criaram jurisprudência para a decisão final do Tribunal Europeu de Justiça no respeitante a esta matéria e, igualmente, alguns casos posteriores para os quais o próprio acórdão Bosman criou jurisprudência, esta dissertação envereda pela análise dos aspectos anteriormente mencionados sendo que, para tal, se sub-divide nos seguintes capítulos:

- Análise económica – onde nos centramos na análise do alargamento da lei da mobilidade ao desporto, de um ponto de vista da ciência Económica.
- Análise desportiva – onde escrutinamos as consequências, do foro desportivo, que advieram do surgimento do acórdão Bosman.

- Mobilidade – este capítulo é reservado à análise do aumento do fluxo de migrações de desportistas profissionais após o surgimento do acórdão Bosman, onde o futebol é utilizado como caso de estudo.
- Desporto profissional, não-amador e amador – neste capítulo justificamos a razão pela qual a lei da mobilidade não se aplica somente a atletas profissionais.
- Actividade económica vs actividade desportiva – são formuladas conclusões, justificadas, acerca das razões pelas quais se poderá considerar que, do ponto de vista económico, o acórdão Bosman é um sucesso mas, do ponto de vista desportivo, veio arruinar a competitividade existente, pré-Bosman, entre clubes ricos e clubes de menor dimensão.
- De 1996 a 2009 – elaboramos, neste capítulo, uma cronologia de tudo o que tem sido feito pelas instâncias comunitárias e desportivas desde o surgimento do acórdão Bosman.
- Conclusão – este capítulo visa, como o próprio nome indica, concluir o trabalho, reflectindo sobre tudo o que nele é mencionado.

PALAVRAS-CHAVE:

- União Europeia

- Política

- Desporto
- Mobilidade

ABSTRACT:

This work intends to analyse the impact that has been produced by the Bosman judgement in the sporting structure of the EU countries.

This judgement, which comes up as the result of the European Court of Justice's decision on the Bosman case, has interfered with the sporting structure of EU members, regarding both professional and non-professional sporting activity, as far as both sport and economy are concerned.

The main goal of this thesis is to identify the aftermath of the above mentioned ruling, exploring both its positive and negative aspects that have been reflecting on EU sport. After a thorough overview, where the genesis of the Bosman ruling is duly explained, along with several preceding cases that had created case-law that contributed for the European Court of Justice's final decision, as well as some post Bosman cases to which this ruling, in turn, created case-law, this dissertation branches out to its core, which consists of the analysis of the above mentioned aspects. In order to achieve this goal, the thesis has been divided as follows:

- Economic analysis – this chapter focuses on the application of EU mobility law to sport, from the Economic science point of view.

- Sporting analysis – this chapter lists the consequences that the Bosman ruling produced on sport.
- Free movement – this chapter thoroughly describes and analyses the increase, on football, in the movement of professional players who are nationals from different EU member states, since the Bosman judgement up until now.
- Professional, non-professional and amateur sport – this chapter is dedicated to explaining the reasons why mobility law is also applicable beyond professional sport.
- Economic activity v sporting activity – this chapter draws the conclusions that justify that, from an economic standpoint, the Bosman judgement has been a huge success; at the same time, from a sporting standpoint, it has been a huge fiasco, since it has been destroying the competitiveness that used to exist, before the Bosman ruling, between rich clubs and clubs from a lower dimension.
- From 1996 to 2009 – in this chapter, a chronology is shown depicting everything that has been done since the Bosman judgement until present day by both EU authorities and sport authorities.
- Conclusion – this chapter concludes this work, reflecting on everything that has been mentioned.

KEYWORDS:

- European Union
- Politics
- Sport
- Mobility

RESUMEN:

Este trabajo pretende analizar el impacto producido por la sentencia Bosman en la estructura deportiva de los países comunitarios.

Esta sentencia, emitida por el Tribunal Europeo de Justicia, ha interferido con la realidad del deporte profesional y no-profesional en los países miembros de la UE, en su vertiente económica y deportiva.

Esta tesis se propone identificar cuales son los aspectos nocivos y positivos que la nueva reglamentación ha traído a la estructura deportiva comunitaria en las dos vertientes mencionadas. Después de una presentación general, donde el caso Bosman es detalladamente explicado, así como algunos casos precedentes que crearon jurisprudencia para la decisión final del Tribunal Europeo de Justicia, bien como algunos casos posteriores en los cuales Bosman ha, por su turno, creado jurisprudencia, esta disertación analiza los

aspectos anteriormente mencionados siendo que, para lograrlo, se divide en los siguientes capítulos:

- Análisis económico – nos centramos en el análisis del alargamiento de la ley de la movilidad al deporte, del punto de vista de la ciencia económica.
- Análisis deportivo – son enumeradas las consecuencias que la sentencia Bosman ha producido en el deporte comunitario.
- Movilidad – este capítulo está reservado al análisis del aumento del flujo de migraciones de deportistas profesionales después del surgimiento de la sentencia Bosman, donde el fútbol es presentado como caso de estudio.
- Deporte profesional, no profesional y amateur – en este capítulo justificamos las razones por las cuales la ley de la movilidad no se aplica solamente al deporte profesional.
- Actividad económica vs actividad deportiva – son formuladas conclusiones, justificadas, sobre las razones por las cuales se podrá considerar que, de un punto de vista económico, la sentencia Bosman es un éxito pero, de un punto de vista deportivo, ha arruinado la competitividad existente, pré-Bosman, entre clubes ricos y clubes de menor dimensión.
- De 1996 hasta 2009: elaboramos, en este capítulo, una cronología mostrando todo que ha sido hecho, por parte de las autoridades comunitarias y de las deportivas desde el surgimiento de la sentencia Bosman.

- Conclusión – este capítulo, como su nombre indica, concluye el trabajo, reflexionando sobre todo que ha sido dicho.

PALABRAS-CLAVE:

- Unión Europea
- Política
- Deporte
- Movilidad

PREFÁCIO

A presente dissertação é trabalho final de Mestrado em Políticas Europeias. O tema que nela me proponho analisar é corolário do facto de que Política, Economia, Direito e Desporto, à primeira vista actividades da sociedade humana deveras distintas estão interligadas, muito mais intimamente do que poderá, a olho nu, parecer ao observador incauto.

A razão pela qual decidi aflorar este tema neste trabalho final de Mestrado prende-se, singelamente, com o seguinte: adoro desporto. Sempre adorei e, muito provavelmente, continuarei a adorar durante toda a minha vida. Desporto em geral, futebol em particular, muito por influência do meu pai que, desde cedo, me arrastou com ele para o já não existente Estádio da Luz, para ver e apoiar o “nosso” Benfica. Mais do que respeito e admiração por essa instituição, da qual muito me prezo de ser sócio, ficou, desde tenra idade, a mais profunda admiração e paixão por tudo o que seja competição. O futebol tem um lugar especial reservado no meu coração porque, ao contrário de todos os outros desportos (basquetebol, através da NBA, ténis, râguebi, hóquei, andebol, voleibol e muitos outros de uma lista muito longa que, por impertinência, não me atrevo a elaborar exaustivamente) é o único que eu vejo com algum grau de emoção, – contrariamente a todos os outros, aos quais assisto devido à vertente espectáculo, mas cujos vencedores me são indiferentes – no qual tomo o partido do meu clube ou da selecção nacional do meu país. Fazendo minhas as palavras de Nick Hornby, “I can recall nothing else that I have coveted for two decades (what else *is* there that can reasonably

be coveted for that long?), nor can I recall anything else that I have desired as both man and boy.”¹

De facto, o futebol teve tão grande influência sobre mim que, aos catorze anos de idade, decidi tornar-me árbitro de futebol de onze, por influência de um colega de trabalho do meu pai – colega esse que era árbitro – que, sabendo da minha paixão pelo jogo, me convidou para tirar o curso de árbitro de futebol de onze. Volvidos onze anos, ainda hoje tenho o orgulho de fazer parte dos quadros do Conselho de Arbitragem da Associação de Futebol de Lisboa.

Quando decidi frequentar o Mestrado em Políticas Europeias, após ter concluído a minha licenciatura em LLM – Estudos Ingleses e Espanhóis, não tinha qualquer ideia sobre que tema deveria incidir a minha dissertação de Mestrado. Obviamente, teria que ser um tema *Político* – mas, pensando bem, que actividade da sociedade contemporânea não está, directa ou indirectamente, sob o escopo da Política? Com o alívio de saber que nunca poderia errar, por impertinência, na questão do tema, a verdade é que esta constatação não me ajudou em nada no meu objectivo de delinear um tema concreto e que fosse, ao mesmo tempo, interessante, quer para todos aqueles que queiram reflectir sobre determinado assunto, quer para a minha própria pessoa, uma vez que todos os que se propõem fazer uma dissertação têm, obrigatoriamente, que fazê-la acerca de algo que lhes seja prazenteiro, sob pena de, caso não o façam, a elaboração do trabalho tornar-se um castigo que, inerentemente, lhes ensombrará a qualidade do dito trabalho, bem como a alegria proporcionada pela sua conclusão.

¹ Hornby, Nick (1992) *Fever Pitch*. Victor Gollancz P.191

Partindo desta premissa, não me foi difícil concluir que a dissertação teria que estar ligada à actividade que mais prazer me dá efectuar e assistir: a actividade desportiva.

Mas, no imediato, uma questão ensombrou o meu espírito: como vou ligar desporto à política? É que, à primeira vista, são duas actividades que não têm ligação. É um facto que as organizações desportivas têm estatuto de utilidade pública mas, por via desse mesmo estatuto, que lhes confere o poder de organizar provas desportivas, bem como regulamentar e tomar medidas disciplinares contra os agentes desportivos sem interferência exterior, o desporto consegue demarcar-se da política, embora tal facto seja propiciado pelo próprio Estado, através da atribuição do estatuto de utilidade pública às federações desportivas.² (ver em anexo)

Em resumo, o desporto é independente da política porque o Estado assim o permite; no entanto, tal como o permite, poderá eventualmente deixar de o permitir, nos termos dispostos na lei.³

A conclusão a que facilmente chegamos é que o desporto é, afinal, um ramo da política. Poderá não o parecer, porque se rege a si próprio, mas apenas o faz porque o poder político assim o permite.

Assim sendo, apenas um aspecto ficara por limar: que aspecto do desporto poderia eu explorar que estivesse ligado não só à política, por si só mas, fundamentalmente, às Políticas Europeias, objecto de estudo do Mestrado que, à data, eu acabara de iniciar?

² Decreto-Lei n.º 144/93 de 26 de Abril, artº 2, artº 4, artº 7, artº 8, artº 12, artº 13.

³ Decreto-Lei n.º 144/93 de 26 de Abril, artº 18

Fosse qual fosse, teria que ser um aspecto onde política e desporto se mesclassem, onde um interferisse, de forma anormalmente substancial, na esfera do outro.

E foi quando eu me lembrei de uma situação, ocorrida em 1995 que, vulgar e incorrectamente, é conhecida por “Lei Bosman”.

Incorrectamente porque a “Lei Bosman” não é uma lei, é um acórdão de um Tribunal. Apesar de tudo, poder-se-ia dizer que este acórdão tem a força de uma lei. E é precisamente este aspecto que, por amalgamar política e desporto, decidi adoptar como tema da presente dissertação pois, na realidade, o que ocorre é uma decisão puramente política, tomada pelo Tribunal Europeu de Justiça – é, obviamente, uma decisão política porque foi tomada por um dos órgãos do Poder Político da União Europeia, no caso o órgão ao qual incumbe a função jurisdicional da União – sobre matéria que veio afectar, única e exclusivamente, a estrutura desportiva europeia, não só dentro da UE como, em primeira análise, poderá parecer, mas em toda a Europa tal como, oportunamente, tenho oportunidade de explicar no decurso do presente trabalho.

Encontrado o tema, esbarrou-se-me uma última dificuldade: sendo o Mestrado em Políticas Europeias, ser-me-ia legítimo dissertar sobre uma questão de Direito?

Para além disso, ser-me-ia legítimo dissertar sobre uma questão que pertence, sobremaneira, à ciência Económica uma vez que, e citando o artigo 2 do Tratado de Roma, “A Comunidade tem como missão (...) promover, em toda

a Comunidade, o desenvolvimento harmonioso e equilibrado das actividades económicas, (...)” sendo que, para a UE, o desporto apenas cai sob o jugo desta legislação desde que constitua uma actividade económica?

Creio que a resposta é afirmativa e que, portanto, me é legítimo dissertar sob um tema que cai no domínio do Direito e da Economia, na medida em que também cai sob o domínio das Políticas Europeias. Obviamente, qualquer opinião em contrário é legítima e terá, forçosamente, de ser aceite mas, a não ser concordante com a minha, levanta-se, obrigatoriamente, a seguinte questão: que actividade, na sociedade contemporânea global em que co-habitamos, não tem uma vertente política, económica e jurídica?

Se se considerar ilegítimo a alguém dissertar sobre questões de Direito, de Política ou de Economia devido ao facto de não ter formação superior nas respectivas áreas então, nesse caso, dificilmente haverão futuras teses ou dissertações, pois não existe nenhum tema que, directa ou indirectamente, não seja tocado por todas as ciências supracitadas. E mais raro será encontrar alguém disposto a adquirir formação superior em todas estas áreas só para poder elaborar uma dissertação.

Posto isto, considerámos, tanto eu como o meu orientador, o Professor Doutor José Manuel Simões, a quem desde já agradeço toda a prestimosa colaboração na elaboração deste trabalho, sem a qual ele não seria possível, que este projecto teria toda a viabilidade, com a ressalva de que ele se centrasse nas ramificações políticas aventes do caso Bosman; obviamente, não poderíamos omitir ou sonegar quer as ramificações económicas, quer as questões de Direito mas, por nenhuma dessas ciências ser o objecto de estudo

fulcral deste Mestrado em Políticas Europeias, nenhuma delas é escrutinada com o rigor empregue para as ramificações políticas, não só por eu não ter formação superior em nenhuma das áreas como, igualmente, por carecer de praticabilidade. Se, por hipótese, tivéssemos competência formativa para efectuar análises profundas do ponto de vista das ciências Política, Económica e do Direito, este trabalho teria, pelo menos, o triplo do seu tamanho o que, por si só, não seria garantia de qualidade; muito pelo contrário, arrisco-me a dizer que tal projecto seria infrutífero, pois as análises profundas atropelar-se-iam umas às outras e tornariam a formulação de uma conclusão impossível até porque, conforme o leitor terá oportunidade de constatar, no final deste trabalho, não há apenas uma conclusão possível, seja qual for o ponto de vista adoptado; imagine-se a mescla de conclusões a que chegaríamos se, por ventura, optássemos por analisar o caso Bosman a partir de todas as suas vertentes possíveis.

Reiterando os meus agradecimentos ao Professor Doutor José Manuel Simões, e à Professora Doutora Teresa Alves, que nos pôs em contacto um com o outro, gostaria ainda de deixar uma palavra de agradecimento para o Professor Doutor José Manuel Meirim cujo contributo foi essencial para que esta tese chegasse a bom porto. Deixo uma última palavra de agradecimento à minha família, que sempre me tem apoiado. Sem vocês, nem este trabalho, nem os outros que eu já fiz, nem os que ainda estão para ser elaborados seriam possíveis.

Lisboa, 9 de Novembro de 2008

Pedro Tiago da Silva Ferreira

O IMPACTE DO ACÓRDÃO BOSMAN NA ESTRUTURA DESPORTIVA EUROPEIA

1.INTRODUÇÃO

OBJECTIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DA PRESENTE TESE:

A presente dissertação tem como objecto de estudo as consequências avenges da decisão tomada pelo Tribunal Europeu de Justiça a 15 de Dezembro de 1995, que ficou conhecida como “Acórdão Bosman”, e que consiste tão-somente na decisão, por parte do referido Tribunal, em alargar a lei da mobilidade que vigora no espaço comum europeu à estrutura desportiva dos países comunitários.

Este estudo incidirá sobre dois vectores fundamentais, sendo que ambos têm vindo a influenciar e a mudar, drasticamente, toda a estrutura desportiva Europeia. O desporto⁴, tal como todas as outras áreas da vida, assenta numa base económica e, para regulamentar quer a base económica,

⁴ Utilizamos, como definição de desporto, a definição apresentada no artigo 2º nº1 alínea a) da Carta Europeia do Desporto, de 1975, que diz: “Entende-se por “desporto” todas as formas de actividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis.”

quer a base específica da actividade em questão – neste caso, poderemos falar numa base desportiva – é necessária a intervenção do Direito. No caso específico do desporto, é seguro concluir que, por um lado, temos os interesses puramente desportivos cuja existência é essencial para o bom funcionamento e exequibilidade da competição – de entre estes interesses incluem-se as leis do jogo, que regulamentam o número de atletas, o número de membros da equipa de arbitragem, as dimensões do terreno de jogo, o número de equipas participantes numa determinada divisão, o critério utilizado para promoções/despromoções, entre muitos outros – e, por outro lado, existe o aspecto económico da actividade desportiva, igualmente fundamental não para se praticar desporto, mas para sustentar toda a estrutura profissional e, igualmente, não profissional.

Transversal à vertente económica e à vertente puramente competitiva da actividade desportiva está o Direito, presente quer na elaboração das leis do trabalho que regulam o mercado comum da UE – e, inerentemente, a metade negócio do desporto – quer nas leis desportivas que permitem a existência de competição.

Reconhece-se aqui a presença do Direito apenas e só porque esta será referida constantemente, quer quando se aborde a temática das migrações – cujo aumento desde o acórdão Bosman será detalhadamente analisado – quer quando o assunto discutido seja o do enriquecimento dos clubes mais ricos e, consequentemente, o empobrecimento dos mais pobres. Por este prisma, é importante reconhecer que existem leis que regulamentam quer a competição, do ponto de vista estritamente desportivo, quer o mercado, do ponto de vista

económico, leis essas que, no entanto, chocam, frequentemente, frontalmente entre si.

Seria impossível realizar esta dissertação sem mencionar a existência do Direito e as várias leis que regulamentam a actividade desportiva, tanto na sua vertente económica como na sua vertente competitiva, tal como não é possível omitir as várias contradições existentes entre os regulamentos da FIFA e os emanados pela UE. No entanto, em momento algum este trabalho se debruçará sobre a análise dessas mesmas leis, pois a sua, validade, eficácia ou constitucionalidade é irrelevante para os objectivos da presente tese, cuja análise incidirá, essencialmente, conforme foi acima referido, em dois grandes vectores: o da vertente económica e o da vertente puramente desportiva.

Convém, no entanto, igualmente esclarecer que a vertente económica será apenas analisada enquanto vertente económica da actividade desportiva. Isto significa que esta análise não incidirá sobre os aspectos económicos que regulamentam o mercado comum da UE, pois não faz parte dos objectivos do presente trabalho constatar as evoluções e flutuações do mercado desde o aparecimento do acórdão Bosman, nem se este teve influência directa nessas mesmas flutuações. As referências ao mundo da economia serão circunscritas apenas e só no que à actividade desportiva a actividade económica diga respeito. Referir-se-á, sobretudo, o poderio económico necessário para competir ao mais alto nível nos dias de hoje. Constatar-se-á até que ponto o acórdão Bosman permitiu a criação de autênticos clubes de elite, clubes esses detentores de autênticas fortunas, geradas não só pelo seu mérito desportivo, mas também pelas vendas de *merchandising* relacionado com os seus

principais atletas. Mas esta dissertação não enveredará pela análise de aspectos puramente económicos como, por exemplo, a contratação de atletas asiáticos por parte de clubes que têm como único fim, ao realizarem tal contratação, a abertura e conquista de mercados até há bem pouco tempo inacessíveis e que, tendo em vista este fim, contratam atletas oriundos dessa região do globo, não necessariamente devido ao seu mérito desportivo, mas essencialmente devido à popularidade que um clube que adopte esta estratégia granjeará entre os adeptos oriundos da mesma nação do atleta.

É o caso de, por exemplo, Junichi Inamoto, atleta japonês que, em 2001, com vinte e um anos de idade foi contratado pelo Arsenal mas, no entanto, não disputou qualquer encontro na Premier League durante os dois anos em que esteve ao serviço do clube.⁵

Tal estratégia não tem nada a ver com desporto, é uma estratégia puramente comercial, que faz sentido do ponto de vista económico e empresarial, mas que não ajudará, directamente, o clube a ganhar títulos; quanto muito, ajudará o clube a ganhar ainda mais dinheiro, dinheiro esse que poderá vir a ser utilizado na contratação de algum bom atleta que ajudará, então, à conquista dos tão ansiados títulos; mas esta lógica não é linear, pois estratégias comerciais deste género não vêm, necessariamente, a dar frutos no terreno de jogo e, seguindo estas premissas, a conclusão lógica que se poderá retirar é que muitas das estratégias comerciais empregues pelas instituições desportivas não têm, necessariamente, que ver com a competição desportiva

⁵ Informação retirada em <http://en.wikipedia.org/wiki/Inamoto>

existente no terreno de jogo. Logo, a sua análise não tem lugar nos objectivos da presente dissertação.

Acima de tudo, esta dissertação irá analisar, aí sim, profundamente, as implicações que uma decisão puramente política, pois foi emanada pela UE após deliberação do Tribunal Europeu de Justiça, teve na estrutura do desporto profissional dos países Estados-membros da UE, bem como nalguns países terceiros, pois “quando a CE estabelece acordos mistos de cooperação com países terceiros, (...) desde que os mesmos acordos contenham disposições sobre circulação de pessoas, prevendo em concreto que os trabalhadores de nacionalidade desses países legalmente empregados sobre o território de um dado Estado-membro não possam ser objecto de qualquer discriminação com base na nacionalidade, o *acórdão Bosman* é, igualmente, aplicável”⁶, decisão essa que não teve em atenção as especificidades da actividade desportiva, olhando simplesmente para ela enquanto actividade económica.

Pretendemos, assim, demonstrar que a estrutura desportiva europeia está a ser moldada por acordos, tratados e leis estabelecidas e elaboradas num âmbito completamente alheio ao desporto, graças em grande parte ao *acórdão Bosman*.

Esta posição é reforçada pela própria Comissão Europeia que, no seu Livro Branco sobre o desporto, de 2007, refere que “a discriminação por motivos de nacionalidade está proibida pelos Tratados, que consagram o direito de todos os cidadãos da União a circular e a residir livremente no território dos Estados Membros. Os Tratados visam igualmente abolir qualquer

⁶ Mestre, Alexandre Miguel, *Desporto e União Europeia – uma parceria conflituante?* P.69

discriminação baseada na nacionalidade entre trabalhadores dos diferentes Estados Membros em matéria de emprego, remuneração e outras condições de trabalho e de emprego. As mesmas proibições aplicam-se à discriminação baseada na nacionalidade no que diz respeito à prestação de serviços. Além disso, a pertença a um clube desportivo e a participação em competições são factores relevantes para a promoção da integração dos residentes na sociedade do país de acolhimento.

A igualdade de tratamento abrange igualmente os cidadãos de Estados que tenham assinado com a EU acordos contendo cláusulas de não discriminação, e que trabalhem legalmente no território dos Estados Membros.”⁷

Os vários acordos internacionais, assinados tanto pré como pós Bosman, entre a UE e países terceiros, visando promover o desenvolvimento desses Estados através da criação de condições necessárias à transformação das estruturas políticas e económicas desses mesmos estados, de entre os quais se destacam os acordos europeus com vista a preparar uma possível futura integração – como foi feito, no passado, a título de exemplo, com a Polónia –, a Convenção de Lomé ou o acordo que instituiu o EEE, acabam por influenciar a estrutura desportiva desses mesmos países por via do acórdão Bosman, ou seja, a lei da mobilidade, que não foi elaborada a pensar no desporto, vai incidir sobre a actividade desportiva, neste caso de países terceiros, cujos atletas profissionais passam a usufruir dos mesmos direitos e garantias que as suas contrapartes comunitárias.

⁷ Livro branco sobre o desporto, p.27

É nossa intenção defender que, em virtude de ter certas especificidades não compartilhadas por outras actividades económicas, o desporto não pode estar sujeito à letra da lei que regula estas últimas; não iremos defender a tese da isenção, mas sim a da adaptação. As próprias instâncias comunitárias reconhecem a existência desta especificidade de que falamos, pois admitem que “o desporto tem certas características específicas” e que esta mesma especificidade “pode ser examinada de duas perspectivas”, a saber:

“A especificidade das actividades desportivas e das regras desportivas, como as competições separadas para homens e mulheres, a limitação do número de participantes nas competições, ou ainda a necessidade de garantir a incerteza dos resultados e de preservar um equilíbrio competitivo entre os clubes que participam nas mesmas competições;

A especificidade das estruturas desportivas, nomeadamente a autonomia e a diversidade das organizações desportivas, a estrutura piramidal das competições desde o desporto de base até ao desporto de alto nível, os mecanismos de solidariedade organizados entre diferentes níveis e operadores, a organização do desporto numa base nacional e o princípio de uma única federação por modalidade desportiva.”⁸

No seu *Livro Branco sobre o Desporto*, de 2007, a Comissão Europeia fortalece ainda mais a posição de que o desporto vai para além de uma simples actividade económica:

“A jurisprudência dos tribunais europeus e as decisões da Comissão Europeia provam que a especificidade do desporto tem sido reconhecida e tida

⁸ Livro Branco, p.25

em conta e fornecem orientações para a aplicação da legislação comunitária ao desporto.

Em conformidade com a jurisprudência estabelecida, a especificidade do desporto continuará a ser reconhecida, mas não pode ser interpretada de forma a justificar uma isenção geral da aplicação da legislação comunitária.”

Um dos temas que defenderemos e desenvolveremos ao longo desta dissertação prende-se, conforme fora acima referido, com a necessidade de desenvolvimento de legislação comunitária própria para o desporto, atendendo à sua especificidade, e não de isenção uma vez que é, indubitavelmente, uma indústria, um sector que movimenta, anualmente, milhões de euros. Os princípios desta posição parecem ser semelhantes aos das instâncias comunitárias existindo, de facto, um ponto sobre o qual todos, UE e instâncias desportivas, estão de acordo: “a especificidade do desporto (...) não pode ser interpretada de forma a justificar uma isenção geral da aplicação da legislação comunitária.”

A grande divergência parece, contudo, incidir sobre o que são, em concreto, as especificidades. A Comissão Europeia, no seu *Livro Branco* de 2007, avança com as duas perspectivas acima mencionadas. José Luís Arnaut, no seu *Independent European Sport Review*, de 2006, intenta definir o significado de especificidade do desporto de um ponto de vista legal, analisando-a sobre três vectores fundamentais:

“*Regularity and proper functioning of competitions*”.

“*Integrity of sport*”.

“*Competitive balance*”,

Segundo este relatório, o primeiro aspecto prender-se-ia com “*rules of the game, structure of championships and calendars: rules concerning the composition of national teams; rules relating to the national organisation of sport in Europe (e.g. ‘home and away rule’); rules concerning organisation of sporting competition in the European pyramid structure; rules relating to transfer ‘deadlines’; rules concerning the transfer of players in general; rules to encourage the attendance of spectators to sporting events; rules concerning the release of players for national teams and rules concerning the transfer of players; and rules concerning doping.*

Do segundo aspecto fariam parte: “*rules relating to good governance of clubs – the club licensing system; rules related to the ownership/control/influence of clubs; and rules concerning Players Agents.*

Finalmente, no terceiro aspecto incluir-se-iam: “*rules concerning the local training of players; rules concerning the central marketing of commercial rights; and rules concerning salary caps.*”⁹

Neste elenco de normas, há algumas que são “puramente” desportivas – por “pureza” queremos significar que apenas são encontradas no desporto e suas respectivas ordens normativas, não sendo encontradas em quaisquer outras ordens normativas de outras ordens sociais, sejam estas respeitantes, ou não, a actividades económicas – das quais destacaríamos precisamente as que são mencionadas no início deste capítulo bem como a organização dos calendários, a composição das selecções nacionais, o sistema de golos marcados fora, as regras delimitadoras da libertação de jogadores para as

⁹*Independent European Sport Review*, pp. 26 e 27

selecções, o combate ao doping e a formação de atletas, mencionadas no relatório Arnaut.

Todas as outras regras acima mencionadas, nomeadamente as que compõem *Integrity of sport* e *Competitive balance* – com excepção da formação de atletas –, como o governo dos clubes e o seu respectivo licenciamento, as regras respeitantes aos empresários, aos direitos comerciais e de mercado e aos tectos salariais, não deixando de serem regras desportivas são, simultaneamente, regras de concorrência. Há, no entanto, que fazer a seguinte ressalva: enquanto que as sociedades comerciais (e civis) têm como finalidade o lucro,¹⁰ as associações desportivas, quer sejam conjuntos de agremiações ou clubes, não têm na prossecução do lucro a sua principal actividade.¹¹ A principal actividade de uma associação desportiva é a conquista de títulos desportivos ou, no caso de uma Federação, a organização das competições. A prossecução do lucro, que existe nomeadamente no desporto profissional, é feita somente para garantir a solvência dos clubes pois estes, para competirem, terão, necessariamente, que gerar receitas. Mas, ao contrário do que sucede nas sociedades comerciais (e civis), onde a finalidade da actividade económica é gerar lucro de forma a ser distribuído pelos seus accionistas,¹² nos clubes desportivos o lucro não é finalidade em si mesma;¹³ tem que existir para ser aplicado na verdadeira finalidade, que é a de contratar e formar atletas de qualidade para a obtenção de títulos desportivos. Estas questões serão vastamente desenvolvidas tanto no capítulo *Análise Económica* como *Análise*

¹⁰ Tal como vem consagrado no artigo 980º do Código Civil Português: “Contrato de sociedade é aquele em que duas ou mais pessoas se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício em comum de certa actividade económica, que não seja de mera fruição, a fim de repartirem os lucros resultantes dessa actividade”

¹¹ Enquadram-se, de resto, no espírito das associações mencionadas no artigo 157º do Código Civil Português.

¹² Artigos 980º, 991º e 992º do Código Civil.

¹³ Artigo 157º do Código Civil.

Desportiva, razão pela qual não queremos, para já, adiantarmo-nos muito no desenvolvimento destas temáticas. Temos, no entanto, que chamar a atenção para esta pequena grande diferença: as empresas têm em vista o lucro, ao passo que os clubes desportivos têm em vista a conquista de títulos. Todas estas entidades desenvolvem actividades económicas para prosseguir os seus respectivos fins que, no entanto, são díspares. A actividade económica gerada pelo desporto tem esta *especificidade*: não visa o lucro como fim último. E este motivo, mesmo que outros não existissem, deveria ser suficiente para o entendimento de que não é possível aglutinar, sob os mesmos regulamentos, sociedades que prosseguem fins diferentes.¹⁴

Este não é, para já, o entendimento da UE, que insiste em submeter o desporto comunitário às regras de concorrência delineadas para regular o mercado no qual actuam agentes que prosseguem o lucro. Obviamente, as agremiações desportivas também prosseguem o lucro mas, neste caso, a premissa mais indicada seria: as associações desportivas prosseguem o lucro tendo em vista investi-lo na aquisição de activos (atletas) que lhes permitam alcançar o seu fim último, o da conquista de títulos.

Esta análise terá, obviamente, duas ramificações, – que não são mais do que os dois vectores, referidos anteriormente, sobre os quais toda esta dissertação assenta – pois o caso “Bosman” terá que ser analisado sob dois diferentes prismas, o da actividade económica e o da actividade desportiva. A análise consistirá, sobretudo, na constatação do que compõe cada uma das vertentes, quais os problemas que o acórdão Bosman lhes criou, as

¹⁴ Entendemos, contudo, que, dado o quadro legal vigente, esta é a solução possível; a solução mais “justa” seria, porventura, criar um regime que regulasse verdadeiras empresas sujeitando-as a um regime mesclado com o das associações, pois os clubes desportivos têm simultaneamente o objectivo das últimas e o “*modos operandi*” das primeiras.

alternativas que lhes ofereceu, a pertinência do próprio acórdão em relação ao seu próprio funcionamento, e a apresentação de soluções quer para resolver os problemas criados, quer para tirar a máxima rentabilidade potenciada pela legislação em vigor.

Em suma, o objectivo geral desta dissertação será o de constatar ou a nocividade, ou a pertinência da aplicação da lei da mobilidade, através do acórdão Bosman, à estrutura desportiva europeia, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista desportivo.

2.ACÓRDÃO BOSMAN

O CASO:

O acórdão Bosman, surgido em Dezembro de 1995, não é mais do que a aplicação da lei da mobilidade, consagrada no artigo 48 do Tratado de Roma, à actividade desportiva.

Esta questão surgiu na sequência de uma reivindicação por parte de Jean-Marc Bosman, antigo futebolista Belga, contra o seu anterior clube, o RC Liégeois. Para melhor explicar a génese do conflito socorremo-nos da explicação dada por Dionyssis G. Dimitrakopoulos:

“Bosman was a professional player of RC Liégeois. When his contract expired, the French club US du Littoral de Dunkerque offered to employ him and concluded an agreement with him and a separate agreement with his former employer, RC Liégeois. RC Liégeois, doubtful about the French club’s solvency, did not ask the Belgian League to issue the certificate that was required for the successful completion of the transfer. As a result, the contracts did not enter into force. In addition, the Belgian club suspended Bosman, thereby preventing him from playing for the entire season. Bosman took the Belgian club to the Belgian courts which subsequently asked the ECJ to interpret Art. 48 of the Treaty of Rome (free movement of workers) in relation to the regulations governing the transfer of professional footballers. More specifically, the Belgian court sought to ascertain whether this provision

precluded the application of UEFA-sponsored national regulations under which a professional player could not, upon the expiry of his contract, be employed by a club based in another member state unless the latter paid a fee to his former employer.”¹⁵

Dito por outras palavras, os regulamentos à data em vigor obrigavam ao pagamento de uma transferência, por parte do novo clube, ao antigo clube, mesmo que o contrato entre este último e o atleta tivesse expirado. Bosman processou o Liégois alegando que toda esta regulamentação incorria numa violação do seu direito de, enquanto cidadão da União Europeia, procurar emprego em qualquer outro Estado Membro, ao abrigo do Artigo 48 do Tratado de Roma, alegando que o sistema de transferências então em vigor limitava o seu direito à lei da mobilidade.

A 15 de Dezembro de 1995, o Tribunal Europeu de Justiça, no processo C-415/93, a pedido da *Cour d'appel de Liège* (Bélgica), nos termos do artigo 177 do Tratado da CE, pediu esse destinado a obter, nos litígios pendentes neste órgão jurisdicional entre a *Union royale belge des sociétés de football association ASBL* e Jean-Marc Bosman, entre o *Royal club liégeois SA* e Jean-Marc Bosman, a *SA d'économie mixte sportive de l'union sportive du littoral de Dunkerque*, a *Union royale belge des sociétés de football association ASBL* e a *Union des associations européennes de football* (UEFA), e entre a *Union des associations européennes de football* (UEFA) e Jean-Marc Bosman, uma decisão a título prejudicial sobre a interpretação dos artigos 48., 85. e 86. do Tratado CEE, deliberou o seguinte:

¹⁵ Dimitrakopoulos, Dionyssi G. – (2006) – *Government and Opposition*. Blackwell Publishers Ltd. P.6.

Sumário:¹⁶

3. *“(...) a prática de desportos só é abrangida pelo direito comunitário na medida em que constitua uma actividade económica na acepção do artigo 2. do Tratado. É o caso da actividade dos jogadores de futebol, profissionais ou semi-profissionais, uma vez que exercem uma actividade assalariada ou efectuam prestações de serviços remuneradas.”*

4. *“Para efeitos da aplicação das disposições comunitárias relativas à livre circulação dos trabalhadores, não é necessário que a entidade patronal tenha a qualidade de empresa, apenas se exigindo a existência de uma relação de trabalho ou a vontade de estabelecer tal relação.”*

5. *“Regras que regulam as relações económicas entre as entidades patronais de um sector de actividade são abrangidas pelo âmbito de aplicação das disposições comunitárias relativas à livre circulação dos trabalhadores desde que a sua aplicação afecte as respectivas condições de emprego.*

Tal é o caso de regras relativas às transferências de jogadores entre clubes de futebol que, embora rejam mais especialmente as relações económicas entre os clubes do que as relações de trabalho entre clubes e jogadores, afectam, através da obrigação imposta aos clubes de pagarem indemnizações pelo recrutamento de um jogador que provenha de outro

¹⁶ *ASBL Union Royale Belge des Sociétés de Football Association e outros v Jean-Marc Bosman [1996] 1 CMLR 645 (case C-415/93)*

clube, as possibilidades de os jogadores encontrarem emprego, bem como as condições em que esse emprego é oferecido.”

6. “As disposições comunitárias em matéria de livre circulação de pessoas e de serviços não impedem regulamentações ou práticas no domínio desportivo justificadas por razões não económicas e que respeitem ao carácter e quadro específico de determinadas competições. Esta restrição do âmbito de aplicação das disposições em causa deve no entanto limitar-se ao seu objecto específico não podendo ser invocada para excluir toda a actividade desportiva do âmbito de aplicação do Tratado.”

9. “O princípio da subsidiariedade, mesmo na acepção ampla de que a intervenção das autoridades comunitárias se deve limitar ao estritamente necessário no domínio da organização das actividades desportivas, não pode ter por efeito que a autonomia de que dispõem as associações privadas para adoptarem regulamentações desportivas limite o exercício dos direitos, tal como o da livre circulação, conferidos pelo Tratado aos particulares.”

10. “O artigo 48. do Tratado não se aplica apenas à actuação das autoridades públicas, abrangendo igualmente as regulamentações de outra natureza destinadas a disciplinar, de forma colectiva, o trabalho assalariado.”

12. “O artigo 48. do Tratado aplica-se a regras adoptadas por associações desportivas que estabeleçam as condições de exercício de uma actividade assalariada por parte dos desportistas profissionais.”

13. *“Não se pode qualificar de puramente interna e considerar que não releva, portanto, do direito comunitário, a situação de um jogador profissional de futebol nacional de um Estado-Membro que, tendo celebrado um contrato de trabalho com um clube de outro Estado-Membro para exercer no território deste uma actividade assalariada, responde a uma oferta de emprego efectivamente feita na acepção do artigo 48.º, n.º 3, alínea a), do Tratado.”*

14. *“O artigo 48.º do Tratado opõe-se à aplicação de regras adoptadas por associações desportivas, nos termos das quais um jogador profissional de futebol nacional de um Estado-Membro, no termo do contrato que o vincula a um clube, só pode ser contratado por um clube de outro Estado-Membro se este último pagar ao clube de origem uma indemnização de transferência, de formação ou de promoção.*

Efectivamente, estas regras, ainda que não se distingam das regras que regulam as transferências no interior de um mesmo Estado-Membro, são susceptíveis de restringir a livre circulação dos jogadores que desejem exercer a sua actividade noutro Estado-Membro, impedindo-os ou dissuadindo-os de deixar os respectivos clubes mesmo após a expiração dos contratos de trabalho que a eles os ligam.

Além disso, não poderão constituir um meio adequado para atingir objectivos legítimos, tais como a preocupação de manter o equilíbrio financeiro e desportivo entre os clubes e apoiar a busca de talentos e a formação de jovens jogadores, uma vez que:

° por um lado, essas regras não impedem que os clubes mais ricos obtenham a colaboração dos melhores jogadores nem que os meios financeiros disponíveis sejam um elemento decisivo na competição desportiva e que o equilíbrio entre clubes daí resulte consideravelmente alterado.

° por outro lado, as indemnizações previstas por tais regras caracterizam-se pela sua natureza eventual e aleatória e são, de qualquer forma, independentes dos custos reais de formação suportados pelos clubes.

° finalmente, os mesmos objectivos podem ser atingidos de modo igualmente eficaz por outros meios que não restringem a livre circulação dos trabalhadores.”

15. “O artigo 48. do Tratado opõe-se à aplicação de regras adoptadas por associações desportivas nos termos das quais, nos encontros por elas organizados, os clubes de futebol apenas podem fazer alinhar um número limitado de jogadores profissionais nacionais de outros Estados-Membros.

Efectivamente, aquelas regras são contrárias ao princípio da não discriminação em razão da nacionalidade em matéria de emprego, remuneração e condições de trabalho, pouco importando, para o efeito, que não respeitem ao emprego destes jogadores, que não é limitado, mas à possibilidade de os respectivos clubes os fazerem alinhar num encontro oficial porque, na medida em que a participação em tais encontros constitui o objecto essencial da actividade de um jogador profissional, é evidente que

uma regra que a limite restringe igualmente as possibilidades de emprego do jogador abrangido.

Além disso, as mesmas regras, que não respeitem a encontros específicos que oponham equipas representativas do respectivo país, mas se apliquem ao conjunto dos encontros oficiais entre clubes, não podem justificar-se por razões não económicas, que interessem unicamente ao desporto enquanto tal, como a preservação do elo tradicional entre cada clube e o seu país, porque o elo entre um clube e o Estado-Membro em que está estabelecido não pode considerar-se inerente à actividade desportiva; a criação de uma reserva de jogadores nacionais suficiente para permitir às equipas nacionais alinharem jogadores de alto nível em todas as suas actividades, porque, mesmo se as equipas nacionais tiverem de ser constituídas apenas por jogadores com a nacionalidade do país em causa, estes não têm de ser necessariamente qualificados para clubes desse país; a manutenção do equilíbrio desportivo entre clubes, porque nenhuma regra limita a possibilidade de os clubes ricos recrutarem os melhores jogadores nacionais, facto que compromete da mesma forma aquele equilíbrio.”

17. *“(…) Atentas as especificidades das regras instituídas pelas associações desportivas para as transferências de jogadores entre clubes de diferentes Estados-Membros, bem como a circunstância de as mesmas regras, ou regras idênticas, se aplicarem tanto às transferências entre clubes pertencentes à mesma associação nacional como às que envolvem clubes pertencentes a associações nacionais diferentes dentro do mesmo Estado-Membro, podem ter criado uma situação de incerteza quanto à*

compatibilidade das referidas regras com o direito comunitário, opondo-se considerações imperiosas de segurança jurídica a que situações jurídicas que produziram todos os seus efeitos no passado sejam objecto de reavaliação. (...)”

Por não ser pertinente para a realização deste trabalho, conforme fora referido no capítulo *Objectivos Gerais e Específicos*, serão omitidos os pontos que fundamentaram, juridicamente, as decisões do Tribunal Europeu de Justiça, que foram as seguintes:

Parte decisória:

“Pelos fundamentos expostos, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA, pronunciando-se sobre as questões submetidas pela Cour d'appel de Liège, por acórdão de 1 de Outubro de 1993, declara:

1) O artigo 48. do Tratado CEE opõe-se à aplicação de regras adoptadas por associações desportivas nos termos das quais um jogador profissional de futebol nacional de um Estado-Membro, no termo do contrato que o vincula a um clube, só pode ser contratado por um clube de outro Estado-Membro se este último pagar ao clube de origem uma indemnização de transferência, de formação ou de promoção.

2) O artigo 48. do Tratado CEE opõe-se à aplicação de regras adoptadas por associações desportivas nos termos das quais, nos encontros por elas organizados, os clubes de futebol apenas podem fazer alinhar um número limitado de jogadores profissionais nacionais de outros Estados-Membros.

3) O efeito directo do artigo 48. do Tratado CEE não pode ser invocado em apoio de reivindicações relativas a uma indemnização de transferência, de formação ou de promoção que, na data do presente acórdão, já tenha sido paga ou seja devida em execução de uma obrigação nascida antes desta data, excepto se, antes desta data, já tiver sido proposta acção judicial ou apresentada reclamação equivalente nos termos do direito nacional aplicável.”

PERSPECTIVA GERAL:

PRÉ – BOSMAN:

Apesar da actividade desportiva apenas estar sujeita à lei Comunitária na medida em que constitui uma actividade económica dentro do espírito do artigo 2 do Tratado – e, em relação a este ponto, não existe qualquer argumentação possível, uma vez que o desporto profissional movimenta milhões de euros e é, de facto, uma das actividades económicas mais importantes no panorama contemporâneo, não só Europeu, mas também Mundial – e de a formação de equipas desportivas ser “a question of purely sporting interest and as such has nothing to do with economic activity”¹⁷, os dois conceitos colidem, em muitos aspectos, um com o outro. Por um lado, a prática desportiva não é considerada actividade económica mas, por outro, devido ao facto de ser geradora de emprego, emprego esse que sustenta, economicamente, o atleta que a pratica tornando-o, deste modo, profissional, confere-lhe o direito a usufruir da mesma legislação que regulamenta que

¹⁷ *Walrave and Koch v Union Cycliste Internationale* [1975] 1 CMLR 320, ECR [1974] 1405

exista “um mercado interno caracterizado pela abolição, entre os Estados-membros, dos obstáculos à livre circulação de mercadorias, de pessoas, de serviços e de capitais;”¹⁸ sendo que, aqui, “*livre circulação de pessoas*” são as palavras-chave no que respeita ao espírito desta legislação.

De facto, o atleta, por fazer da sua actividade desportiva o seu meio de sustento económico não pode, à luz do Tratado de Roma e da legislação por este emanada, ser proibido de exercer, livremente, a sua profissão em qualquer dos Estados Membros da União Europeia. O acórdão Bosman não fez mais do que, a partir do final de 1995, início de 1996, determinar que a actividade desportiva, enquanto actividade económica, terá que, obrigatoriamente, reger-se pelas mesmas regras que, desde 1957, regulam o mercado comum estabelecido entre os Estados Membros da União Europeia; o busílis da questão prende-se com o facto de que algumas das regras que regulamentam o mercado comum chocam frontalmente com algumas das regras desportivas que, até então, vigoravam no mundo do desporto em geral, e no mundo do futebol em particular, sendo que duas delas merecem particular destaque:

- De acordo com o sistema de transferências da Fédération Internationale de Football Association (FIFA), um jogador apenas poderia ser transferido de um clube para outro desde que houvesse acordo entre ambos; normalmente o clube comprador pagaria uma soma acordada entre ambos os clubes efectivando, desse modo, a transferência desse mesmo jogador. Isto era válido em todos os casos, independentemente do facto de o jogador

¹⁸ Tratado de Roma, artigo 3c)

em questão ter um contrato válido com o clube vendedor, ou desse mesmo contrato haver expirado; ou seja, mesmo que o contrato de determinado jogador tivesse expirado, não lhe era permitido transferir-se para um novo clube sem que esse mesmo clube pagasse ao seu anterior clube determinada verba; na prática, um clube poderia impedir um atleta de exercer a sua actividade desportiva e profissional em qualquer outro clube, no caso de nunca se chegar a acordo em relação à verba respeitante à transferência.

- Até ao surgimento do acórdão Bosman existiam restrições em relação ao número de jogadores estrangeiros que os clubes poderiam ter no seu plantel, e ao número de jogadores que poderiam alinhar num jogo. Esse número era variável de país para país, mas nas competições da UEFA (**Union of European Football Associations**) o número era restrito até 3 jogadores estrangeiros mais 2 jogadores naturalizados na lista de convocados para cada partida.¹⁹

Nestes dois casos, as leis desportivas chocam frontalmente com o declarado no Artigo 48 do Tratado de Roma, pontos 2, 3a) e 3b). (ver em anexo)

PÓS – BOSMAN:

O Tribunal Europeu de Justiça, ao deliberar, em Dezembro de 1995, a favor de Bosman, e contra o Liège, a Federação Belga de Futebol e a UEFA obrigou a uma reformulação completa do regulamento de transferências da FIFA, pois dessa deliberação resultaram duas decisões importantes:

¹⁹ Informação retirada em <http://www.liv.ac.uk/footballindustry/bosman.html>

- O pagamento de transferências por jogadores cujo contrato expirou é ilegal, desde que o jogador se transfira de um clube pertencente a um Estado Membro para outro.
- A restrição em relação ao número de estrangeiros é, igualmente, ilegal. Todos os atletas cuja nacionalidade seja a de um país Estado Membro da União Europeia não podem ser considerados estrangeiros dentro de um diferente país Estado Membro da União Europeia.

Esta decisão teve, obviamente, vastas ramificações políticas, gerando uma quantidade de diálogo entre as instâncias comunitárias e as instituições desportivas – com a UEFA e a FIFA sempre à cabeça do pelotão –, bem como entre as várias instâncias comunitárias entre si nunca antes visto. Os contornos destes “diálogos” e o impacte das decisões que têm vindo a ser tomadas, ao longo destes últimos treze anos, no desporto Europeu – e utilizamos o termo Europeu em virtude de, directa ou indirectamente, o acórdão Bosman afectar a estrutura desportiva de toda a Europa – serão detalhadamente analisados no capítulo *De 1996 a 2009*.

3.CASOS PRECEDENTES

O Tribunal Europeu de Justiça vinca, de forma clara, que as questões puramente desportivas não caem sob a alçada dos regulamentos comunitários, reconhecendo inclusive que “in the framework of implementing Community law, the European Community recognises, to a certain extent, the specific nature of sport, mainly because of its social and educational role. Hence, not all provisions governing the free movement of workers apply to this area”²⁰. O número existente de casos precedentes ao de Jean Marc Bosman prova que é difícil tomar decisões entre o que é actividade puramente desportiva e actividade económica, sendo por vezes tarefa muito árdua distinguir quando estamos em presença quer de uma, quer de outra. Por estas razões, tanto o Tribunal Europeu como a Comissão Europeia têm preferido resolver estas situações caso a caso, pois é de todo impossível elaborar uma lei ou regulamentação padrão que determine, à partida, e sem análise exaustiva de um caso em concreto, se os regulamentos de determinada actividade servem um propósito somente desportivo ou, se por essa actividade ser geradora de emprego remuneratório, tais regulamentos desportivos são ilegais por contradizerem, frontalmente, as directrizes comunitárias.

Antes de avançar para a análise e consequências da decisão tomada pelo Tribunal Europeu de Justiça sobre o caso Bosman, assunto sobre o qual este trabalho se pretende debruçar, apresenta-se seguidamente uma lista dos

²⁰ <http://europa.eu/scadplus/leg/en/lvb/l35002.htm>

casos precedentes ao do supracitado, que criaram jurisprudência para a decisão final do Tribunal Europeu de Justiça.

1.²¹ A 12 de Dezembro de 1974, o Tribunal Europeu de Justiça emitiu o seu parecer em relação ao caso que opôs Bruno Nils Olaf Walrave e Longinus Johannes Norbert Koch à Association Union Cycliste Internationale, à Koninklijke Nederlandsche Wielren Unie e à Federación Española de Ciclismo, parecer esse que visava a interpretação dos artigos 7, 48 e 59 do Tratado Europeu, acerca da liberdade de movimento dos trabalhadores dentro da comunidade, a pedido do Arrondissementsrechtbank de Utrecht, onde decorria a acção judicial entre as partes supra mencionadas.

A questão base prendia-se com o facto de que até que ponto se deveriam interpretar estes artigos e sua respectiva regulamentação como sendo incompatíveis com os regulamentos da *Union Cycliste Internationale*, que declaram que, nos campeonatos mundiais de ciclismo de média-distância, apoiados por motociclos, o treinador e o ciclista terão que ser da mesma nacionalidade.

Esta questão foi levantada numa acção interposta contra as Federações Internacional, Holandesa e Espanhola de ciclismo por dois treinadores holandeses que participavam frequentemente nos campeonatos mencionados, por considerarem que os regulamentos da Federação Internacional de Ciclismo são discriminatórios.

²¹ *Walrave and Koch v Union Cycliste Internationale* [1975] 1 CMLR 320, ECR [1974] 1405

Ao abrigo dos objectivos comunitários, a prática desportiva apenas está sujeita à lei comunitária quando constitui actividade económica, proporcionando uma actividade profissional assalariada que, obviamente, recairá no âmbito dos artigos 48 a 51 e 59 a 66 do Tratado, que põem em prática a regulamentação emanada pelo artigo 7, proibindo toda e qualquer discriminação baseada na nacionalidade de um indivíduo que queira exercer uma actividade profissional dentro de qualquer um dos Estados-Membros, independentemente do cariz dessa mesma profissão.

No entanto, esta proibição de discriminação não é aplicável em relação à composição de equipas desportivas, em particular no respeitante a selecções nacionais, uma vez que estas condicionantes, em termos de nacionalidade, cingem-se a uma questão de puro interesse desportivo, e não económico. Caberia, portanto, ao Tribunal Nacional, no caso concreto o de Utrecht, determinar qual a natureza da actividade em questão, decidindo se o treinador e o ciclista formam, ou não, uma equipa desportiva.

As questões acima levantadas relacionam-se maioritariamente, conforme anteriormente referido, com os artigos 48 e 59 do Tratado, e também, embora não proeminentemente, com o artigo 7, sendo que, basicamente, a questão que emerge de todo este imbróglio jurídico é a da existência, ou não, de incompatibilidades entre os regulamentos de uma Federação Internacional desportiva e as directrizes comunitárias.

Estas mesmas directrizes são aplicáveis quer a instituições públicas, quer a instituições privadas de qualquer natureza cujo objectivo englobe prestações de serviços geradores de actividade económica e de emprego.

2.²² Em 1976, no caso que opôs Gaetano Donà a Mario Mantero, o Giudice Conciliatore de Rovigo pediu ao Tribunal Europeu de Justiça um parecer nos mesmos moldes do caso que opôs Walrave e Koch à Union Cycliste Internationale, ou seja, também aqui o Tribunal Nacional pediu ao Tribunal Europeu um parecer em relação à interpretação dos artigos 7, 48 e 59 do Tratado de Roma desta vez, no entanto, relacionado com a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de ser possível a uma organização desportiva limitar o direito à participação em competições profissionais ou semi-profissionais apenas e só a atletas cuja nacionalidade seja a do Estado-Membro ao qual a dita organização pertença impedindo, liminarmente, a participação de atletas estrangeiros, tenham estes a nacionalidade de um outro Estado-Membro ou não.

O Tribunal Europeu deliberou, a 14 de Julho de 1976, de forma semelhante ao que havia deliberado dois anos antes, no caso acima mencionado entre Walrave e Koch contra a Federação Internacional de Ciclismo, ou seja, ao abrigo dos artigos 7, 48 a 51 e 59 a 66 do Tratado, a restrição acima mencionada seria ilegal, por ser incompatível com o declarado nos artigos atrás referidos, a menos que tais restrições sirvam um propósito exclusivamente desportivo, e a exclusão de jogadores estrangeiros não se baseie em qualquer pressuposto económico; se fosse esse o caso, e a ausência de atletas estrangeiros servisse um propósito cuja natureza fosse a de servir o interesse desportivo, então os regulamentos comunitários não se

²² *Dona v Mantero* [1976] 2 CMLR 578, ECR [1976] 1333

aplicariam, pois estes apenas existem para proteger os indivíduos que pretendam exercer uma actividade profissional assalariada.

3.²³ Em 1987, a Union nationale des entraîneurs et cadres techniques professionnels du football (Unectef) processou criminalmente Georges Heylens, treinador de futebol Belga ao serviço do Lille Olympic Sporting Club, bem como Jacques Dewailly, Jacques Amyot e Roger Deschodt, dirigentes dessa mesma instituição, o primeiro como arguido principal e os restantes como cúmplices, por haverem infringido o disposto na lei Francesa nº 84-610 datada de 16 de Julho de 1984, que concerne a organização e promoção de actividades físicas e desportivas, bem como o artigo 259º do código penal, que concerne a assumpção errónea de um título.

Declara a lei Francesa que, para se poder exercer a profissão de treinador de futebol em França um indivíduo tem que ser portador de um diploma de treinador de futebol Francês, ou de um diploma estrangeiro que tenha sido reconhecido como equivalente através de decisão de órgão competente do governo, após consulta de um comité especial.

O réu, Georges Heylens, é de nacionalidade Belga e portador de um diploma de treinador de futebol Belga que, havendo sido contratado pelo Lille Olympic Sporting Club como treinador da sua equipa de futebol profissional, requereu uma equivalência do seu diploma Belga, equivalência essa que fora rejeitada por decisão do órgão competente do governo. Uma vez que o sr. Heylens continuou a exercer a sua actividade de treinador de futebol no Lille o

²³ *Union Nationale des Entraîneurs et Cadres Techniques Professionnels de Football v Heylens* [1989] 1 CMLR 901

sindicato de treinadores de futebol Francês (Unectef) apresentou queixa contra ele e contra os dirigentes da referida instituição no Tribunal Criminal de Lille.

Ao surgirem dúvidas, por parte do Tribunal de Lille, acerca da compatibilidade entre a legislação francesa e os regulamentos comunitários respeitantes à livre circulação de trabalhadores, este mesmo Tribunal suspendeu os procedimentos até que o Tribunal Europeu de Justiça tivesse tomado um parecer preliminar no respeitante à seguinte questão:

“O facto de se exigir, para o exercício das funções remuneradas de treinador de uma equipa desportiva (artigo 43.º da lei de 16 de Julho de 1984), a posse de um diploma francês ou de um diploma estrangeiro reconhecido como equivalente por uma comissão que decide por parecer não fundamentado e em relação ao qual não está previsto qualquer recurso específico, constitui uma limitação à livre circulação de trabalhadores definida nos artigos 48.º a 51.º do Tratado CEE, na falta de directiva aplicável a esta profissão?”

Para responder a esta questão, é necessário observar que o artigo 48º do Tratado de Roma implementa, em relação aos trabalhadores, um princípio fundamental contido no artigo 3º desse mesmo Tratado, que declara que, para se poder levar a cabo as directrizes estabelecidas no artigo 2º é necessário abolir, entre Estados-Membros, obstáculos à livre mobilidade de pessoas e serviços.

Ao aplicar o princípio geral estabelecido no artigo 7º do Tratado, que declara que é proibida toda e qualquer discriminação baseada na

nacionalidade de um indivíduo, o artigo 48º tem como objectivo eliminar toda e qualquer legislação existente nos países Estados-Membros que condicione ou desfavoreça indivíduos oriundos de um determinado Estado-Membro que pretendam emigrar para um outro Estado-Membro, em relação a indivíduos nascidos nesse mesmo Estado-Membro para o qual determinado indivíduo deseje emigrar, em termos de procura de emprego, remuneração e outras condições de vida.

No entanto, caso exista uma ausência de harmonização das condições de acesso a uma ocupação profissional específica, (um Estado-Membro poderá, eventualmente, exigir determinado nível de aptidões a um indivíduo para exercer determinada profissão, ao passo que um outro Estado-Membro poderá exigir outros tipos ou níveis de aptidões para, no seu território, permitir que um indivíduo exerça essa mesma profissão) os Estados-Membros têm o direito de estabelecer quais as qualificações e níveis de conhecimento necessários ao exercício dessa mesma actividade profissional específica, pelo que poderão requerer um diploma que certifique que o seu portador detém o conhecimento e qualificações relevantes ao exercício dessa mesma função.

A exigência, legítima, nos diferentes Estados-membros, no que respeita à posse de diplomas para o acesso a certas profissões, constitui, no entanto, um entrave ao exercício efectivo da liberdade garantida pelo Tratado e cuja eliminação deve ser facilitada por directivas tendentes ao reconhecimento mútuo dos diplomas, certificados e outros títulos. A circunstância de tais directivas ainda não terem sido adoptadas não autoriza um Estado-membro a recusar o benefício efectivo dessa liberdade a uma pessoa abrangida pelo

direito comunitário, quando esta liberdade possa ser assegurada nesse Estado-membro, nomeadamente devido ao facto de as suas disposições legislativas e regulamentares permitirem o reconhecimento de diplomas estrangeiros equivalentes.

Constituindo a livre circulação de trabalhadores um dos objectivos fundamentais do Tratado, a obrigação de garantir a livre circulação por força das disposições nacionais legislativas e regulamentares existentes resulta, do artigo 5.º do Tratado, nos termos do qual os Estados-membros são obrigados a tomar todas as medidas gerais ou especiais capazes de assegurar o cumprimento das obrigações decorrente do Tratado e a abster-se de tomar quaisquer medidas susceptíveis de pôr em perigo a realização dos objectivos do Tratado.

Devendo conciliar a exigência das qualificações exigidas para o exercício de uma determinada profissão com os imperativos da livre circulação de trabalhadores, o processo de reconhecimento de equivalência deve permitir às autoridades nacionais assegurarem-se objectivamente de que o diploma estrangeiro certifica em relação ao seu titular conhecimentos e qualificações, senão idênticas, pelo menos equivalentes às atestadas pelo diploma nacional. Esta apreciação da equivalência do diploma estrangeiro deve fazer-se exclusivamente em consideração do grau dos conhecimentos e qualificações que esse diploma, tendo em conta a natureza e a duração dos estudos e as formações práticas de que comprova a realização, permite presumir relativamente ao seu titular.

Sendo o livre acesso ao emprego um direito fundamental conferido pelo Tratado individualmente a todo e qualquer trabalhador da Comunidade, a existência de uma via de recurso de natureza jurisdicional contra uma decisão de uma autoridade nacional que recusa o benefício desse direito é essencial para garantir ao particular a protecção efectiva do seu direito.

A eficácia do controlo jurisdicional, que deve poder incidir sobre a legalidade dos fundamentos da decisão impugnada, implica, de modo geral, que o juiz a cuja apreciação é submetido o assunto possa exigir da autoridade competente a comunicação desses fundamentos. Mas, tratando-se mais especialmente, como no presente caso, de garantir a protecção efectiva de um direito fundamental conferido pelo Tratado aos trabalhadores da Comunidade, convém igualmente que estes últimos possam defender esse direito nas melhores condições possíveis e que lhes seja reconhecida a faculdade de decidir, com pleno conhecimento de causa se para eles é útil submeter o assunto à apreciação do órgão jurisdicional. Daqui resulta que numa hipótese semelhante a autoridade nacional competente tem a obrigação de lhes dar a conhecer os fundamentos em que baseou a sua recusa, seja na própria decisão, seja numa comunicação posterior feita a seu pedido.

Em consequência, deve responder-se à questão colocada pelo *Tribunal de grande instance de Lille* que, quando num Estado-membro, o acesso a uma profissão assalariada estiver subordinado à posse de um diploma nacional ou de um diploma estrangeiro reconhecido como equivalente, o princípio da livre circulação de trabalhadores consagrado pelo artigo 48.º do Tratado exige que a decisão que recusa a um trabalhador nacional de um outro Estado-membro o

reconhecimento da equivalência do diploma emitido pelo Estado-membro de que é nacional seja susceptível de um recurso de natureza jurisdicional que permita verificar a sua legalidade relativamente ao direito comunitário e que o interessado possa ter conhecimento dos fundamentos subjacentes à decisão.

Em suma, pode-se concluir que o Tribunal Europeu de Justiça concede a possibilidade de existir uma recusa, por parte do órgão decisório competente, à equivalência de um diploma estrangeiro para efeitos de exercício de determinada profissão, desde que essa mesma recusa seja convenientemente fundamentada e dada a conhecer a todas as partes interessadas.

Dos três casos precedentes aqui apresentados, aquele que encontra maior paralelismo com a questão levantada pelo caso Bosman é o de *Dona v Mantero*, pois é o único no qual o Tribunal Europeu de Justiça declara, explicitamente, que a discriminação baseada na nacionalidade apenas poderá existir em situações nas quais não esteja em causa o acesso a emprego assalariado que, porventura, poderá suceder em competições semi-profissionais ou amadoras mas, em Bosman, o Tribunal vai mais longe, pois considera que, a nível do desporto profissional, limitar o número de atletas estrangeiros não faz sentido porque, efectivamente, restringe um atleta profissional/trabalhador no exercício da sua função, que é a de disputar encontros oficiais não existindo, por outro lado, qualquer motivação desportiva que, a nível do desporto profissional, pudesse suplantar o respectivo aspecto económico.

A excepção a esta regra está, por outro lado, expressa no caso *Walrave e Koch*, onde o Tribunal Europeu de Justiça emitira o parecer de que a

organização de equipas desportivas, nomeadamente de selecções nacionais, é uma questão de interesse e organização desportiva, pelo que o aspecto económico é relegado para segundo plano, uma vez que a restrição existente nestes casos faz sentido, por um lado, do ponto de vista desportivo e, por outro lado, não limita o acesso a emprego assalariado, pois os atletas não estão contratualmente ligados às Federações dos seus países, mas sim a clubes que, periodicamente, cedem os seus atletas para compromissos de cariz internacional.

Esta posição do Tribunal Europeu de Justiça, ainda que tenha força obrigatória geral não é, do ponto de vista de vários agentes desportivos, tão linear como o Tribunal dá a entender pois, na realidade, existem razões “desportivas”, bastante válidas, para se limitar o número de atletas estrangeiros nas competições entre clubes, mas tais questões serão afloradas no momento oportuno, no capítulo *Análise Desportiva*.

4.CASOS POSTERIORES

A decisão, por parte do Tribunal de Justiça, em aceder às reivindicações de Jean-Marc Bosman, considerando que o sistema de transferências da FIFA de então chocava frontalmente com as directrizes comunitárias no respeitante à livre circulação de trabalhadores profissionais, levou a que várias entidades desportivas, nomeadamente atletas ou treinadores, começassem a recorrer com frequência ao Tribunal Europeu sempre que uma decisão tomada por um dos vários organismos desportivos existentes no planeta os prejudicasse; como base dos vários recursos, os advogados dos vários atletas e treinadores têm apresentado, até à data, razões de ordem restritiva, por parte das decisões dos organismos desportivos reguladores, à liberdade que o Tratado da UE lhes concede para poderem exercer a sua profissão.

Conforme ficara demonstrado no capítulo anterior, existiram vários casos precedentes ao de Jean-Marc Bosman, casos esses que foram sempre decididos, por parte do Tribunal de Justiça e da Comissão Europeia, num sistema de “caso-a-caso”, uma vez que as regras “desportivas”, cuja existência tem o propósito de garantir a exequibilidade e bom funcionamento das várias competições desportivas, quer profissionais, quer amadoras, não caem no âmbito do Tratado da UE, por não serem consideradas actividades económicas; no entanto, nem sempre é fácil identificar essas mesmas regras “desportivas”, pelo que a única solução encontrada pelos organismos comunitários acima mencionados foi a de aplicar a Lei em cada caso concreto, ao invés de criar e

estabelecer uma lei fixa que poderia, eventualmente, tornar-se incoerente consigo mesma à luz da análise de um caso real.

De facto, “A jurisprudência dos tribunais europeus e as decisões da Comissão Europeia provam que a especificidade do desporto tem sido reconhecida e tida em conta e fornecem orientações para a aplicação da legislação comunitária ao desporto. Em conformidade com a jurisprudência estabelecida, a especificidade do desporto continuará a ser reconhecida, mas não pode ser interpretada de forma a justificar uma isenção geral da aplicação da legislação comunitária.”²⁴

Ao optar por utilizar a jurisprudência criada por casos anteriores sempre que um caso novo aparece, o Tribunal de Justiça e a Comissão Europeia deram azo a que, conforme é acima mencionado, todo e qualquer agente desportivo, prejudicado por determinada decisão emanada pelo organismo regulador correspondente a uma qualquer modalidade desportiva, apresente recurso ao Tribunal Europeu de Justiça, evocando argumentos que têm como base o facto de determinada decisão restringir, ilegalmente, o seu direito a exercer, livremente, a sua profissão.

De entre os vários casos posteriores ao de Jean-Marc Bosman, nos quais foi pedido, ao Tribunal de Justiça, um parecer acerca da legalidade de determinadas normas de cariz desportivo quando confrontadas com a realidade dos estatutos comunitários no respeitante à livre circulação de trabalhadores, poder-se-ão destacar os seguintes:

²⁴ Comissão Europeia, *Livro Branco Sobre o Desporto*, 2007, p.25.

1. ²⁵Em 11 de Abril de 2000, o Tribunal Europeu de Justiça deliberou, num caso em que a judoca Belga Christelle Delière recorreu da decisão tomada pela sua Federação ao não convocá-la para um torneio internacional de judo, reivindicando que a sua exclusão da equipa nacional infringia o seu direito comunitário a “prestar serviços”, sob alçada do artigo 49º (ex 59º) do Tratado, que este tipo de selecção de atletas e, naturalmente, a sua inclusão/exclusão numa equipa nacional é “inerente à organização dessa competição”²⁶ e, como tal, não poderia ser considerado uma restrição ilegal à liberdade de prestar serviços.

O Tribunal Europeu reconheceu, igualmente, que este tipo de sistema de selecção deveria ficar a cargo dos organismos desportivos, pois são estes que detêm o conhecimento, experiência e perícia necessários para executar esta mesma função.

Após o acórdão Bosman, que fora, efectivamente, um rude golpe nos sistemas de gestão dos vários organismos desportivos, que passaram a ter que se reger por leis do Direito privado e não somente pelas regras desportivas, conforme sucedia até então, esta decisão acabou por ser, até certo ponto, reconfortante para as autoridades desportivas, pois o Tribunal Europeu, a mesma entidade que decidira aplicar uma lei, que fora criada e pensada com o intuito de servir a sociedade civil, ao mundo do desporto reconhecia, através dos termos utilizados nas suas conclusões, competência às autoridades desportivas para proferirem as suas próprias decisões, aplicando os regulamentos por si elaborados.

²⁵ *Delière [2000] ECR I -2549 C-51/96 e C-191/97*

²⁶ *Caso C-51/96 e C-191/97, Delière [2000] ECR I – 2549, parágrafo 64 (“Delière”).*

2. ²⁷Dois dias após esta decisão, a 13 de Abril de 2000, o Tribunal Europeu de Justiça pronunciou-se acerca do caso que opôs, por um lado, Jiry Lehtonen e a Castors Canada Dry Namur-Braine ASBL frente à Fédération royale belge des sociétés de basket-ball ASBL (FRBSB). Este caso prendia-se com a inscrição de Jiry Lehtonen, basquetebolista de nacionalidade finlandesa, na liga profissional Belga; o jogador havia sido transferido, na parte final da época de 1995/1996, na qual jogara numa equipa que participara no campeonato finlandês e, no fim deste, fora contratado pela Castors Braine, clube filiado na FRBSB, para participar na fase final do campeonato da Bélgica de 1995/1996. Para este efeito, as partes celebraram, em 3 de Abril de 1996, um contrato de trabalho desportivo remunerado, ao abrigo do qual J. Lehtonen auferiria a quantia de 50 000 BEF líquidos por mês de remuneração fixa e 15 000 BEF suplementares por cada vitória do clube. Este acordo foi registado em 30 de Março de 1996 na FRBSB, tendo a carta de saída do jogador sido entregue em 29 de Março de 1996 pela federação de origem.

No entanto, os regulamentos da Federação Internacional de Basquetebol (FIBA), que é a entidade que organiza, à escala mundial, o basquetebol, sobre as transferências internacionais de jogadores que se aplicam, na sua totalidade, a todas as federações nacionais [artigo 1º, alínea b)] declaram que, conforme exposto no artigo 3º, alínea c) para os campeonatos nacionais não é permitido aos clubes, após a data-limite fixada para a zona em causa, tal como definida pela FIBA, incluir na sua equipa jogadores que tivessem já jogado noutro país da mesma zona durante a mesma época. Para

²⁷ *Jyri Lehtonen e Castors Canada Dry Namur-Braine ASBL contra Fédération royale belge des sociétés de basket-ball ASBL (FRBSB) [2000], C-176/96*

a zona europeia, a data – limite de registo dos jogadores estrangeiros é fixada em 28 de Fevereiro. Após esta data, a transferência de jogadores provenientes de outras zonas é ainda possível.

Quanto às transferências nacionais, foi recomendado às federações nacionais que se baseassem neste regulamento internacional e que estabelecessem os seus próprios regulamentos de transferência de jogadores na linha do regulamento da FIBA. Este regulamento define o jogador estrangeiro como aquele que não tem a nacionalidade do Estado da federação nacional que lhe emitiu a sua licença [artigo 2º, alínea a)]. A licença é a autorização necessária concedida por uma federação nacional a um jogador para que este possa jogar basquetebol num clube membro desta federação.

Em 5 de Abril de 1996, a FRBSB informou a Castors Braine de que, se a FIBA não emitisse a licença, o clube poderia ser punido e que, caso fizesse jogar J. Lehtonen, o faria por sua conta e risco.

Transcrevemos, seguidamente, o referido entre os pontos 13 e 18 da Fundamentação Jurídica do Acórdão, que fazem referência, sumariamente, ao ocorrido após o dia 5 de Abril de 1996:

“13. Não obstante este aviso, a Castors Braine fez entrar em jogo J. Lehtonen durante o jogo de 6 de Abril de 1996, contra o clube Belgacom Quaregnon. A Castors Braine ganhou este jogo. Em 11 de Abril de 1996, na sequência de uma queixa apresentada pelo clube Belgacom Quaregnon, o Departamento de Competição da FRBSB puniu a Castors Braine, aplicando-lhe um resultado fixo de 0-20 no jogo em que participou J. Lehtonen, em violação

das disposições do regulamento da Fiba sobre as transferências de jogadores dentro da zona europeia. No jogo seguinte, contra o clube Pepinster, a Castors Braine inscreveu J. Lehtonen na folha de jogo, mas acabou por não o fazer entrar em jogo. Foi mais uma vez punida com o resultado fixo. Correndo o risco de sofrer novas sanções fixas cada vez que inscrevesse J. Lehtonen na folha de jogo, ou mesmo de ser desclassificada para a divisão inferior em caso de terceira sanção, a Castors Braine renunciou aos serviços de J. Lehtonen nos jogos do play-off.

14. Em 16 de Abril de 1996, J. Lehtonen e a Castors Braine demandaram a FRBSB no Tribunal de première instance de Bruxelles, num processo de medidas provisórias. Requereram, no essencial, que fosse imposto à FRBSB que levantasse a sanção fixa aplicada à Castors Braine relativamente ao jogo de 6 de Abril de 1996 contra o clube Belgacom Quaregnon e que lhe fosse proibido aplicar à demandante qualquer tipo de sanção que se traduzisse no impedimento de fazer participar J. Lehtonen no campeonato da Bélgica de 1995/1996, sob pena do pagamento de uma sanção pecuniária compulsória de 100 000 BEF por cada dia de atraso na execução da decisão.

15. Por acordo de 17 de Abril de 1996, as partes no processo principal decidiram apresentar “pedidos concordantes” requerendo o reenvio prejudicial para o Tribunal de Justiça e a suspensão da instância até à decisão sobre o pedido prejudicial. Nestas circunstâncias, as sanções fixas seriam mantidas, a aplicação das coimas aplicadas à Castors Braine seriam suspensas e esta

abster-se-ia de fazer participar J. Lehtonen nos jogos play-off, ficando a decisão sobre os direitos das partes reservada para final.

16. Na audiência de 19 de Abril de 1996, a BLB apresentou um pedido de intervenção voluntária em apoio da FRBSB e as partes apresentaram os seus pedidos concordantes.

17. No seu despacho de 23 de Abril de 1996, o juiz das providências cautelares do Tribunal de première instance de Bruxelles considerou, em primeiro lugar, que nada se opunha a que se solicitasse ao Tribunal de Justiça que se pronunciasse sobre uma questão prejudicial. Em seguida, decidiu que, na data em que a acção foi proposta, o requisito da urgência se encontrava incontestavelmente preenchido, uma vez que a Castors Braine desejava fazer alinhar J. Lehtonen nos próximos jogos do campeonato. Por fim, o tribunal tomou conhecimento do acordo entre as partes, para que pudesse ser apresentada a questão ao Tribunal de Justiça, nos termos do qual a Castors Braine se absteria de fazer jogar J. Lehtonen durante toda a duração do campeonato em curso, comprometendo-se a FRBSB, por seu turno, a suspender toda e qualquer sanção.

18. Nestas condições, o Tribunal de première instance de Bruxelles, após ter aceite o pedido de intervenção voluntária da BLB, decidiu suspender a instância e apresentar ao Tribunal de Justiça a seguinte questão prejudicial:

“As disposições regulamentares de uma federação desportiva que proíbem que um clube faça alinhar pela primeira vez um jogador em competição se este tiver sido contratado após uma data determinada são ou

não contrárias ao Tratado de Roma (e nomeadamente aos artigos 6º, 48º, 85º e 86º), quando se trata de um jogador profissional nacional de um Estado-Membro da União Europeia, não obstante as razões desportivas invocadas pelas federações para justificar as referidas disposições, concretamente, a necessidade de não falsear as competições?”

O Tribunal Europeu de Justiça acabou por decidir o seguinte:

Parte decisória:

“O artigo 48º do Tratado CE (que passou, após alteração, a artigo 39º CE) opõe-se à aplicação de regras adoptadas num Estado-Membro por associações desportivas que proíbem que um clube de basquetebol, nos jogos do campeonato nacional, faça jogar jogadores provenientes de outros Estados-Membros que foram transferidos após determinada data, quando essa data é anterior à que se aplica às transferências de jogadores provenientes de determinados países terceiros, a menos que razões objectivas, que interessem apenas ao desporto enquanto tal ou que digam respeito a diferenças existentes entre a situação dos jogadores provenientes de uma federação pertencente à zona europeia e a dos jogadores provenientes de uma federação não pertencente à referida zona, justifiquem esta diferença de tratamento.”

Uma vez mais, o Tribunal Europeu de Justiça deixou bem vincado que, desde que existam regras desportivas bem definidas, os organismos desportivos poderão aplicar os regulamentos que bem entenderem.

3. ²⁸No entanto, a decisão do Tribunal Europeu no caso Meca-Medina, datada de 18 de Julho de 2006 acabou, de certa forma, por ser um passo atrás em relação ao sucedido com o caso Deliège e, em certa medida, com o de Lehtonen. Neste caso em concreto, dois nadadores profissionais, que haviam sido suspensos por quatro anos após terem usado uma substância proibida (nandrolona), recorreram desta mesma decisão, tomada pela FINA em 8 de Agosto de 1999, para o Tribunal Arbitral do Desporto (TAD) em Lausana, na Suíça. A 29 de Fevereiro de 2000, a suspensão de quatro anos foi confirmada.

Contudo, após o apuramento de novas provas científicas, as partes resolveram submeter o assunto ao TAD para nova apreciação e, a 23 de Maio de 2001, a suspensão foi reduzida de quatro para dois anos. Insatisfeitos com a decisão, os nadadores apresentaram uma queixa, a 30 de Maio de 2001, na Comissão Europeia, argumentando que os regulamentos do Comité Olímpico Internacional (COI), respeitantes ao doping, chocavam com os Artigos 81º e 82º do Tratado da União Europeia.

Em Agosto de 2002, a Comissão Europeia pronunciou a sua decisão, rejeitando as reivindicações dos nadadores, referindo que as leis anti-doping são leis puramente “desportivas”, uma vez que a sua existência está circunscrita ao bom desempenho das competições desportivas, garantindo lealdade na competição entre atletas, bem como a preservação da sua saúde. Por estes motivos, as leis anti-doping não estão sob a alçada dos regulamentos comunitários, pois não discriminam ninguém com base na nacionalidade e não

²⁸ Infantino, G – (2006) - *Meca-Medina: a step backwards for the European Sports Model and the Specificity of Sport*

os impedem de prestar serviços de um ponto de vista económico – pois, inerentemente, os atletas estarão impedidos de “prestar serviços”, mas apenas e só por motivos (anti) desportivos, pois uma suspensão de actividade deste género é acarretada pelo incumprimento de uma lei que existe com o intuito de preservar a lealdade da competição desportiva pelo que, neste caso em concreto e noutros semelhantes, a restrição ao exercício de uma função desportiva profissional é resultante do exercício da actividade desportiva em si, e do incumprimento dos seus regulamentos desportivos.

Na altura em que esta decisão foi tomada, o comissário Monti disse:

"It was understandable that the complainants would do whatever they could to contest the ban, which had been imposed under the IOC and FINA anti-doping rules. But this does not justify the intervention of the Commission, which takes the view that it is not its job to take the place of sporting bodies when it comes to choosing the approach they feel is best suited to combating doping."²⁹

Depreende-se, pelas palavras do comissário Monti, que a Comissão Europeia não tem qualquer interesse em substituir, jurisdicionalmente, as organizações desportivas, ou seja, a Comissão apenas poderia intervir se o caso em concreto estivesse relacionado com a actividade económica gerada pelo desporto em questão e, ainda que os nadadores pudessem argumentar que esta suspensão os impede de trabalhar e, consequentemente, de serem monetariamente compensados pelo exercício da profissão que os sustenta, a verdade é que tal argumentação seria inócua, pois o motivo da suspensão é

²⁹ <http://www.nieuwsbank.nl/en/2002/08/09/K015.htm>

desportivo, emanando apenas e só do incumprimento de leis cuja existência é fundamental para a subsistência de toda a máquina desportiva, seja esta profissional ou não-profissional. Assim sendo, a Comissão não tem poderes para julgar se a suspensão mais correcta seria de quatro, dois ou seis anos; estas questões, que são de interesse puramente desportivo, deverão ser deixadas a cargo das várias Federações desportivas existentes.

Apesar de tudo, os nadadores decidiram recorrer uma vez mais, desta vez para o Tribunal Europeu de Primeira Instância, que manteve a decisão da Comissão Europeia, referindo explicitamente que as provisões do Tratado Europeu no respeitante ao livre movimento de trabalhadores não são aplicáveis a regulamentos puramente desportivos devido ao facto de estes nada terem a ver com qualquer tipo de actividade económica. O Tribunal Europeu de Primeira Instância concluiu também que os regulamentos anti-doping não têm, de forma alguma, qualquer conexão com as relações económicas provenientes do exercício da própria competição, pelo que os artigos 81º e 82º do Tratado Europeu não podem, igualmente, ser aplicados.

Por fim, o Tribunal Europeu de Primeira Instância declarou que desde que os regulamentos desportivos se limitem a proteger o espírito de *fair-play*, não contendo qualquer elemento de discriminação, nem o Tribunal, nem a Comissão Europeia teriam como missão julgar a “dureza” ou “desproporcionalidade” desses mesmos regulamentos; conforme a Comissão Europeia referira na sua decisão, mencionada previamente neste mesmo trabalho, tal tarefa deverá ser incumbida às organizações desportivas.

Poder-se-á, portanto, inferir, tendo em conta as decisões tomadas pelo Tribunal Europeu de Primeira Instância, que decisões como, por exemplo, a quantidade permissível de nandrolona no tecido corporal de um nadador profissional não devem ser deixadas a cargo das instituições da União Europeia mas, ao invés, da respectiva organização desportiva que tem a seu cargo o supervisionamento de determinado desporto.

Por outras palavras, não cabe aos organismos comunitários tutelarem as questões que são puramente “desportivas” como, por exemplo, o número de atletas presentes no terreno de jogo aquando da realização de um desporto colectivo, o número de atletas suplentes, o número de equipas presentes em cada divisão ou o número de árbitros necessários para garantir o cumprimento das leis de jogo, bem como a periodicidade com que são efectuados controlos anti-doping, ou a rigidez das penas aplicáveis a quem não cumprir com os requisitos anti-dopagem estipulados pelos organismos reguladores dos vários desportos existentes.

Extrapolando estas situações inerentes ao Direito desportivo, aplicando-as ao Direito Civil ou ao Direito Penal, seria como declarar que o facto de um indivíduo ser condenado a cumprir uma pena de prisão durante um certo período de tempo por um crime por si cometido lhe sonegaria o seu direito comunitário a trabalhar, “prestando serviços”. Certamente que o indivíduo ficaria impedido de exercer esse seu direito, mas tal discriminação é derivada da infracção de certas e determinadas regras pela parte da sua pessoa não sendo, por esse mesmo motivo, discriminação injusta podendo, inclusive, argumentar-se que não se trata de discriminação de qualquer espécie mas, ao

invés, punição por fazer, utilizando um termo desportivo, “batota”. O que se passa na sociedade civil é, portanto, o mesmo que se passa no desporto: existem certas regras, que nada têm que ver com actividade económica, e que somente existem para, no caso da sociedade civil, garantir a segurança dos cidadãos e a igualdade de direitos entre eles e, no caso do desporto, garantir a segurança dos atletas e a igualdade de direitos tanto entre eles, como entre as agremiações desportivas que estes representam, para que seja, de facto, possível existir competição. E, conforme é acima referido, tanto a Comissão Europeia como o Tribunal Europeu deram a entender, através das palavras usadas nas conclusões referentes a este caso, que este tipo de regulamentos, sobre os quais este trabalho se debruçara nos últimos parágrafos, não cai na sua esfera de acção, por não afectarem, de todo, a actividade económica inerente à actividade desportiva.

No entanto, apesar de mais uma decisão desfavorável, os nadadores recorreram para o Tribunal Europeu de Justiça. Após a audiência, o Advogado Geral P. Léger rejeitou o apelo, advogando que provisões como as de anti-doping são respeitantes a aspectos éticos da competição desportiva e que, como tal, não estão sujeitas aos regulamentos comunitários mesmo que, eventualmente, possam ter consequências do foro económico. Tal situação fica a dever-se ao facto de que o aspecto económico é, claramente, secundário em relação ao aspecto desportivo como, aliás, fora analisado nos parágrafos anteriores deste trabalho.

Contudo, e apesar de os nadadores terem, definitivamente, perdido a sua causa, pois, neste ponto, já não lhes restavam quaisquer instâncias para

as quais recorrer, o Tribunal Europeu de Justiça perdeu uma boa oportunidade para, definitivamente, estabelecer quais são as regras “desportivas” que, especificamente, caem fora da Jurisdição do Tratado, oferecendo aos organismos desportivos um melhor entendimento acerca dos regulamentos que estes poderão, de facto, aplicar, sem quaisquer receios de poderem ver as suas decisões serem revogadas, posteriormente, pelos organismos comunitários. Ao invés, o Tribunal Europeu de Justiça lançou, através da linguagem utilizada no seu julgamento, ainda mais confusão sobre o assunto, havendo esse mesmo julgamento sido baseado em jurisprudência criada por casos prévios, como os de Walrave, Dona, Deliège ou Lehtonen, igualmente referenciados neste trabalho e, obviamente, Bosman, tema desta dissertação. E ainda que, tal como fora comentado previamente nesta mesma tese, seja impossível aos organismos comunitários criarem lei com o objectivo de a aplicarem cegamente a todos os casos futuros relacionados com o mundo do desporto – razão pela qual todos os casos supra mencionados não tiveram decisões cem por cento idênticas quando comparados entre si tendo, para se chegar a uma conclusão, sido necessário analisá-los profundamente utilizando o sistema caso-a-caso – esperava-se, da parte deles, uma definição permanente acerca das regras que são integralmente “desportivas” não podendo, em caso algum, os agentes desportivos desafiar as decisões decorrentes da infracção dessas mesmas regras recorrendo a organismos comunitários. Acabou por ser dado um passo atrás na definição desses mesmos regulamentos pura e integralmente desportivos, nomeadamente através do que é declarado no parágrafo 28 do julgamento:

“Se a actividade desportiva em causa é abrangida pelo âmbito de aplicação do Tratado, as condições do seu exercício estão, como tal, sujeitas ao conjunto de obrigações que resultam das diferentes disposições do Tratado. Por conseguinte, as regras que regulam a referida actividade devem preencher as condições de aplicação dessas disposições, que se destinam, nomeadamente, a assegurar a livre circulação de trabalhadores, a liberdade de estabelecimento, a livre prestação de serviços ou a concorrência.”

Conforme refere Gianni Infantino, Director dos Assuntos Legais da UEFA, no seu trabalho *Meca-Medina: a step backwards for the European Sports Model and the Specificity of Sport?* este parágrafo, só por si, levanta duas questões importantes:

1. Quando é que uma actividade desportiva cai sob a alçada do Tratado?
2. Quais são as condições para um indivíduo exercer uma actividade desportiva que caia sob a alçada do Tratado?

O próprio Infantino responde a estas mesmas questões declarando que todo o desporto profissional cai sob a alçada do Tratado, e que até mesmo o desporto amador poderá cair pois a Comissão Europeia chegou a ameaçar levar o Governo Espanhol a tribunal devido a alegadas discriminações no acesso a eventos desportivos amadores em Espanha, situação semelhante à sucedida no caso *Dona v Mantero*.

Em relação à questão número dois, Infantino refere que a definição dessas mesmas condições é muito difícil, embora de vital importância. De facto, existem muitas regras desportivas que regulam a elegibilidade de um atleta,

que poderão ser consideradas “condições” de exercício de uma actividade desportiva profissional; à luz das palavras utilizadas pelo Tribunal Europeu de Justiça aquando da sua decisão no caso Meca-Medina, qualquer regra desportiva que seja classificada como “condição de exercício” de uma actividade desportiva profissional terá de obedecer às provisões do Tratado. Assim sendo, uma vez que a discriminação baseada em género é ilegal, conforme é referido nos termos gerais do Tratado, será possível dar entrada, a qualquer momento, quer na Comissão Europeia, quer no Tribunal Europeu, uma petição por parte de uma atleta do sexo feminino alegando que o facto de, por exemplo, as ligas profissionais de futebol de países como Portugal serem exclusivamente masculinas a impede, ilegalmente, de “prestar serviços” apenas e só por causa do seu género. Obviamente, tal restrição é puramente “desportiva”³⁰ pois, apesar de, teoricamente, impedir a atleta em questão de prestar esse serviço essa mesma restrição apenas existe para garantir o bom funcionamento do desporto em questão e, conforme anteriormente afluído no presente trabalho, quando tal sucede o aspecto económico inerente à actividade desportiva profissional passa para segundo plano. Por outro lado, esta restrição, que é puramente “desportiva” e que, por esse mesmo motivo, não cai sob a alçada do Tratado é, simultaneamente, uma “condição de exercício” de uma actividade desportiva, pois impede todos os seres humanos do sexo feminino de nela participarem; logo, desde que se possa classificar esta restrição como “condição de exercício” ela terá que, à luz das palavras

³⁰ Esta mesma restrição é reconhecida pela própria Comissão Europeia que, no seu *Livro Branco sobre o desporto*, de 2007, reconhece que “o desporto tem certas características específicas” como, por exemplo, “a especificidade das actividades desportivas e das regras desportivas, como as competições separadas para homens e mulheres...”

utilizadas na sentença do caso Meca-Medina, obedecer às provisões do Tratado Europeu, que declara que não pode haver discriminação de trabalhadores baseada em género.³¹

Do ponto de vista do Direito esta é, seguramente, uma questão interessantíssima, pois existe uma colisão entre o que a Comissão Europeia e o Tribunal Europeu não querem – que é interferir em questões de Direito e regulamentação puramente desportiva – e o que o Tribunal Europeu de Justiça diz que deve ser feito – que é regulamentar as “condições de exercício” de todas as práticas desportivas que caiam sob a alçada do Tratado devido à sua vertente económica. No entanto, conforme fora referido nos *Objectivos Gerais e Específicos* desta mesma tese, as questões de Direito não serão analisadas, por não ser esse o objectivo ao qual este trabalho se propõe. Contudo, as questões políticas serão, essas sim, profundamente analisadas, e o que, politicamente falando, parece ressaltar desta decisão do Tribunal Europeu de Justiça é uma vontade férrea em controlar e aniquilar tudo o que possa, de uma forma ou de outra, impedir o direito que qualquer cidadão da UE tem ao acesso a emprego remunerado na área do desporto profissional.

Todavia, quer seja por excesso de zelo, quer seja por pura negligência, esta decisão do caso Meca-Medina veio lançar uma grande confusão sobre o assunto, gerando contradições como a do hipotético caso aqui analisado no parágrafo anterior ou, mais realisticamente, de casos em que exista uma punição disciplinar (resultados combinados, apostas ilegais, conduta

³¹ Por aqui se pode ver como o Tribunal, através desta decisão, torna o conceito de regra “desportiva” irrelevante, na medida em que o que realmente é importante é a “condição de exercício.”

antidesportiva, uso de substâncias ilegais, etc.) nos quais essa mesma punição impedirá um atleta de trabalhar sendo que, para esse efeito, o não estar disciplinarmente suspenso é uma “condição de exercício” de uma actividade desportiva. Seguindo esta linha de raciocínio, uma vez que não cometer as infracções acima referidas é uma “condição de exercício” de uma actividade desportiva desde que essa mesma actividade desportiva caia sob a alçada do Tratado – que é o que sucederá caso seja profissional – todas as punições aplicadas por um organismo desportivo poderão ser desafiadas pelos atletas, que poderão sempre argumentar que determinada suspensão é incorrecta ou desmedida e se, por um lado, não cabe aos organismos comunitários avaliarem a “dureza” de uma punição caber-lhes-á, por outro, escrutinar e decidir a eficácia dessa mesma punição, pois o não ser punido e o não estar suspenso é uma “condição de exercício” de uma competição desportiva profissional.

No seu *Livro Branco sobre o Desporto*, de 2007, no Anexo I, a Comissão Europeia tenta esclarecer todo este imbróglio, fazendo menção de um “teste” para aferir a compatibilidade de determinada regra desportiva com os Artigos 81º e 82º do Tratado da Comunidade Europeia, e que consiste no seguinte: “In line with the ECJ’s *Meca Medina* judgment, the Commission follows the **methodological approach** described below in order to assess whether a rule adopted by a sports association relating to the organisation of sport infringes Articles 81 and/or 82 EC.

<p>Step 1. Is the sports association that adopted the rule to be considered an “undertaking” or an “association of undertakings”?</p>
--

- a. The sports association is an “undertaking” to the extent it carries out an “economic activity” itself (e.g., the selling of broadcasting rights).
- b. The sports association is an “association of undertakings” if its members carry out an economic activity. In this respect, the question will become relevant to what extent the sport in which the members (usually clubs/teams or athletes) are active can be considered an economic activity and to what extent the members exercise economic activity. In the absence of “economic activity”, Articles 81 and 82 EC do not apply.

Step 2. Does the rule in question restrict competition within the meaning of Article 81(1) EC or constitute an abuse of a dominant position under Article 82 EC?

This will depend, in application of the principles established in the *Wouters* judgment, on the following factors:

- a. the overall context in which the rule was adopted or produces its effects and its objectives;
- b. whether the restrictions caused by the rule are inherent in the pursuit of the objectives; and
- c. whether the rule is proportionate in light of the objective pursued.

Step 3. Is trade between Member States affected?

Step 4: Does the rule fulfil the conditions of Article 81(3) EC?”

Se uma regra “desportiva” infringir um dos quatro pressupostos acima citados, então ela infringirá ou o Artigo 81, ou o 82 ou ambos e, nessas circunstâncias, não será válida, pois irá contra o Direito Comunitário estabelecido.

Seguidamente, o referido trabalho apresenta restrições e regras desportivas que perseguem objectivos legítimos, as quais passamos a citar:

“2.1.4 Restrictions under Articles 81(1) and 82 EC: National and/or international sports associations are normally the bodies that adopt sporting rules, which sport clubs/teams and athletes need to adhere to. Sporting rules adopted by national or international sports associations may constitute agreements or decisions by undertakings or associations of undertakings within the meaning of **Article 81(1) EC**. Such sporting rules, like any other decisions or agreements, are prohibited if they have as their object or effect the restriction or distortion of competition within the common market and affect trade between Member States.

Article 82 EC prohibits any abuse by one or more undertakings of a dominant position within the common market or in a substantial part of it in so far as it may affect trade between Member States. For the purposes of applying this provision, the relevant market must be determined. As mentioned earlier, sports associations usually have practical monopolies in a given sport and may thus normally be considered dominant in the market of the organisation of sport events under Article 82 EC. Even where a sporting association is not active on a given market, it may be considered to hold a dominant position if it operates on that market through its members (e.g., sport clubs/teams). Sport clubs/teams (and athletes) may also hold a collective dominant position under Article 82 EC to the extent that they present themselves as a “collective entity vis à vis their competitors, their trading partners and consumers” as a result of the implementation of rules adopted by a national or international sports association.

2.1.5 Sporting rules pursuing legitimate objectives whose effects are inherent and proportionate to their objectives

The ECJ has explicitly acknowledged in *Meca Medina* that even in cases where a sporting rule restricts the freedom of action of the athletes it may not breach Articles 81 and 82 EC to the extent the rule in question pursues a legitimate objective and its restrictive effects are inherent in the pursuit of that objective and are proportionate to it.

Legitimate objectives of sporting rules will normally relate to the “organisation and proper conduct of competitive sport” and may include, e.g., the ensuring of fair sport competitions with equal chances for all athletes, the ensuring of uncertainty of results, the protection of the athletes’ health, the protection of the safety of spectators, the encouragement of training of young athletes, the ensuring of financial stability of sport clubs/teams or the ensuring of a uniform and consistent exercise of a given sport (the “rules of the game”). The specificity of sport, i.e. the distinctive features setting sport apart from other economic activities, such as the interdependence between competing adversaries, will be taken into consideration when assessing the existence of a legitimate objective.

The restrictions caused by a sporting rule must be **inherent** in the pursuit of its objective. The ECJ found, e.g., that the penalties contained in the anti-doping rules in *Meca Medina* were inherent for the proper conduct of competitive sport and the healthy rivalry of athletes. Likewise, the prohibition on the ownership of two or several sport clubs/teams competing against each other was found by the Commission to be inherent for ensuring the uncertainty of results. Rules inherent in the organisation and proper conduct of competitive

sport also include the “rules of the game”, i.e., rules which determine the number of players, their function, duration of the competition/game etc. Obvious examples of rules of the game include the rule that a football team must have eleven players or a rule that regulates the dimensions of the goals.

The sporting rule must also be **proportionate** in relation to its objective in order for it not to infringe Articles 81(1) and 82 EC and must be applied in a transparent, objective and non-discriminatory manner. In *Meca Medina* the ECJ considered whether the limit for the presence of the banned substance in question in the athlete’s body was disproportionate (i.e., too low) and concluded that the rules did not go beyond what was necessary to ensure the proper conduct of competitive sport. Consequently, the proportionality of each sporting rule will have to be assessed on a case-by-case basis while taking into account the relevant facts and circumstances.”

Ainda assim, não cremos que este método seja suficiente, uma vez que continua a ser casuístico e, como tal, não oferece a segurança jurídica de que todos os agentes envolvidos necessitam para poderem desenvolver as suas actividades.

Por tudo isto, será seguro afirmar que, mais cedo ou mais tarde, a UE terá que tomar uma posição muito clara, sob pena de, a curto – médio prazo ver os seus Tribunais inundados com queixas, recursos e pedidos de esclarecimento vindos de vários agentes desportivos, sempre que uma autoridade desportiva tome uma decisão que não agrade a qualquer um deles; e se é verdade, como desde há muito tempo vem sendo afirmado, que o desporto não é “especial”, na medida em que esta actividade económica, em particular, não se pode isentar de todas as leis que regem as diversas

actividades económicas da sociedade contemporânea na UE, sendo obrigada a acarretar todas as responsabilidades, direitos e deveres próprios de uma sociedade de Direito, não é menos verdade que o desporto é uma actividade diferente das demais actividades económicas, contendo especificidades que apenas uma actividade disputada num terreno de jogo contém, ao invés das demais que são, na grande maioria dos casos, efectuadas sobre uma mesa de trabalho ou através de tele ou videoconferência.

É devido a estas especificidades, que serão comentadas no capítulo *Análise Desportiva*, que urge definir, inequivocamente, que tipo de regulamentos têm que, cegamente, obedecer à Lei comunitária, e que tipo de regulamentos têm que ser definidos e implementados pelas organizações desportivas, sob pena de, caso isto não seja feito, passarmos a ter o Tribunal Europeu de Justiça e os demais Tribunais comunitários a policiarem, constantemente, o que se passa no mundo do desporto, correndo o risco de se virem a tornar, por muito absurdo que pareça, as autoridades máximas desportivas dentro da UE.

5. ANÁLISE ECONÓMICA

Conforme é referido na Introdução da presente tese, este trabalho não pretende analisar nem dissecar a vertente económica do desporto mas não pode, igualmente, escusar-se a mencioná-la, constató-la e relacioná-la com a vertente competitiva, essa sim objecto de profunda análise, análise essa que seria impossível de ser realizada se a constatação da vertente económica do desporto fosse sonegada.

Este capítulo será, portanto, dedicado à constatação da evolução económica das instituições desportivas nos últimos treze anos, precisamente a partir do surgimento do acórdão Bosman, e demonstrará até que ponto este acórdão tem vindo a influenciar, economicamente, o mundo do desporto. Por outras palavras, pretende-se demonstrar se o acórdão Bosman veio, ou não, ajudar a transformar os clubes ricos em clubes ainda mais ricos e se, por seu turno, tal situação fez com que os clubes não tão ricos se tenham transformado em clubes pobres.

Ao declarar que este capítulo não analisará, de forma profunda, a vertente económica do desporto pretende-se apenas esclarecer que o objecto de análise desta dissertação não se prende com o âmbito das ciências sociais da Economia ou da Gestão, ou seja, não se farão inferências de viabilidade económica ou quaisquer análises do ponto de vista financeiro, nem tão-pouco se apresentarão conclusões e soluções acerca das problemáticas levantadas por esses temas; far-se-á, isso sim, uma constatação dos problemas e/ou dos

benefícios que a implementação da lei da mobilidade ao desporto trouxe às instituições desportivas, e relacionar-se-á esses mesmos problemas e/ou benefícios com a parte competitiva do desporto profissional.

Comecemos, então, pelos factos que, inevitavelmente, levarão às constatações. E um dos factos mais importantes, existentes à data do surgimento do acórdão Bosman, era o da restrição do número de atletas estrangeiros inscritos no plantel de um clube, bem como uma restrição ainda maior em relação ao número de estrangeiros a actuar, em simultâneo, num encontro desportivo oficial. Embora esta restrição servisse um propósito puramente desportivo – o de limitar a aquisição desenfreada de estrangeiros que, por sua vez, levaria ao diluir da identidade nacional dos plantéis dos clubes – e, como tal, será devidamente analisada e dissecada no capítulo correspondente, neste trabalho, a essa temática, a realidade é que este regulamento ou, melhor dito, a sua abolição após o acórdão Bosman está tão intrínseco às consequências económicas daí resultantes que seria inadmissível não o incluir neste mesmo capítulo.

De forma a melhor constatar e analisar os problemas e benefícios resultantes deste acórdão far-se-á, seguidamente, uma extrapolação de uma avaliação teórica de um hipotético programa de implementação do acórdão Bosman como se de uma lei em sentido material se tratasse; as palavras “extrapolação” e “hipotético” são aqui utilizadas em virtude de o acórdão Bosman não ter, na realidade, e por razões óbvias, um programa de aplicação pois, conforme é referido na abertura deste trabalho, o acórdão Bosman é apenas e só a aplicação da lei da mobilidade à estrutura desportiva europeia,

ou seja, o programa concebido e aplicado aquando da elaboração do Tratado de Roma não visava o desporto profissional; após o Tribunal Europeu de Justiça ter deliberado que o desporto profissional está sob a alçada dos regulamentos que regem toda a actividade económica esta lei foi automaticamente implementada e aplicada, sem elaboração de programa, objectivos ou realização de uma análise ex-ante; obviamente, por não se tratar de um programa, também não existem avaliações intercalares ou ex-post; é devido a todas estas condicionantes que o exercício a seguir apresentado é “teórico” e “hipotético”, pois esta avaliação não será mais do que a “extrapolação” de uma avaliação a um programa que, no caso concreto, e pelas razões acima expostas, não existe, mas cuja realização será, indubitavelmente, útil para melhor se perceber quais os benefícios/malefícios resultantes do surgimento do acórdão Bosman.

Avaliação do programa de implementação do Acórdão Bosman:³²

Objectivos do programa:

- Estabelecer um mercado comum entre os Estados Membros da UE.
- Estabelecer um desenvolvimento equilibrado e harmonioso das várias actividades económicas.
- Estabelecer e manter um nível elevado de emprego e de protecção social, através de uma coesão económica e social entre os Estados Membros.

³² A epígrafe é errónea, uma vez que os acórdãos são decisões dos Tribunais, não são leis e, como tal, um acórdão nunca poderia ter um programa de implementação.

- Abolir serviços de fronteira entre os Estados Membros de forma a facilitar a implementação dos objectivos acima referidos.
- Conceder liberdade de movimento a todos os trabalhadores dentro da UE, abolindo toda e qualquer discriminação baseada na nacionalidade de um indivíduo, para todos os propósitos respeitantes a emprego, remuneração e outras condições de trabalho.
- Conceder liberdade a qualquer cidadão de um Estado Membro da UE para se mover livremente dentro de todo o território composto pelos vários países Estados Membros da UE, com o propósito de lhe ser possível perseguir e concretizar a aceitação de uma proposta de emprego, ao abrigo do objectivo anterior.

Abstendo-nos de comentar o grau de sucesso individual de cada objectivo na implementação deste programa – e relembrando, novamente, que estes são apenas os objectivos, traçados no programa que implementou a lei da mobilidade, que mais tarde se iriam entrelaçar com e afectar o acórdão Bosman pois, naturalmente, a lista de objectivos do programa que implementou a lei da mobilidade, com vista a afectar todas as actividades económicas (e cuja concepção original vai muito para além da parte económica da actividade desportiva) é muito mais extensa – é seguro concluir, à distância de 50 anos que, de forma geral, todos estes objectivos foram cumpridos, quiçá não com um desenvolvimento tão equilibrado e harmonioso como o que se pretenderia, ou inclusive com uma coesão que, na realidade, não será tão coesa como o desejável mas, de forma geral, tudo o que estes objectivos extrapolados do Tratado de Roma se propuseram atingir foi atingido e, nos dias de hoje, e desde há já algum tempo, estas premissas encontram-se plenamente

realizadas, pois todo e qualquer cidadão da UE – e, por extensão, todo e qualquer atleta profissional – poderá usufruir dos benefícios inerentes às medidas explanadas no programa da lei da mobilidade e, igualmente, no Tratado de Roma.

O surgimento deste Acórdão que, recorde-se, apenas seria aplicável no espaço comunitário bem como em Estados com Tratados estabelecidos com a UE, desde que esses Tratados visassem as normas concernentes à livre circulação de pessoas e bens, acabou por criar, em virtude desta situação, duas Europas para um desporto: a comunitária e a não-comunitária. Esta seria uma forma possível de olhar para a situação. A outra seria concluir que a Europa é só uma, mas que o desporto praticado dentro desta estaria, a partir da implementação do Acórdão Bosman, sub-dividido em Comunitário e não-Comunitário. José Manuel Meirim levanta esta mesma questão num artigo de sua autoria intitulado *Bosman esteve presente na convenção?* Segundo este autor, os objectivos a que o Conselho da Europa se proporia prosseguir, em matéria de desporto, seriam alcançar “Democracia através do desporto, integração social, preservação da identidade dos valores desportivos, coesão social e parceria com o ambiente”, para além do facto de que “Um desporto como factor formativo da personalidade e valorização do homem e como factor harmonioso da sociedade”³³ seria sempre uma ferramenta útil e necessária para alcançar o equilíbrio, a harmonia e a coesão tão desejados, desde sempre, pelas instâncias comunitárias.

A nosso ver, este Acórdão, pelo menos do ponto de vista político, ao criar quer as duas Europas para um desporto, quer dois desportos para uma

³³ O Direito, nº138 2006 I. P. 133

Europa – a distinção entre qual das instâncias será a mais correcta é, para os propósitos desta dissertação, irrelevante – ajuda a UE, politicamente falando – e isto num sentido de Política *stricto sensu* – a dar um passo atrás em direcção ao equilíbrio, harmonia e coesão que pretendia alcançar através do desporto. Sem nos querermos adiantar, uma vez que este tema será adequadamente desenvolvido no capítulo *Análise Desportiva* da presente dissertação diríamos apenas, por agora, que o Acórdão Bosman criou, no momento da sua aplicação, uma ilha, que consistiria na Europa comunitária que, a partir daquele momento, ficara com regulamentação desportiva substancialmente diferente daquela que, simultânea e paralelamente, vigorava no resto do mundo.

A aplicação deste programa ao contexto do desporto europeu, do ponto de vista estritamente económico, terá que ser considerada um sucesso. Os clubes tradicionalmente mais ricos viram ser-lhes abertas as portas de um mercado até então substancialmente mais fechado e, sem restrições quanto ao número de estrangeiros (desde que a sua nacionalidade seja a de um país Estado Membro da UE) por plantel, e sem a necessidade de indemnizar clubes num patamar financeiramente mais abaixo pelos seus melhores jogadores em fim de contrato, os clubes ricos tornaram-se ainda mais ricos, pois foi-lhes possível contratar, em maior quantidade, atletas de qualidade oriundos de qualquer ponto da UE; atletas de qualidade atraem maior número de espectadores e maior interesse do ponto de vista comercial, o que resulta num aumento das vendas de artigos relacionados com determinado clube, e suscita interesse por parte das cadeias de televisão que, hoje em dia, despendem

milhões de euros para assegurar os jogos dos clubes mais ricos da UE e do mundo que são, precisamente, os clubes que têm os melhores jogadores.

No entanto, a aplicação da lei da mobilidade à realidade desportiva europeia, através do acórdão Bosman, não teria qualquer intuito de favorecer as instituições financeiramente mais privilegiadas. A única intenção seria a de abranger os desportistas com os mesmos direitos que qualquer normal trabalhador desde há muito usufruía e, também por este prisma, o alargamento da lei da mobilidade ao desporto terá de ser considerado um sucesso; não só os atletas podem escolher, livremente, em que país Estado Membro da UE querem exercer a sua actividade profissional, sem sofrerem qualquer tipo de discriminação com base na sua nacionalidade, como o facto de, após findar o seu contrato, estes ficarem donos do seu próprio passe internacional permitelhes negociar directamente com os clubes em si interessados, não ficando presos à vontade do seu anterior clube, conforme se verificava antes do acórdão Bosman o que, inerentemente, traz aos atletas vantagens financeiras na negociação dos seus futuros contratos pois, tal como anteriormente, continua a existir a negociação do passe internacional de um atleta; a diferença é que a negociação desse passe deixou de ser feita entre clube novo e clube anterior passando, ao invés, a ser feita entre clube novo e atleta.

Os clubes mais ricos acabam, indirectamente, por ser favorecidos pela implementação desta lei – destinada apenas e só a proteger os interesses dos trabalhadores e, por extensão, dos desportistas profissionais enquanto trabalhadores – na medida em que têm mais dinheiro disponível para contratar os melhores jogadores podendo, dessa forma, pagar-lhes salários

substancialmente mais avultados que clubes de pequena e média dimensão que, desta forma, saem, indirectamente, prejudicados pelo acórdão Bosman, pois não só não têm condições para igualar as propostas salariais dos grandes clubes como nem sequer recebem qualquer compensação pela perda do seu atleta em situação de fim de contrato pois, nestas condições, o detentor do passe internacional passa a ser o atleta.

O facto de poderem contratar os melhores jogadores torna os clubes ricos ainda mais ricos dadas as circunstâncias acima explanadas e, como consequência, dá-lhes ainda mais possibilidades de contratar cada vez mais e melhores jogadores, pois quanto maior for a qualidade do plantel maiores serão as conquistas e, quanto maiores forem as conquistas maiores serão os lucros gerados sendo que, quanto maiores forem os lucros gerados, maiores verbas haverão para a contratação de atletas de qualidade, oriundos de qualquer parte da UE, em final – ou não – de contrato (ou não porque, na conjuntura actual, para os grandes clubes é praticamente indiferente a situação contratual de um jogador, pois eles têm posses para contratar jogadores com contrato em vigor, devido aos enormes lucros gerados nos últimos anos) sem haver qualquer restrição em relação à nacionalidade.

Por todas estas razões é seguro afirmar que, do ponto de vista económico, o surgimento do acórdão Bosman é um rotundo sucesso financeiro para atletas profissionais e instituições desportivas de maior nomeada, sendo que, por outro lado, ficará para sempre marcada na história como o ponto em que clubes de segunda, terceira e de dimensões ainda mais abaixo perderam, definitivamente, o contacto competitivo que a antiga regulamentação lhes

permitia ir tendo pois, ao não haver restrições de nacionalidade, clubes oriundos dos países considerados super-potências do desporto europeu, como Inglaterra, Espanha, Itália e Alemanha deixaram de ter de seleccionar quais os melhores estrangeiros que queriam contratar, devido ao facto de só poderem ter, por plantel, cerca de cinco a oito estrangeiros, dependendo dos regulamentos de cada Federação, o que levava a que um clube inglês, por exemplo, só viesse contratar a Portugal um atleta de grande nomeada, e que realmente justificasse a ocupação de uma vaga de estrangeiro; a partir do surgimento do acórdão Bosman, que acabou por determinar que os atletas profissionais oriundos de países Estados Membros da UE são trabalhadores comuns e, como tal, não poderão ser considerados estrangeiros em qualquer país Estado Membro da UE este processo de selecção foi abolido, podendo os clubes oriundos das grandes potências económicas e desportivas contratarem quem quiserem, independentemente da sua nacionalidade.

O aspecto agora referido pertence, certamente, à área da avaliação do ponto de vista desportivo, aspecto esse que será, nessa área, devidamente escrutinado; não queremos, no entanto, deixar de o referir nesta secção em que se faz a análise do ponto de vista económico, porque é precisamente neste ponto que a parte económica interliga com a desportiva, na medida em que o não haver restrições em relação ao número de estrangeiros prejudicará, em primeira instância, o aspecto competitivo da actividade desportiva mas influi, igualmente, no aspecto económico, pois ao deixarem de receber compensações pelos seus atletas em fim de contrato e o não haver uma coibição por parte dos clubes ricos em contratar esse atleta por não haver restrições em relação ao número de estrangeiros faz com que os clubes menos

ricos ou até mesmo pobres fiquem sem condições de segurar os seus atletas, pois não terão condições para assalariar determinado atleta da mesma forma que um clube rico o fará.

Tal como um clube rico, com a ajuda do acórdão Bosman, fica ainda mais rico pelas razões acima expostas, um clube pobre ficará ainda mais pobre pelas mesmas razões, ou seja, se os adeptos encham os recintos desportivos e as cadeias de televisão asseguram as transmissões dos clubes mais ricos por terem os melhores jogadores, os clubes pobres estarão, obviamente, condenados a terem os seus recintos com poucos espectadores e a que as cadeias de televisão só lhes prestem atenção quando estes defrontarem os grandes clubes.

Objectivamente, este programa centra-se na defesa dos direitos dos trabalhadores a exercerem, dentro do mercado comum da UE, a sua profissão, sem serem vítimas de discriminação devido à sua nacionalidade. A única coisa que o acórdão Bosman fez foi considerar os atletas profissionais trabalhadores comuns e, como tal, terão direito às mesmas regalias que qualquer comum trabalhador terá. Objectivamente, portanto, todos os objectivos foram atingidos: nenhum cidadão da UE é discriminado pela sua nacionalidade, e nenhum atleta profissional é impedido de exercer livremente a sua actividade dentro da UE, ao contrário do que sucedia antes do surgimento do acórdão Bosman, em que as leis desportivas limitavam, claramente, os atletas em virtude de imporem aos seus patrões, os clubes, restrições em relação ao número de estrangeiros pertencentes a cada plantel. Objectivamente, do ponto de vista da defesa dos direitos dos trabalhadores e, por extensão, dos atletas profissionais a

implementação deste programa é um enorme sucesso e, do ponto de vista económico, a avaliação é claramente positiva.

Apesar da extrapolação da avaliação do hipotético programa atribuir, do ponto de vista económico, nota largamente positiva ao acórdão Bosman, o mesmo não acontece quando analisamos esta questão de um ponto de vista estritamente desportivo; apesar de existir um capítulo, nesta tese, exclusivamente dedicado a esse tema é pertinente aflorar, neste momento, a seguinte questão, uma vez que ela está no vértice dos prismas económico/desportivo, e que se prende com a relação íntima entre o sucesso desportivo e o sucesso comercial de uma instituição desportiva pois, sendo natural a existência de escassez em relação aos recursos de qualidade, escassez essa que se repercute em todas as áreas da existência humana, a consequência da aquisição, por parte dos clubes ricos, da grande maioria dos recursos de qualidade – leia-se atletas profissionais – é a de que, obviamente, os clubes não tão ricos acabam por perder os seus bons valores, pois não têm capacidade económica para os manterem. Daí advêm duas grandes consequências:

- A criação de um fosso competitivo muito grande entre os clubes ricos e todos os outros (situação acima mencionada) que, na prática, significa que a disputa dos títulos internacionais mais importantes está reservada àqueles que têm mais dinheiro; quem não tem tanto dinheiro não pode adquirir atletas de qualidade e, portanto, tem poucas ou nenhuma hipóteses de discutir esses mesmos títulos.

- O alargamento do fosso económico entre os clubes ricos e todos os outros que, apesar de sempre ter existido, tem crescido exponencialmente ao longo da última década.

É impossível destrinçar ou estabelecer uma relação de causa-efeito entre as duas consequências pois, na realidade, elas são a consequência uma da outra. A abolição do número de estrangeiros tem consequências ao nível desportivo, consequências essas que já foram mencionadas neste trabalho e que, mais à frente, serão profundamente analisadas, bem como a nível financeiro que já foram, igualmente, afloradas. Resta-nos, no entanto, constatar que o fosso económico tem-se vindo a alargar devido ao sucesso desportivo das instituições mais bem apetrechadas financeiramente, sendo que esse mesmo sucesso desportivo advém, em grande parte, do poderio financeiro que os grandes clubes já ostentavam antes mesmo da entrada em vigor do acórdão Bosman.

Dito de outra forma, o referido no parágrafo anterior explica-se mediante a utilização da seguinte linha de raciocínio:

As instituições desportivas de maior tradição na Europa, devido às suas conquistas no âmbito desportivo são, paralelamente, e na sua grande maioria, aquelas que, financeiramente, são mais poderosas. Esta é uma realidade indesmentível, e é uma realidade que existe, temporalmente, muito para além do acórdão Bosman. Instituições desportivas europeias como Liverpool Football Club, Real Madrid Club de Fútbol ou Internazionale de Milano, para citar alguns exemplos entre dezenas de outras grandes instituições desportivas europeias, já eram grandes clubes, quer no âmbito desportivo, quer no âmbito

financeiro, antes do acórdão Bosman. São grandes clubes no âmbito desportivo porque, desde a sua criação, sempre disputaram e venceram, com regularidade, os troféus quer nacionais, quer internacionais correspondentes às competições nas quais estão inscritos. São grandes clubes no âmbito financeiro devido ao facto de pertencerem a países desenvolvidos economicamente, que desde há muito estão na frente do pelotão internacional, e devido ao facto de as suas conquistas desportivas gerarem lucro.

O primeiro motivo, dos dois previamente referidos, explica-se facilmente com o facto de o desporto não ser mais do que um espelho da sociedade, quer em aspectos negativos, quer em aspectos positivos; no caso em concreto, se a sociedade na qual estes clubes estão inseridos é muito desenvolvida financeiramente é natural que os seus clubes também o sejam embora, naturalmente, tal não possa acontecer com todos os clubes existentes num determinado país; o que torna um clube proveniente de uma nação bem cotada financeiramente rico ou pobre é, precisamente, o mencionado no segundo motivo, ou seja, as conquistas desportivas, que geram lucro porque, simplesmente, quantos mais troféus vença, mais adeptos uma equipa angaria, e quantos mais jogos uma equipa ganhe mais adeptos terá para ir ao estádio, gerando receitas de bilheteira, receitas de venda de equipamentos, consumo de bens alimentares, etc.

Esta noção é tão válida para os primórdios do desporto como para os dias de hoje embora, na actualidade, ela seja mais visível, devido à importância do desporto profissional na sociedade contemporânea e do avanço tecnológico pois, a acrescentar às receitas tradicionais mencionadas no parágrafo anterior,

temos as receitas televisivas que compõem, efectivamente, a maior parte dos lucros que os êxitos desportivos geram.

A grande questão que se põe em termos competitivos, no entanto, é que, antes do acórdão Bosman, a disputa e a conquista dos grandes títulos não estava vedada aos clubes financeiramente mais bem apetrechados pois, conforme já foi igualmente referido nesta dissertação, os clubes ricos não tinham a prerrogativa legal de poder contratar todos os bons atletas existentes em todo o mundo indiscriminadamente, sem olhar a restrições em relação ao número de estrangeiros. Devido a essa restrição, instituições desportivas não tão bem apetrechadas financeiramente como, por exemplo, Sport Lisboa e Benfica, Futebol Clube do Porto, Sporting Clube de Portugal, Ajax FC, Anderlecht e muitos outros entre dezenas de exemplos que poderiam ser aqui mencionados conseguiam, antes do acórdão Bosman disputar e, de facto, vencer os grandes troféus internacionais gerando, igualmente, o mesmo tipo de receitas que as dos clubes mais ricos; contudo, apesar de o tipo de receitas ser o mesmo, o valor dessas mesmas receitas sempre esteve longe de poder ser equiparado aos valores gerados pelas conquistas dos clubes provenientes de países financeiramente mais poderosos, pois o poder de compra dos adeptos Portugueses, Holandeses ou Belgas não é, nem nunca foi, igual ao dos adeptos Ingleses, Espanhóis ou Italianos; logo, os proveitos gerados pelas conquistas das duas Taças dos Clubes Campeões Europeus por parte do Sport Lisboa e Benfica, na década de 60, seguramente não poderiam ser comparados aos proveitos gerados pela Taça conquistada pelo Manchester United Football Club em 1968, ou pelas conquistadas pelo Internazionale de Milano em 1965 e 1966, pois a capacidade dos adeptos italianos ou ingleses

de adquirir o muito merchandising que sempre se vende por ocasião destas conquistas era muito superior ao dos portugueses além de que não se pode excluir o facto de que, na década de 60, este conceito era desconhecido em Portugal, facto que, por si só, impediu o Benfica de retirar, financeiramente, todos os dividendos que, por exemplo, os outros dois clubes acima mencionados retiraram.

No entanto, a questão financeira acabava por ser secundária pois, por muito dinheiro que ganhassem, os grandes clubes não o poderiam usar todo, pois havia restrições em relação ao número de estrangeiros por plantel, o que possibilitava aos clubes oriundos de países não tão fortes financeiramente disputar, de igual para igual, os grandes títulos internacionais com os clubes mais ricos. Por muito que o Tribunal Europeu de Justiça o negue, nomeadamente no ponto número 15 do Sumário da decisão do caso Bosman, onde é referido que a não restrição do número de jogadores estrangeiros em nada afecta o equilíbrio entre os clubes, devido ao facto de que “nenhuma regra limita a possibilidade de os clubes ricos recrutarem os melhores jogadores nacionais, facto que compromete da mesma forma aquele equilíbrio”, a verdade é que o acórdão Bosman veio retirar este mesmo equilíbrio, não a nível nacional, é certo, mas a nível internacional, pois se é verdade que, com ou sem acórdão Bosman, o poder de compra de um clube como o Sport Lisboa e Benfica ou um Manchester United Football Club será sempre muito maior quando comparado com clubes como o Vitória Futebol Clube ou o Hull City, e isto é válido para todas as ligas de futebol profissional na Europa e, com efeito, para todos os desportos profissionais, a verdade é que, sem limite de estrangeiros, o poder de compra do Manchester United cresce em relação ao

do Benfica, pois o Manchester United, que sempre teve a possibilidade de contratar os melhores jogadores ingleses, tem igualmente, neste momento, a possibilidade de contratar os melhores portugueses, ao passo que o Benfica, por não ser tão rico, perdeu a prerrogativa de poder manter os melhores portugueses, que emigram em catadupa para o estrangeiro não conseguindo, por outro lado, colmatar a falta desses atletas com atletas estrangeiros de categoria pelo menos equivalente, devido a insuficiência financeira.

Apesar de o equilíbrio, a nível nacional, se manter, o equilíbrio existente pré – acórdão Bosman, a nível internacional, pura e simplesmente desapareceu, afectando duplamente a questão competitiva do desporto profissional, pois permite a diluição da identidade nacional dos clubes e impede, efectivamente, que clubes não tão ricos possam competir com os clubes ricos porque estes podem, de facto, fazer uso de toda a sua fortuna, aplicando-a na contratação de todos os atletas profissionais de nomeada oriundos dos quatro cantos do mundo.

Em suma, a razão pela qual este regulamento puramente desportivo, no sentido em que a sua existência visa apenas e só proteger a identidade nacional dos clubes, bem como proporcionar o aparecimento de jovens talentos cujas vagas nos plantéis seniores estariam ocupadas pelo excesso de estrangeiros que a não existência desta restrição proporcionaria e, com efeito, proporciona, afecta tão intimamente a actividade económica gerada pelo desporto profissional é simples e, nos dias de hoje, treze anos após o acórdão Bosman, óbvia, e prende-se com o facto de que a restrição do número de

aquisições de atletas estrangeiros limita, directamente, o uso total do poderio económico evidenciado pelas instituições desportivas europeias mais ricas.

Dito de outra forma, os clubes mais ricos não poderiam investir todo o seu capital em aquisições de atletas de grande qualidade porque, pura e simplesmente, existia um regulamento que os impedia de inscrever mais do que um dado número de atletas de nacionalidade estrangeira. Por exemplo, um clube inglês teria que alinhar, até ao aparecimento do acórdão Bosman, obrigatoriamente, com oito atletas de nacionalidade Britânica em encontros oficiais das respectivas competições nacionais o que, por si só, invalidaria uma prospecção profunda em mercados estrangeiros; por muito dinheiro que as instituições desportivas inglesas, italianas, espanholas ou alemãs tivessem não teriam a oportunidade de o investir por completo, pois estavam obrigadas a fazer alinhar 7/8 jogadores com a nacionalidade do respectivo país por encontro oficial, dependendo este número dos regulamentos da federação de cada país. Esta realidade deita por terra a justificação dada, pelo Tribunal Europeu de Justiça, aquando da deliberação a favor de Jean-Marc Bosman, para abolir o número de estrangeiros, alegando que tal restrição não se poderia “justificar por razões não económicas, que interessem unicamente ao desporto enquanto tal”, pois estas “regras não impedem que os clubes mais ricos obtenham a colaboração dos melhores jogadores nem que os meios financeiros disponíveis sejam um elemento decisivo na competição desportiva e que o equilíbrio entre clubes daí resulte consideravelmente alterado.” Claramente, o Tribunal Europeu equivocou-se, pelo menos no que às competições internacionais diz respeito.

Poder-se-á, aliás, constatar, de forma empírica, a veracidade do que foi referido através da consulta da tabela dos finalistas da Liga dos Clubes Campeões Europeus da UEFA nos últimos 13 anos, precisamente aqueles que levamos desde o surgimento do acórdão Bosman:

Temporada	Vencedor	Finalista
2008/2009	Barcelona (Esp)	Manchester United (Ing)
2007/2008	Manchester United (Ing)	Chelsea (Ing)
2006/2007	Milan (Ita)	Liverpool (Ing)
2005/2006	Barcelona (Esp)	Arsenal (Ing)
2004/2005	Liverpool (Ing)	Milan (Ita)
2003/2004	FC Porto (Por)	Mónaco (Fra)
2002/2003	Milan (Ita)	Juventus (Ita)
2001/2002	Real Madrid (Esp)	Bayer Leverkusen (Ale)
2000/2001	Bayern Munique (Ale)	Valência (Esp)
1999/2000	Real Madrid (Esp)	Valência (Esp)
1998/1999	Manchester United (Ing)	Bayern Munique (Ale)
1997/1998	Real Madrid (Esp)	Juventus (Ita)
1996/1997	Borussia Dortmund (Ale)	Juventus (Ita)
1995/1996	Juventus (Ita)	Ajax (Hol)

http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_European_Cup_and_UEFA_Champions_League_winners

Para além da honrosa excepção de 2004, edição vencida pelo Futebol Clube do Porto, e cujo finalista foi o Mónaco, uma equipa francesa – um ano, portanto, atípico – todos os outros vencedores e finalistas são oriundos de Inglaterra, Espanha, Itália ou Alemanha, precisamente as quatro maiores potências económicas europeias, com excepção do Ajax da Holanda que, em 1996, foi finalista vencido; contudo, esta foi a primeira temporada após o surgimento do acórdão Bosman pelo que, conforme constataremos no capítulo *Mobilidade*, o impacte foi praticamente inexistente.

Por outro lado, através da consulta de todos os finalistas da Taça dos Clubes Campeões Europeus, podemos constatar que, antes do acórdão Bosman, os vencedores são oriundos de países tão diversos como a Holanda, a Roménia ou a ex-Jugoslávia, entre muitos outros para além, obviamente, dos países que hoje em dia dominam a cena internacional, quer económica, quer desportiva.

Temporada	Vencedor	Finalista
1994/1995	Ajax (Hol)	Milan (Ita)
1993/1994	Milan (Ita)	Barcelona (Esp)
1992/1993	Marselha (Fra)	Milan (Ita)
1991/1992	Barcelona (Esp)	Sampdoria (Ita)
1990/1991	Estrela Vermelha (Jug)	Marselha (Fra)
1989/1990	Milan (Ita)	Benfica (Por)
1988/1989	Milan (Ita)	Steaua Bucureste (Rom)
1987/1988	PSV Eindhoven (Hol)	Benfica (Por)
1986/1987	FC Porto (Por)	Bayern Munique (Ale)
1985/1986	Steaua Bucureste (Rom)	Barcelona (Esp)
1984/1985	Juventus (Ita)	Liverpool (Ing)
1983/1984	Liverpool (Ing)	Roma (Ita)
1982/1983	Hamburgo (Ale)	Juventus (Ita)
1981/1982	Aston Villa (Ing)	Bayern Munique (Ale)
1980/1981	Liverpool (Ing)	Real Madrid (Esp)
1979/1980	Nottingham Forest (Ing)	Hamburgo (Ale)
1978/1979	Nottingham Forest (Ing)	Malmö FF (Sue)
1977/1978	Liverpool (Ing)	Club Brugge (Bel)
1976/1977	Liverpool (Ing)	Borussia Mönchengladbach (Ale)
1975/1976	Bayern Munique (Ale)	Saint-Étienne (Fra)

1974/1975	Bayern Munique (Ale)	Leeds (Ing)
1973/1974	Bayern Munique (Ale)	Atlético Madrid (Esp)
1972/1973	Ajax (Hol)	Juventus (Ita)
1971/1972	Ajax (Hol)	Inter (Ita)
1970/1971	Ajax (Hol)	Panathinaikos (Gre)
1969/1970	Feyenoord (Hol)	Celtic (Esc)
1968/1969	Milan (Ita)	Ajax (Hol)
1967/1968	Manchester United (Ing)	Benfica (Por)
1966/1967	Celtic (Esc)	Inter (Ita)
1965/1966	Real Madrid (Esp)	Partizan (jug)
1964/1965	Inter (Ita)	Benfica (Por)
1963/1964	Inter (Ita)	Real Madrid (Esp)
1962/1963	Milan (Ita)	Benfica (Por)
1961/1962	Benfica (Por)	Real Madrid (Esp)
1960/1961	Benfica (Por)	Barcelona (Esp)
1959/1960	Real Madrid (Esp)	Eintracht Frankfurt (Ale)
1958/1959	Real Madrid (Esp)	Stade Reims (Fra)
1957/1958	Real Madrid (Esp)	Milan (Ita)
1956/1957	Real Madrid (Esp)	Fiorentina (Ita)
1955/1956	Real Madrid (Esp)	Stade Reims (Fra)

http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_European_Cup_and_UEFA_Champions_League_winners

Apresentamos, seguidamente, uma tabela, por países, dos vencedores e finalistas da Liga dos Campeões após o acórdão Bosman:

Nação	Vencedores	Finalistas
Espanha	5	2
Itália	3	4
Inglaterra	3	4
Alemanha	2	2
Portugal	1	
França		1
Holanda		1

http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_European_Cup_and_UEFA_Champions_League_winners

Contrastamos, a seguir, com a tabela dos vencedores e finalistas da Taça dos Clubes Campeões Europeus antes do aparecimento do acórdão Bosman:

Nação	Vencedores	Finalistas
Itália	8	10
Inglaterra	8	2
Espanha	7	7
Holanda	6	1
Alemanha	4	5
Portugal	3	5
França	1	4
Escócia	1	1
Roménia	1	1
Jugoslávia	1	1
Grécia		1
Bélgica		1
Suécia		1

http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_European_Cup_and_UEFA_Champions_League_winners

A conclusão à qual esta secção do presente trabalho pretende chegar é simples, clara e transparente: o acórdão Bosman tem permitido, nos últimos treze anos, que as grandes instituições desportivas sejam, simultaneamente, cada vez mais ricas e competitivas, o que tem vindo a criar uma elite, cujo fosso competitivo e financeiro em relação às demais instituições desportivas tem vindo a aumentar, não só gradualmente mas, acima de tudo, exponencialmente. O acórdão Bosman é uma necessidade jurídica, e o argumento de que o desporto é especial não colhe resultados pois, por muito especial que possa ser é, na realidade, uma actividade económica que

movimenta milhões de euros por ano e os seus executores, os atletas profissionais têm, juridicamente, os mesmos direitos, obrigações e deveres que os demais cidadãos comunitários; no entanto, esta necessidade jurídica tem um impacte nefasto na vertente competitiva do desporto, conforme já foi mencionado neste trabalho, assunto sobre o qual esta dissertação se debruçará no capítulo seguinte.

Contudo, valerá a pena debruçarmo-nos sobre a seguinte questão: deverão ser assacadas responsabilidades à Comunidade Europeia por não ter, no seu devido tempo, acautelado esta situação, ou seja, por não ter elaborado provisões especificamente reguladoras do desporto aquando da sua formação, tal como o fizera para vários outros sectores da sociedade?

Em 1957, o Tratado da Comunidade Europeia não tinha nenhuma norma respeitante à actividade desportiva pois o desporto era, então, considerado uma actividade não-económica, caindo totalmente fora do escopo de um processo cujo objectivo era formar uma comunidade económica. Dessa forma, o Acórdão Bosman, que tem a força de uma lei, mostra-se manifestamente desajustado para a realidade desportiva, pois a lei da mobilidade, que o acórdão transporta para o desporto, não foi designada tendo em atenção as especificidades deste. Para além disso, a Comunidade Europeia não contava, desde o início, com uma base jurídica “para encetar uma qualquer política desportiva, para intervir no desporto, sua organização, função e vivência.”³⁴

A conclusão que podemos retirar é a de que o acórdão ordena a aplicação de uma lei feita a pensar em actividades económicas a uma actividade cuja componente económica é secundária em relação à sua vertente

³⁴ O Direito, nº138 2006 I. P.144

desportiva, de competição. Defende Alexandre Husting que o desporto é que evoluiu, sendo que a sua crescente comercialização fez com que este se tornasse aplicável ao Direito Comunitário não havendo, por isso, ingerência comunitária no desporto.

Concordamos em parte, uma vez que a vertente económica faz com que o desporto caia, de facto, sob a esfera do direito comunitário; contudo, em relação à temática da não-ingерência comunitária em matéria de desporto, ainda que seja pacífico concluir que ela, a existir, não tem a sua origem em 1957, poderemos opinar que é inadmissível deixar nas mãos do Tribunal de Primeira Instância e do Tribunal de Justiça a construção, através da concretização de normas comunitárias, do “direito comunitário do desporto”, pois “é a partir das decisões desses órgãos sobre ‘casos desportivos’ e do seu impacto na realidade desportiva europeia – e mesmo universal –, que a União Europeia, os seus Estados-membros e as organizações privadas, internacionais e nacionais, tomam consciência que o muro, que separava (?) o desporto da Europa, se desmoronou, sendo necessário alcançar outro patamar de relacionamento, de forma a salvaguardar todos os interesses em presença.”³⁵

Em nossa opinião, ao aplicar o direito comunitário elaborado especificamente para as actividades económicas ao desporto, sem qualquer tipo de provisões específicas, a UE permite e desvirtua ela própria a componente puramente desportiva do desporto, permitindo que os Tribunais, através apenas e só dos seus acórdãos, façam política acerca desta matéria cometendo, por via disso, ingerência em matéria desportiva.

³⁵ O Direito, nº138 2006 I. P. 115

Afectando três ordenamentos jurídicos, a ordem jurídica comunitária, a nacional e a desportiva privada, o Acórdão Bosman desfaz toda uma regulamentação das organizações desportivas, ou seja, o Tribunal obrigou a que se procedesse à troca da(s) regulamentação(ões) desportiva(s), que haviam sido delineadas e elaboradas com o intuito de melhor servir o desporto, pela regulamentação comunitária, que havia sido delineada e elaborada para melhor servir as actividades económicas presentes na União, e não o desporto. O desporto passa a ser governado pelas mesmas leis que regem a actividade económica, sendo que o desporto é simultaneamente uma actividade económica e não económica.

6. ANÁLISE DESPORTIVA

Por estar localizada no vértice criado pelo binómio componente económica/componente desportiva do desporto profissional, a questão da competitividade foi já afluada no capítulo anterior, razão pela qual, para evitar que a presente tese se torne repetitiva, nos abstermos de voltar a mencionar conceitos já discutidos e constatados, nomeadamente as razões que levam a que um maior poderio financeiro esteja interligado com uma maior probabilidade de obter sucesso no campo desportivo.

No entanto, devido ao facto de um dos objectivos gerais desta dissertação ser, precisamente, o da constatação quer dos aspectos nocivos, quer dos aspectos benéficos que a aplicação da lei da mobilidade à estrutura desportiva trouxe ao desporto do ponto de vista da competitividade, será necessário que, nas próximas linhas, nos debrucemos sobre a teorização e análise das questões relacionadas, precisamente, com a livre circulação de atletas profissionais.

Já foi referido, no capítulo anterior, que a livre circulação de atletas prejudica a questão da competitividade; nesse mesmo capítulo, foram igualmente apontadas as razões que justificam tal situação e, conforme facilmente se poderá constatar, todas essas razões são de ordem financeira. Dito por outras palavras, o facto de não existir uma restrição em relação ao número de atletas estrangeiros a actuar por determinado clube numa determinada liga nacional ou competição continental apenas tem dimensão e

impacte na competitividade porque, efectivamente, há clubes que têm orçamentos maiores que outros; é o dinheiro disponível para contratar, aliado à prerrogativa legal de se poder contratar indiscriminadamente que cria o fosso competitivo, pois os grandes clubes europeus sempre tiveram grandes orçamentos; o que sempre os impediu de dominarem como, na actualidade, dominam a cena desportiva europeia foi a impossibilidade de contratarem todos os bons valores; tal possibilidade nasceu em 1995, e foi criada por uma decisão tomada pelo Tribunal Europeu de Justiça.

Abstendo-se este trabalho de comentar a validade, pertinência e constitucionalidade de tal decisão, devido ao facto de não ser sua pretensão analisar a questão de um ponto de vista jurídico, a realidade é que esta mesma decisão principiou uma nova era, na qual os clubes com orçamentos menores ficaram com uma competitividade menor devido ao facto de lhes ser impossível segurar, pelo menos, alguns bons valores. Mas a questão de fundo é que, a partir de agora, será rigorosamente analisada é a seguinte: a perda de competitividade, por parte dos clubes não – ricos em relação aos clubes ricos deve-se, em primeira instância, à disparidade económica existente entre os países dos quais os próprios clubes são oriundos; a restrição do número de estrangeiros acabava por ter uma função dupla, a oficial, que é a de existir para manter a identidade nacional dos clubes, e a secundária – que, tendo em atenção a conjuntura actual, só se poderá apelidar de secundária em termos ordinais, não de importância – que era a de impedir que as grandes e ricas instituições desportivas contratassem todos os atletas de boa qualidade, deixando muito pouco espaço de manobra para os demais concorrentes.

Embora sem o analisar profundamente, se aqui nos socorrermos da ciência do Direito poderemos facilmente constatar – como, aliás, já foi declarado no presente trabalho – que o surgimento do acórdão Bosman só peca por tardio; desde muito antes de 1995 que o desporto profissional em geral, e o futebol em particular, têm vindo a gerar receitas enormes, sendo autênticas máquinas económicas, geradoras de emprego e lucros. Poder-se-á argumentar que o desporto, vertente competição, não precisava do acórdão Bosman porque, efectivamente, destruiu o equilíbrio que, até então, vinha existindo e, nesse sentido, o aparecimento deste acórdão foi-lhe prejudicial; no entanto, o desporto, vertente económica, estaria indubitavelmente condenado a que a lei da mobilidade se alargasse às suas fileiras; se não tivesse sido em 1995 teria sido uns anos mais tarde, da mesma forma que poderia, facilmente, ter acontecido alguns anos mais cedo.

Em suma, a livre circulação de jogadores apenas afecta a competitividade devido à existência de disparidades económicas entre os diferentes países dos quais os vários clubes são oriundos e, inerentemente, os clubes oriundos dos países mais ricos são mais ricos, da mesma forma que os clubes oriundos de nações não tão fortes financeiramente são, igualmente, menos fortes do ponto de vista económico.

Pondo de parte o regresso do modelo antigo pois, juridicamente, a sua aplicação é impossível na UE, as soluções para a resolução dos problemas criados pelo acórdão Bosman do ponto de vista estritamente desportivo e que são, nomeadamente, a perda de identidade nacional dos clubes, a cada vez menor aposta na formação devido ao facto de os lugares destinados aos

jovens valores estarem ocupados por estrangeiros e a queda da competitividade entre os grandes clubes que formam um grupo de elite e os restantes passariam por:

- Implementar a sugestão proferida por Joseph Blatter, presidente da FIFA, em Maio de 2008, na qual ele sugere que, por cada encontro oficial das provas nacionais e continentais disputado haja uma obrigatoriedade, por parte das equipas, em fazerem alinhar um mínimo de seis atletas que possam alinhar pela selecção nacional da Federação da qual o clube faça parte.
- Implementar o sistema de transferências existente no desporto profissional praticado nos Estados Unidos da América, fazendo algumas adaptações necessárias.

Vladimír Spidla, Comissário do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Igualdade de Oportunidades da UE, reagiu a esta sugestão de Blatter que, segundo o próprio, iria ser discutida no seguinte Congresso da FIFA, que se realizou a 29 e 30 de Maio de 2008, dizendo que, juridicamente, tal seria impossível, pois “tal regra seria discriminatória e ilegal” devido ao facto de esta situação chocar, frontalmente, com o referido no artigo 2º do Tratado de Roma; no fundo, a solução apresentada por Blatter seria um cruzamento entre o antigo regulamento FIFA e o acórdão Bosman, no qual as leis de transferência, nomeadamente o não pagamento de qualquer compensação por parte de um clube, por um atleta sem contrato, ao seu anterior clube, se manteriam, ao passo que a restrição em relação ao número de atletas estrangeiros a alinhar numa partida regressaria.

Segundo Blatter, “Contrary to what may have been said, the '6+5' rule does not contravene the European Labour Law on the freedom of movement. Clubs will still be free to take on as many foreign players as they want. When a match kicks off however, they will have to have six players on the pitch who are eligible for the national team of the country in question. Furthermore, the '6+5' rule supports another European Law, namely regarding having the broadest and fairest possible competition and restricting the concentration of finances and economic monopolies. This is the direction that football is going in. In the five main European championships at the moment, four-fifths of the teams are battling to avoid relegation to a lower division. This is not a sign that football is in good health. It is the proof that a minority of clubs control everything - money, players and means.

We are not trying to defy the laws that are in place. We have to struggle all year round against governmental interference in the affairs of Member Associations so we are not about to start interfering ourselves! Having said that, if we do not intervene, the fairness of the sport will be further endangered and identification with national teams is going to disappear. In the end it will all be down to money, there will be no more sporting competition or local or regional sentiment.”³⁶

A opinião do sr. Blatter que, enquanto presidente da FIFA, é um homem do futebol, embora respeitável e, do ponto de vista da competitividade desportiva justa e acertada, não é, no entanto, do ponto de vista jurídico, correcta, uma vez que choca frontalmente com o ponto 15 do Sumário do

³⁶ <http://www.fifa.com/aboutfifa/federation/president/news/newsid=762500.html>

juízo do acórdão Bosman, no qual o Tribunal Europeu de Justiça explicitamente refere que “aquelas regras são contrárias ao princípio da não discriminação em razão da nacionalidade em matéria de emprego, remuneração e condições de trabalho, pouco importando, para o efeito, que não respeitem ao emprego destes jogadores, que não é limitado, mas à possibilidade de os respectivos clubes os fazerem alinhar num encontro oficial porque, na medida em que a participação em tais encontros constitui o objecto essencial da actividade de um jogador profissional, é evidente que uma regra que a limite restringe igualmente as possibilidades de emprego do jogador abrangido.” A menos que o Tribunal Europeu de Justiça reinterprete e reitere as suas próprias palavras e a sua própria decisão – o que é de todo impossível, pois os Tribunais não têm competência para rever os seus próprios acórdãos, sendo que apenas um Tribunal superior o poderia fazer; como não existe um Tribunal superior ao Tribunal Europeu de Justiça a única forma de alterar esta decisão seria através da elaboração de uma lei por parte do Parlamento Europeu – a chamada “lei dos 6+5” está condenada ao insucesso pois, nas circunstâncias actuais, é óbvio que a implementação desta medida seria ilegal, ao contrário do que Joseph Blatter defende, pois “a participação em tais encontros constitui o objecto essencial da actividade de um jogador profissional”; de acordo com o proferido pelo Tribunal Europeu de Justiça, na sua decisão em 1995, o facto de se permitir que um clube alinhe com atletas oriundos de qualquer parte da UE esteve na génese desta decisão, na origem da elaboração do acórdão Bosman tal como é hoje em dia conhecido, pelo que a alteração desta situação só poderia passar pela criação de uma lei por parte do Parlamento Europeu.

Em todo o caso, e como o que é pretendido, neste capítulo da presente tese, é analisar as consequências, do ponto de vista desportivo, do acórdão Bosman e, nesta fase, apresentar hipotéticas soluções para restaurar o equilíbrio, a nível internacional, que se perdeu desde o surgimento do referido acórdão, as considerações do sr. Blatter parecem ser bastante pertinentes, ainda que juridicamente inválidas. Um dos argumentos por si utilizados é o de que, caso a situação permaneça inalterada, os adeptos do futebol terão que formular, a si mesmos, as seguintes questões: “are you in favour of a strong national team? Are you in favour of national team players playing for the top clubs in your country's league? Are you in favour of youth players being trained and then getting access to the first team at their original club? Do you want players who have come through the youth system at a club to sign their first pro contract with that club? If you answer "yes" to all these questions, then like me you are in favour of the '6+5' rule.”³⁷

De facto, será relativamente seguro afirmar que a grande maioria dos adeptos concordará, em parte, com o sr. Blatter – uma equipa nacional forte sim mas, no respeitante a jovens promessas, o que a grande maioria dos adeptos responderia é que querem ver a sua equipa a vencer títulos, independentemente da nacionalidade dos atletas que a compõem – e, embora seja uma verdade redundante, nunca é demais afirmar que o desporto, profissional ou amador, apenas existe devido à existência de adeptos, da mesma forma que uma qualquer empresa de um qualquer ramo apenas existe e produz devido à existência de consumidores e, como tal, a função do

³⁷ <http://www.fifa.com/aboutfifa/federation/president/news/newsid=762500.html>

desporto é divertir e entreter os adeptos. Segundo a UE, tal objectivo nunca poderá ser conseguido através da isenção das obrigações às quais o desporto profissional terá que se submeter, devido ao facto de ser uma actividade económica.

Todavia, apesar de, juridicamente, a aplicação de tal lei ser impossível, a aplicação *de facto* desta regulamentação poderia ser uma realidade, sendo que tal iniciativa teria que partir, obrigatoriamente, dos próprios clubes. Para que isso acontecesse, bastaria que todas as instituições desportivas inscritas nas respectivas federações nacionais que fazem parte da UEFA elaborassem, entre si, um acordo de cavalheiros, no qual tornassem realidade esta sugestão do presidente da FIFA; no entanto, tal acordo careceria de eficácia jurídica, pelo que não poderiam ser aplicadas sanções por incumprimento o que, por si só, implicaria que qualquer acordo deste tipo pudesse, a qualquer momento, ser dissolvido bastando, para tal, existirem interesses de ordem financeira e/ou desportiva.

Contudo, a possibilidade de se elaborar tal acordo, tendo em conta a conjuntura actual, estará fora de hipótese, pelo menos nas grandes ligas e no que aos grandes clubes diz respeito, uma vez que estes são, conforme tem sido incessantemente referido ao longo deste trabalho, juntamente com os próprios atletas, os grandes beneficiados pela situação criada pelo acórdão Bosman, pois se é verdade que, por exemplo, aos adeptos e clubes portugueses, belgas ou holandeses lhes seria agradável ver os grandes valores que vêm das camadas jovens permanecerem mais anos nas respectivas ligas nacionais do que aqueles que, actualmente, permanecem, por outro lado os

adeptos ingleses, espanhóis ou italianos não ficariam, certamente, muito felizes se vissem os seus clubes estabelecer um acordo que, na prática, afastaria a maioria dos grandes jogadores para outras ligas, empobrecendo as respectivas equipas, retirando-lhes competitividade. Não será concebível vermos clubes como o Chelsea ou o Arsenal que, regularmente, alinham sem jogadores nascidos no Reino Unido enveredarem por este ou outro acordo de cavalheiros semelhante podendo, a qualquer momento, rompê-lo e correndo, inclusive, o risco de ver um clube rival infringi-lo a qualquer altura, sem a existência de medidas sancionatórias.

Esta ausência de coercibilidade e de coacção é, aliás, outro dos factores dissuasórios para que os próprios clubes se organizem e tomem qualquer decisão contrária ao que os regulamentos permitem uma vez que, por exemplo, se os clubes ingleses elaborassem um acordo de cavalheiros que fosse cumprido por todos, o equilíbrio entre fortes e fracos, ricos e pobres, dentro da liga inglesa, permaneceria tal como está, mas o equilíbrio com as ligas italiana ou espanhola cujos clubes, hipoteticamente, poderiam não formular acordo semelhante, pois a tal não seriam obrigados, desapareceria, e os clubes ingleses seriam ultrapassados pelos seus rivais internacionais.

A proposta de Joseph Blatter está, por isso, pura e simplesmente condenada ao fracasso, quer pela via jurídica, quer pela via do “cavalheirismo”, pois aos grandes clubes, pura e simplesmente, não lhes interessa impor restrições a si mesmos, especialmente sabendo que os rivais, internos e internacionais têm a prerrogativa de, a qualquer momento, poderem quebrar o acordo, sem que quaisquer medidas punitivas sejam tomadas.

A segunda solução acima referenciada, a da implementação e adaptação do sistema de transferências do desporto profissional existente nos Estados Unidos da América poderia, juridicamente, ser exequível, pois não iria contra nenhuma regulamentação da UE. Muito singelamente, existem três formas de transferir atletas entre clubes:

1. Através de transferência livre, após expiração do contrato.
Tal como sucede na UE, o atleta é livre de negociar o seu passe com quem quiser, da forma que melhor entender.
2. Através de pagamento em dinheiro, quando o atleta está sob contrato.
3. Através de troca directa, por parte dos clubes, de um ou vários atletas, estando estes sob contrato.

Este regulamento é, na realidade, muito parecido com o existente na UE, sendo que, nestes três aspectos fundamentais é, de facto, idêntico. A existência de maior competitividade no desporto norte-americano em relação àquela que se verifica no desporto europeu é pura e simplesmente um factor de cariz económico: todos os clubes são ricos, pois todos eles obtêm, anualmente, receitas enormes em termos de *merchandising* e receitas televisivas; o sucesso competitivo não está dependente do sucesso económico e vice-versa, ao passo que na Europa, conforme já referido no capítulo anterior desta dissertação, o sucesso desportivo depende da capacidade financeira, e só há sucesso financeiro se existir, igualmente, êxito no terreno de jogo. A realidade americana é diferente e, uma vez que todas as instituições desportivas são ricas não faz sentido a existência de transferências a dinheiro,

pois todos os clubes têm capacidade para pagarem o que bem entenderem a um atleta – sendo que, em muitos casos, só não pagam mais devido à existência de tectos salariais impostos pelas diversas ligas – não existindo, portanto, o perigo de este sair por razões financeiras que, na realidade, é o que sucede na Europa.

Ao não existir necessidade de realizar investimentos a dinheiro quase todas as transferências são efectuadas através de trocas; o facto de existirem equipas com melhores resultados desportivos deve-se apenas e só ao facto de existirem poucos recursos de qualidade – leia-se atletas profissionais – mas, ao contrário do que sucede na Europa, onde os atletas prestam os seus serviços às instituições que melhor lhes pagam, nos Estados Unidos, em virtude de todas as instituições pagarem bem, o segredo para construir uma equipa competitiva não reside na solidez financeira, mas sim na habilidade com que os gestores efectuam as trocas de atletas e, igualmente, no recrutamento proporcionado pela cerimónia anual conhecida como *draft* cujo processo, por carecer de pertinência no âmbito deste trabalho, não será explanado nem comentado.

É devido a estas razões que a palavra “adaptação”, ao invés de “adopção” ou “implementação” se encaixa melhor no perfil de uma hipotética solução para a problemática da cada vez maior falta de competitividade no desporto europeu, solução essa que competirá à FIFA e à UEFA elaborar e apresentar à UE, pois são os primeiros os que estão encarregues de gerir e dirigir o desporto, não os últimos; e esta adaptação consistiria tão-somente em abolir as transferências a dinheiro entre clubes quando um atleta estiver sob

contrato já que, quando ele se encontra livre, a lei comunitária, tal como, hoje em dia, está em vigor, terá que ser aplicada. Contudo, caso a FIFA ou a UEFA deliberassem que apenas trocas entre jogadores são aceitáveis para acordos entre clubes, e que o uso de dinheiro como forma de compensação é ilegal, os efeitos da falta de competitividade seriam seguramente minorados pois, por cada bom valor que saísse de um clube pequeno para um clube grande, outro valor teria que entrar vindo do clube grande para o clube pequeno o que invalidaria, desde logo, que as instituições financeiras mais privilegiadas pudessem usufruir desse facto pois ver-se-iam, novamente, impossibilitadas de fazer uso pleno das suas fortunas para contratar todos os atletas de qualidade existentes no mercado uma vez que a forma de compensação por cada atleta de elevada categoria que um clube grande pretendesse contratar a um pequeno seria a de ceder, por sua vez, um ou mais atletas o que, obviamente, possibilitaria aos clubes pequenos “exigir” atletas de, pelo menos, igual qualidade à do que eles libertariam.

Tal regulamentação não choca com as normas comunitárias existentes e, portanto, poderia ser uma solução exequível; no entanto, a implementação de tal medida poderia acarretar outro tipo de complicações, nomeadamente de cariz económico, pois em muitos casos os clubes mais pequenos não teriam condições para assegurar os honorários de atletas de alta qualidade, bem como de cariz competitivo, pois a qualquer atleta profissional, como a qualquer trabalhador, lhe é legítimo recusar transferir-se e, no desporto profissional, este poderia ser um entrave de grandes proporções devido às diferenças de qualidade e competitividade existentes entre as várias ligas desportivas dos países estados-membros da UE.

Por agora, será pertinente abordar a questão da disparidade existente, a nível global, na actualidade, no mundo do desporto profissional, que servirá de introdução para uma das temáticas-chave desta tese, que aflorará a questão da livre circulação de atletas profissionais, livre circulação essa que, não é demais recordar, apenas existe dentro das fronteiras da UE, pois a todos os outros clubes pertencentes a países europeus não comunitários, bem como a países não europeus lhes é interdito contratar, indiscriminadamente, atletas de várias nacionalidades sem quaisquer restrições; esta disparidade foi criada aquando do surgimento do acórdão Bosman, pois num mundo onde a FIFA, organização que rege e regulamenta, à escala mundial, o futebol profissional, tinha desde há muito implementado um sistema de transferências universal, que visava a protecção dos clubes de pequena e média dimensão, assim como a preservação da identidade nacional das respectivas agremiações desportivas, o surgimento do acórdão Bosman acabou por ter um efeito divisório em toda esta estrutura pois, subitamente, todas estas leis e regulamentações deixaram de ser aplicáveis em Países Estados-Membros da UE; na prática, passámos a ter dois pesos e duas medidas na aplicabilidade das leis desportivas nas Federações de cada país: por um lado, temos as Federações cujos países não fazem parte da UE e são somente abrangidas pelos regulamentos FIFA; por outro lado, temos as Federações de países Estados-Membros da UE que, obrigatoriamente, têm que seguir as directivas emanadas pelo Tribunal Europeu de Justiça e pelos seus próprios governos que, naturalmente, têm um peso exponencialmente maior do que as directrizes desportivas até então em vigor.

Toda esta situação é grave, pois põe em plano de desigualdade várias Federações e agremiações desportivas regidas por um único organismo, e não só no caso do futebol – que é o mais visível apenas porque o acórdão Bosman foi despoletado por um jogador de futebol – pois, na verdade, o acórdão Bosman afecta toda a actividade desportiva que tenha uma componente económica.

Foi, assim, criada uma situação de desigualdade entre Europeus e Resto do Mundo que, ainda que grave, se poderia argumentar que não teria grande importância, pois os Europeus continuariam a ter que pagar a clubes não – Europeus por jogadores em fim de contrato, e vice-versa, pelo que, por este ponto de vista, se poderia argumentar que o acórdão Bosman não fez mais do que criar uma ilha na Europa, com os seus próprios regulamentos a serem aplicados entre si, sendo que para negociações externas os antigos regulamentos FIFA continuariam a aplicar-se e, deste modo, não se poderia falar em desigualdade desportiva, pois os não – Europeus não competem com os Europeus no campo – a não ser no campeonato do mundo de clubes que é disputado, anualmente, entre os vencedores das várias ligas dos campeões continentais –, apenas na transferência de atletas e, nesta última situação, as leis de mercado continuam a ser iguais para todos. O grande problema é que a ilha não é só Europa/Resto do Mundo mas, mais especificamente, União Europeia/Resto da Europa/Resto do Mundo. E é na dualidade União Europeia/Resto da Europa que os verdadeiros problemas se colocaram, desde a primeira hora, com a agravante deste caso haver sucedido durante a temporada desportiva de 1995/1996 o que, na prática, originou a necessidade de, mais do que adaptar, mudar radicalmente regulamentos durante o decurso

de uma temporada desportiva, ou seja, o Tribunal Europeu de Justiça, ao dar razão a Jean-Marc Bosman e ao decretar a implementação imediata das directrizes emanadas pela sentença obrigou, literalmente, a UEFA – e, numa primeira fase, apenas a UEFA, devido ao facto de ser este o organismo responsável pela tutela do futebol profissional Europeu – a mudar as regras a meio do jogo.

Como consequência, os clubes pertencentes a países Estados-Membros da UE passaram, em Janeiro de 1996, a ter de se reger pelas normas decretadas pelas duas decisões do Tribunal Europeu de Justiça referidas na introdução da presente tese, com a particularidade de terem começado a época de 1995/1996 sob a égide dos regulamentos UEFA e FIFA em vigor até então e, exactamente a meio dessa mesma temporada, terem visto as regras do jogo mudarem durante o decurso do próprio jogo, havendo sido necessário efectuar mudanças sem qualquer aviso prévio ou prazo de transição. Em pior posição ainda ficou a UEFA, pois viu-se na posição de ter de reger e gerir competições envolvendo contendores oriundos de países Estados-membros da UE e de todos os restantes países Europeus o que, obviamente, gerou uma situação profundamente incómoda devido à divisão e desigualdade patenteadas pelo facto de, por um lado, haver um grupo de clubes sob a égide da União Europeia vinculados pelo acórdão Bosman e, por outro lado, haver um outro grupo de clubes que permanecera sob a égide e alçada dos regulamentos FIFA, por não fazerem parte da UE, envolvidos directamente nas mesmas competições desportivas.

Dito por outras palavras, o surgimento do acórdão Bosman, em Dezembro de 1995, não só obrigou a que alterações profundas no esquema da estrutura profissional do desporto europeu fossem feitas a meio das várias competições, como criou, igualmente, uma situação de desigualdade entre clubes oriundos de países Estados-membros da UE e todos os clubes oriundos dos restantes países europeus, originando uma situação onde se utilizariam dois pesos e duas medidas, com os clubes da UE a terem a vantagem de poderem, em jogos da Liga dos Campeões e da Taça UEFA (competições tuteladas pela UEFA), fazer alinhar jogadores oriundos não só do próprio país, como também de qualquer outro país Estado-Membro da UE sem quaisquer restrições, uma vez que, a partir desse momento, tais jogadores não mais seriam considerados estrangeiros, sendo que apenas os estrangeiros oriundos de países não pertencentes à UE contariam para a regra que estabelece que apenas poderão alinhar, no máximo, três jogadores estrangeiros. Na prática, o que sucederia era que um clube português poderia, por exemplo, alinhar com 3 jogadores espanhóis, 4 italianos, 3 ingleses e 1 alemão, e todos eles seriam considerados jogadores nacionais ao passo que, por exemplo, a um clube russo ser-lhe-ia exigido que jogasse com, pelo menos, oito jogadores russos, uma vez que só se pode, no máximo, alinhar com 3 jogadores estrangeiros; a desigualdade é bem patente pois, no fundo, o acórdão Bosman permitiria que certos clubes pudessem utilizar atletas oriundos de vários países como jogadores nacionais, ao passo que, a outros clubes, tal prerrogativa ser-lhes-ia vedada.

Do ponto de vista desportivo, tal situação seria inaceitável, pois iria contra todos os princípios de uma sociedade contemporânea cada vez mais

global, na qual a igualdade de direitos é indispensável e que tem, não por acaso, sido uma das grandes bandeiras da UE desde a sua fundação.

Não deixa, de facto, de ser curioso que a aplicação da lei da mobilidade à estrutura do desporto profissional Europeu, lei essa que fora originalmente criada para, entre muitos outros objectivos, proporcionar uma maior igualdade de direitos entre todos os trabalhadores dentro do mercado comum europeu, crie uma situação de desigualdade entre Europeus parte integrante da UE e restantes Europeus tão abissal que pode levar qualquer um a questionar se, politicamente falando, esta decisão da UE terá sido a mais correcta; por um lado, conforme foi acima referido neste trabalho, é inquestionável que o atleta profissional é um trabalhador e, por esse ponto de vista, terá direito às mesmas regalias proporcionadas a qualquer outro trabalhador; por outro lado, e esquecendo por um momento o ponto de vista do atleta/trabalhador, aplicar a lei da mobilidade ao desporto cria uma situação de conflito entre agremiações desportivas UE e não UE o que, convenhamos, não abona nada a favor de uma Europa em plena era da globalização que, ao fazer aplicar as regras jurídicas de conteúdo normativo existentes no acórdão Bosman, divide-se a si mesma, e cria uma ilha onde se isenta da aplicação dos regulamentos desportivos existentes para o resto do mundo.

Felizmente para todas as entidades directamente envolvidas, a reacção da UEFA foi célere; ao ver-se confrontada com a situação, acima explanada, de clubes aos quais lhes seria permitido alinhar sem qualquer atleta do seu próprio país, quando em competição directa com outros clubes que não teriam este privilégio, a UEFA decidiu abolir instantaneamente todas as restrições no

respeitante ao número de jogadores estrangeiros, quer no plantel, quer no terreno de jogo; dessa forma, todos os clubes Europeus, independentemente de fazerem, ou não, parte da UE, poderiam alinhar com o número de jogadores estrangeiros que bem entendessem, independentemente da nacionalidade desses mesmos estrangeiros.

Fora da Europa, um dos paralelos que se pode encontrar com o acórdão Bosman é a Lei Pelé, no Brasil,³⁸ (ver em anexo) com a ressalva de que a “Lei Pelé” é, de facto, uma lei em sentido formal e material, datada de 24 de Março de 1998, dotada de generalidade e abstracção, destinada a resolver problemas específicos da sociedade brasileira, mas não um caso concreto, conforme sucedeu com o acórdão Bosman que alargou a lei da mobilidade à estrutura desportiva profissional europeia, vinculando todos os agentes que dela fazem parte.

Em todo o caso, o paralelismo entre o acórdão Bosman e a lei Pelé prende-se com o facto de, quando em final de contrato, o atleta profissional/trabalhador é livre de negociar um outro contrato com um novo clube/entidade patronal, sem que qualquer compensação seja paga à anterior entidade patronal.

Face às disparidades existentes entre o antigo regulamento de transferências da FIFA e as directrizes emanadas pela UE aquando da decisão do Tribunal Europeu de Justiça em relação ao caso Bosman, na Europa e, uns anos mais, com o surgimento da Lei Pelé, no Brasil, a FIFA viu-se obrigada a

³⁸ Capítulo V, artº 28º, nº 2: “O vínculo desportivo do atleta com a entidade contratante tem natureza acessória ao respectivo vínculo empregatício, dissolvendo-se, para todos os efeitos legais, com o término da vigência do contrato de trabalho.”

engendrar um novo regulamento de transferências para acabar, precisamente, com a “ilha” que se criara na Europa, numa primeira fase, e igualmente no Brasil, em 1998, pois não faria sentido que, havendo apenas um organismo regedor do futebol a nível mundial, houvessem Federações nacionais e continentais regidas por regras, em muitos casos, dissemelhantes, consoante a sua localização geográfica.

Com a implementação deste novo regulamento, datado de 5 de Julho de 2001, cuja última revisão foi aprovada em reunião, efectuada em Zurique, a 18 e 19 de Dezembro de 2004, com entrada em vigor a 1 de Julho de 2005, (ver em anexo) as Federações nacionais dos países Estados-Membros da UE voltaram a ficar em pé de igualdade, no respeitante às leis de transferência de atletas entre clubes, com as Federações nacionais oriundas do resto do mundo pois, a partir dessa data, os regulamentos de transferência voltaram, uma vez mais, a ser aplicados, uniformemente, em todo o planeta. Apesar de existirem várias alterações, quando comparado com o antigo regulamento, a que naturalmente se destaca é a ausência de qualquer compensação financeira quando, findo um contrato, um atleta pretenda transferir-se para um outro clube; no entanto, conforme disposto no artigo 20º do referido regulamento, “uma compensação por formação será paga ao(s) clube(s) formador(es) do jogador: (1) quando um jogador assina o seu primeiro contrato como Profissional, e (2) em cada transferência de um Profissional até ao final da Época em que celebra o seu 23º aniversário. A obrigação de pagar Compensação por Formação

ocorre quer a transferência tenha lugar durante ou no final do contrato do jogador.”³⁹

Este artigo acaba por espelhar o resultado do trabalho conjunto entre FIFA e UE que, após a entrada em vigor do acórdão Bosman, perceberam que teriam que arranjar uma solução que impedisse que o mundo do futebol continuasse dividido, com regulamentos diferentes para as Federações de Países Estados-Membros da UE em relação às restantes. Todo o regulamento, e em especial este artigo, acaba por ser um encontro de vontades e de compromissos entre as duas entidades pois se, por um lado, a FIFA teve que ceder e aceitar que, à luz das directivas comunitárias, seria ilegal continuar a permitir que fossem efectuadas transferências a dinheiro entre clubes após a cessação do contrato de um atleta profissional a UE, por seu turno, reconhece a especificidade do futebol ao permitir que, mesmo após um contrato haver findado, qualquer clube que pretenda contratar um jogador terá de pagar a respectiva “Compensação por Formação” ao(s) seu(s) anteriores clubes, desde que o atleta tenha menos de 23 anos, embora “Dentro do território da UE/EEE a última Época de formação pode ocorrer antes da Época em que o jogador completa o seu 21º aniversário, se for estabelecido que o jogador terminou a sua formação antes deste momento.”, conforme constata o ponto 2 do artigo 6º do anexo 4 do Regulamento de Transferências. Em todo o caso, ambos os artigos espelham o esforço patenteado pela UE em manter e catalogar o futebol como sendo, acima de tudo, uma actividade desportiva, com certas especificidades que mais nenhuma actividade económica contém, uma vez que, apesar de não poderem existir transferências a dinheiro após a cessação de

³⁹ *Regulamento relativo ao Estatuto e Transferência de Jogadores [2005]*

um contrato, a UE reconhece, igualmente, que não compensar os clubes formadores poderia dissuadi-los de continuar a apostar na formação o que, a curto prazo, levaria inevitavelmente ao descalabro da estrutura futebolística.

Esta acaba por ser uma solução intermédia, pois a UE consegue aplicar os seus regulamentos, ao mesmo tempo que a FIFA consegue, até certo ponto, pôr o factor desportivo dentro da equação, oferecendo uma protecção aos clubes que, ainda que não sendo a ideal ou, quiçá, a mais justa, do ponto de vista puramente desportivo, pelo menos permite-lhes não acarretar prejuízos embora, naturalmente, o lucro seja inexistente, uma vez que o valor desta “Compensação por Formação” – cuja fórmula de obtenção está descrita no artigo 5º do anexo 4 do Regulamento de Transferências – será substancialmente inferior ao do real valor do atleta. Seja como for, a inclusão destes artigos acaba por ser uma vitória para a FIFA, e uma demonstração, por parte da UE, de que não é cegamente intransigente.

A questão que, todavia, tem dividido os dois organismos, que é a da limitação de atletas estrangeiros não é, contudo, resolvida por este Regulamento de Transferências que, como o próprio nome indica, apenas serve para regulamentar o movimento de atletas profissionais entre clubes, estando estes, ou não, sob contrato. No entanto, embora tal não pareça, também em relação a esta questão os Países Estados-Membros da UE já não formam, igualmente, uma “ilha”, uma vez que, em nome da uniformidade, a FIFA deixa ao critério de cada Federação o impor, ou não, de limites para atletas estrangeiros federados. Obviamente, o critério das Federações dos Países Estados-Membros da UE é o da UE mas, fora do circuito comunitário,

cabe às Federações decidir acerca da imposição de limites para atletas de nacionalidade estrangeira à do país no qual as respectivas competições decorrem.

Qualquer outra posição, por parte da FIFA, seria, a todos os títulos, discriminatória, uma vez que estaria a limitar o território de recrutamento a clubes africanos, asiáticos ou americanos, mas apenas o poderia fazer a alguns clubes europeus, e não a todos, o que criaria uma situação de desigualdade competitiva. Quando fora afirmado, neste mesmo capítulo do presente trabalho, que os clubes federados em países não comunitários não podem, ao invés dos comunitários, contratar atletas indiscriminadamente, não é por que a FIFA não o permita – pois não poderá haver dois critérios distintos, cuja aplicação estaria somente dependente da localização geográfica de cada um – mas sim porque várias Federações, espalhadas pelo mundo inteiro, ainda restringem o número de contratações de atletas estrangeiros para, precisamente, defenderem a identidade nacional dos seus clubes e a continuidade do sucesso ao nível da formação que, por sua vez, levará ao sucesso das respectivas selecções nacionais. Os casos de Brasil e Argentina são paradigmáticos, pois as respectivas Federações apenas permitem que quatro atletas estrangeiros estejam inscritos no plantel, sendo que apenas três deles podem constar da ficha de jogo em cada partida oficial e, com efeito, o sucesso continuado da sua formação é uma realidade, pois exportam vários atletas, de qualidade, para a Europa, de forma continuada, os seus clubes têm uma forte componente nacionalista – não deixando, por isso, de ser fortes – e as respectivas selecções nacionais são crónicas candidatas a vencer o Campeonato do Mundo. O modelo que imperava, igualmente, na Europa pré-

Bosman continua a ser aplicado, com muito sucesso, na América do Sul, o que nos leva a concluir que, do ponto de vista competitivo, o acórdão Bosman não veio alterar o equilíbrio entre a Europa e a América do Sul, pois por cada Sul-Americano que é transferido para a Europa aparecem vários outros, de qualidade semelhante, vindos do sector de formação. Quanto muito, veio favorecer os próprios atletas sul-americanos financeiramente, uma vez que, de forma a evitar situações de discriminação e xenofobia, muitas ligas europeias comunitárias já decidiram terminar com quaisquer restrições a atletas estrangeiros, o que tem vindo a permitir um aumento do fluxo migratório entre a América do Sul e a Europa muito mais acentuado do que ocorria antes da década de 90.

7.MOBILIDADE

Tem sido afirmado, bastas vezes, ao longo deste trabalho, que uma das questões mais afectadas pelo acórdão Bosman é a da mobilidade de atletas profissionais; tal situação não é de estranhar, uma vez que, conforme tem, igualmente, sido constantemente referenciado ao longo desta dissertação o acórdão Bosman traduz-se na trasladação e aplicação da lei da mobilidade à estrutura desportiva europeia comunitária.

Sendo esta tese um trabalho integrante de Mestrado em Políticas Europeias, seria impossível e, inclusive, desaconselhável não analisar, a fundo, esta questão que, ainda que esteja intimamente interligada com a ciência do Direito não o está menos com a ciência Política, uma vez que uma das funções do Direito é regulamentar as decisões políticas emanadas pelos órgãos de decisão. Poder-se-ia, desta forma, afirmar que, numa primeira fase, os órgãos decisórios, que têm a responsabilidade de elaborar a Lei, fazem-no tendo em atenção aspectos políticos resultantes da conjuntura social contemporânea da época na qual a respectiva Lei é elaborada; numa segunda fase, a ciência do Direito é utilizada para verificar a constitucionalidade dessas decisões políticas ou, se necessário, efectuar modificações à Lei existente de forma a tornar essas mesmas decisões políticas viáveis, desde que o objectivo final seja o de servir e melhorar a sociedade.

Os objectivos deste trabalho não se prendem, conforme tem, várias vezes, sido mencionado ao longo desta tese, com a perscrutação dos aspectos

jurídicos e/ou económicos da temática que aqui é tratada, pelo que não lhe cabe comentar ou analisar a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da aplicação da lei da mobilidade ao desporto, através do caso Bosman. Cabe-lhe, isso sim, escrutinar as ramificações que esta decisão política – apoiada, obviamente, na ciência do Direito – tem tido, ao longo dos últimos treze anos, na actividade desportiva, nomeadamente na sua vertente profissional.

Numa primeira fase, a lei da mobilidade, que fora elaborada aquando da elaboração do Tratado de Roma, em 1957, visava estabelecer um mercado de trabalho comum em todo o território comunitário cuja constituição estava, na altura, a dar os seus primeiros passos. Esta lei, em conjunto com muitas outras que, à época, moldaram o Tratado de Roma, é o resultado da vontade política dos órgãos decisórios que, numa segunda fase, se socorreram do Direito para transformar esta vontade política em Lei.

Ao recorrer para a *Cour d'appel de Liège* que, por sua vez, pediu a intervenção do Tribunal Europeu de Justiça, Jean-Marc Bosman despoletou uma sequência de eventos que, para o melhor e para o pior, viriam, pelo menos, a modificar, definitivamente, o desporto praticado dentro da União Europeia, tanto na sua vertente profissional como não-profissional. Acima de tudo, este caso permitiu à UE imiscuir-se no seio da estrutura desportiva comunitária, cujos Estados-Membros mais poderosos em termos financeiros são, por coincidência, aqueles que têm as Federações mais poderosas, quer em termos políticos, quer em termos financeiros, nos vários desportos em geral, e no futebol em particular.

Embora a UE sempre tenha afirmado que a organização de eventos desportivos deve ser deixada a cargo das respectivas autoridades desportivas, e que a intervenção política no desporto deve ser mínima, uma vez que deverá circunscrever-se aos aspectos económicos da actividade desportiva, a verdade é que, por muito mínima que a intervenção política possa ser, pelo menos, em termos quantitativos, a realidade é que, em termos qualitativos, a intervenção e influência que a política exercem no desporto comunitário é avassaladora, pois é exercida, precisamente, num dos pontos fulcrais da máquina que estrutura, suporta e regulamenta o desporto.

O futebol acaba por ser o desporto no qual esta questão mais abertamente se manifesta devido à sua importância na sociedade – não é ao acaso que, frequentemente, é apelidado de “desporto-rei” – e, igualmente, devido ao facto de a sua identidade máxima, a FIFA, ser o único órgão regedor de uma modalidade desportiva, à escala planetária, em permanente estado de “guerra” declaradamente aberta com a UE – não sem alguma razão, do ponto de vista moral, pois esta decisão política acabou por levar, entre outras coisas, à elaboração, de raiz, de um novo regulamento de transferências para o futebol, de forma a evitar as discrepâncias criadas entre o antigo regulamento e as directrizes emanadas pelo caso Bosman.

O alargamento da lei da mobilidade ao desporto acaba por ter as mesmas consequências em todas as modalidades embora, pelas razões explanadas no parágrafo anterior, o caso do futebol seja mais mediático e visível. Por essa razão, o presente trabalho irá apresentar, precisamente, o

futebol como caso de estudo da análise às consequências acarretadas pelo alargamento da lei da mobilidade ao desporto.

Uma das conclusões deste alargamento fora, aliás, apresentada nos capítulos dedicados à *Análise Económica* e à *Análise Desportiva*, e é a da perda de competitividade entre vários clubes que, na era Pré-Bosman, discutiam, entre si, os vários títulos desportivos existentes no panorama europeu. Essa mesma perda de competitividade é, por sua vez, uma consequência directa da possibilidade que os clubes mais ricos têm em contratar jogadores de qualidade, sem quaisquer restrições baseadas na nacionalidade do atleta. Dito por outras palavras, os clubes mais ricos têm a possibilidade de aplicar toda a sua fortuna em vários mercados, e não apenas no respectivo mercado nacional, pois a mobilidade de atletas é, hoje em dia, total, contrastando com a realidade existente até há treze anos atrás.

Fora apresentada, no capítulo *Análise Desportiva*, uma tabela com o nome dos vencedores e finalistas da Liga dos Clubes Campeões Europeus da UEFA desde o acórdão Bosman, tabela essa que reflecte a perda de competitividade entre nações devido, precisamente, à mobilidade, numa primeira fase, parcial – pois, imediatamente após o acórdão Bosman, apenas os atletas comunitários usufruíam da prerrogativa de se poderem movimentar, no espaço comunitário, livremente – e, numa segunda fase, total – a partir do momento em que as várias ligas dos países Estados-Membros se aperceberam de que não valeria a pena continuar a lutar contra a tendência globalizante do mundo do futebol e, gradualmente, deixaram de impor limites em relação ao número de inscrições de atletas extra-comunitários.

Essa mesma tabela mostra que, nos últimos treze anos, os vários vencedores são oriundos de apenas cinco nações, sendo que quatro delas encabeçam o pelotão da UE em termos económicos. O futebol, tantas vezes ilógico devido à componente de casualidade que uma actividade cujo objectivo é introduzir um esférico numa baliza contém, tem sido, ultimamente, bastante lógico pois, quase invariavelmente, os mais ricos ganham, devido ao facto de serem eles os que têm possibilidades de contratar qualidade em maior quantidade.

Existe, no entanto, um outro factor que tem contribuído, decisivamente, para que haja cada vez menor diversidade no respeitante às nações das quais os vencedores são oriundos, e prende-se com o facto de, a partir da temporada de 1997/1998, a Liga dos Campeões ter sido reformulada, permitindo que as ligas melhor classificadas no *ranking* por países da UEFA inscrevessem não só o campeão mas, igualmente, o vice-campeão da sua respectiva liga nacional. Esta reformulação foi da exclusiva responsabilidade da UEFA que, desde há alguns anos a essa parte, vinha sentindo, por parte dos clubes, uma pressão imensa, pressão essa relacionada com factores de cariz económico, e que havia sido despoletada pela reformulação da antiga Taça dos Clubes Campeões Europeus que, a partir da temporada de 1992/1993 passou a ser denominada de Liga dos Clubes Campeões Europeus. Mais do que a mudança de nome, esta reestruturação introduziu um maior número de jogos entre as equipas, uma vez que foi implementado um sistema que consistia em dois grupos com quatro participantes cada, isto após três rondas de qualificação em sistema de eliminatórias. Chegadas à fase de grupos, as equipas jogavam num sistema de pontos corridos a duas voltas, sendo que os primeiros classificados

de cada grupo disputariam a final entre si. Esta estrutura competitiva garantia, desta forma, um mínimo de doze encontros disputados por parte das equipas apuradas para a fase de grupos, em contraste com o sistema da antiga Taça dos Clubes Campeões Europeus, que era disputada somente em formato de eliminatórias a duas mãos e que, por via disso, apenas garantia, a cada clube, um mínimo de dois jogos. Na temporada de 1993/1994, o mesmo formato foi utilizado, embora tenham sido adicionadas meias-finais à competição, uma vez que os dois primeiros classificados de cada grupo se apurariam para essas mesmas meias-finais.

Esta reformulação é sobejamente importante em termos financeiros, uma vez que cada clube teria garantido, à partida, desde que chegasse à fase de grupos, seis receitas de bilheteira, e não apenas uma, conforme sucedia com o modelo antigo e, para além disso, a UEFA começou a premiar os clubes monetariamente, distribuindo as receitas provenientes dos contratos por si estabelecidos com os meios audiovisuais para a transmissão da competição por todos os participantes na competição, conforme descrito no artigo 26.06, alíneas a), b) e c) do *Regulations of the UEFA Champions League* (ver em anexo), acrescentando a esse valor um bónus por pontos conquistados, consoante as vitórias e empates obtidos pelos clubes ao longo da competição. No entanto, tal como sucedia com o modelo antigo, apenas aos campeões das respectivas ligas nacionais das várias Federações inscritas na UEFA estava reservado o acesso.

É a partir da temporada seguinte, a de 1994/1995, que o *ranking*, nomeadamente de clubes, começa, de facto, a ter importância, uma vez que os

clubes melhor classificados nesse mesmo *ranking*, caso fossem campeões nacionais, garantiriam entrada directa naquela que, a partir desta altura, passou a ser conhecida como “Liga Milionária”. Os restantes teriam de disputar uma pré-eliminatória de acesso. Os que vencessem entrariam igualmente na “Liga Milionária”. Os derrotados participariam na Taça UEFA.

A partir do momento em que as prestações no terreno de jogo começaram a ser recompensadas monetariamente, vários clubes – nomeadamente os grandes – sentiram que o número de participantes deveria ser alargado de forma a haver mais jogos, uma vez que, em função do crescente interesse da televisão em transmitir cada vez mais encontros – interesse esse que fora, na realidade, o catalizador que proporcionara à UEFA implementar prémios monetários em função dos pontos conquistados e da participação e qualificação para as rondas seguintes da competição – todos, clubes e UEFA, saíam a ganhar, pois mais jogos significaria mais dinheiro. A UEFA acedeu embora, numa primeira fase, na temporada de 1994/1995, o alargamento tenha sido feito de forma a incorporar dezasseis participantes, divididos em quatro grupos compostos por quatro equipas cada. Os dois melhores de cada grupo continuaram a apurar-se para um sistema de eliminatórias mas, uma vez que o número de apurados passou a ser de oito, houve necessidade de introduzir mais uma eliminatória; em termos práticos, isto significava um acréscimo de dois jogos, de uma receita de bilheteira e um aumento da possibilidade de adicionar vitórias e/ou empates o que, em termos financeiros, se traduziria na recepção de mais prémios monetários.

No entanto, o acesso à Liga dos Campeões continuou a estar reservado apenas aos campeões das respectivas ligas nacionais.

Na temporada seguinte, em 1995/1996, surgiu o caso Bosman, com todas as implicações que têm sido referenciadas ao longo deste trabalho. O caso Bosman, contudo, surgiu a meio da temporada, pelo que os seus efeitos práticos apenas foram visíveis a partir da temporada seguinte, a de 1996/1997.

O acórdão Bosman, que permitiu aos grandes clubes investirem, finalmente, todas as suas fortunas em mercados não-nacionais, acabou, igualmente, por criar um ciclo: para sustentar os salários dos jogadores de grande qualidade que estavam a começar a transferir-se, em cada vez maior quantidade, para os grandes clubes, esses mesmos clubes teriam que gerar receitas extraordinárias de forma a conseguirem sustentar-se; a Liga dos Campeões seria a competição que teria, obrigatoriamente, que providenciar essas mesmas receitas extraordinárias, uma vez que nem a Taça UEFA, nem a extinta Taça dos Clubes Vencedores das Taças recompensavam, monetariamente, os clubes pelos sucessos desportivos obtidos dentro das quatro linhas da mesma forma que a Liga dos Campeões começara a fazê-lo.

Não constituiu, portanto, devido a toda esta conjuntura, qualquer surpresa quando, em 1997/1998, a UEFA reestruturou, novamente, a Liga dos Campeões, introduzindo as alterações acima mencionadas. Tal situação veio de encontro às pretensões dos clubes, que tinham vindo a alegar que a segunda prova, em termos de importância, no calendário Europeu, a Taça UEFA, não poderia ter clubes de nomeada em maior quantidade que a Liga dos Campeões, pois o acesso a esta última estava, até então, circunscrito aos

campeões nacionais, ao passo que para aceder à Taça UEFA, os clubes teriam que ficar entre o segundo e o quarto/quinto lugar dos respectivos campeonatos, número variável consoante a classificação do país no *ranking*.

Em todo o caso, apesar do prestígio ser, certamente, importante, os clubes esperaram cerca de 50 anos, após a criação da Taça dos Clubes Campeões Europeus, para começarem a fazer este tipo de pressão, o que indica, por si só, que mais do que o prestígio, o que estaria realmente em causa seriam os milhões proporcionados pela nova “Liga Milionária”, uma vez que a Taça UEFA sempre teve clubes de nomeada em maior quantidade do que a Taça dos Campeões Europeus, mas apenas na década de 90 esta competição foi reformulada, tanto em termos de denominação como de estrutura e, principalmente, com a entrada em vigor dos prémios monetários.

A Liga dos Campeões seria reformulada duas vezes mais; em 1999/2000, trinta e duas equipas participariam na fase de grupos da competição, com os três primeiros classificados do *ranking* por países a passarem a inscrever, directamente, os dois primeiros classificados das suas ligas na competição, ao passo que os terceiro e quarto classificados disputariam a pré-eliminatória. Estes três primeiros classificados são, actualmente, Espanha, Inglaterra e Itália e, com a ocasional intromissão da Alemanha, a quarta grande liga do futebol europeu, têm sido sempre estas as nações a ocupar o pódio deste *ranking* desde o acórdão Bosman. O *ranking* poderá ser consultado na página número 39 do documento *Regulations of the UEFA Champion League* (ver em anexo).

Em 2003/2004 a Liga dos Campeões foi reestruturada pela última vez até à data; o número de equipas manteve-se, bem como os prémios monetários; a única alteração teve a ver com o facto de que, até esta temporada, os clubes participavam em duas fases de grupos, criadas com o intuito de proporcionar mais jogos e mais receitas aos clubes; do ponto de vista desportivo, no entanto, a medida não correu bem, uma vez que este calendário, aliado ao das competições nacionais, sobrecarregava em demasia os plantéis, uma vez que obrigava os clubes a jogarem, repetidamente, a meio da semana para a Europa e ao fim-de-semana para a competição nacional, sem interrupções até à pausa de Inverno que a Liga dos Campeões faz em Dezembro.

Desta feita, a UEFA, pressionada pelos clubes, sobrepôs os interesses desportivos aos económicos, e a Liga dos Campeões foi reestruturada para o seu formato actual, com trinta e dois participantes divididos em oito grupos de quatro participantes cada, dos quais são apurados os dois primeiros classificados, que discutem o título em sistema de eliminatórias a duas mãos.⁴⁰

Tudo indica que, com ou sem acórdão Bosman, todas estas reestruturações acabassem por acontecer, pois a partir do momento em que a Liga se tornou “milionária” todos os grandes clubes queriam participar nela, fossem campeões nacionais ou não. Várias medidas de pressão foram tomadas ao longo dos anos, por parte dos clubes, nomeadamente a hipotética criação de uma Superliga Europeia, que seria organizada à revelia da UEFA, na qual participariam os clubes de topo que, assim, dividiriam as receitas

⁴⁰ <http://www.uefa.com/competitions/ucl/format/index.html>

geradas pelos contratos comerciais e televisivos entre si; tal medida fora discutida antes da temporada de 1997/1998, mas tudo leva a crer que esta pressão, engendrada pelos clubes, resultou mais do surgimento do acórdão Bosman que, ao permitir que os clubes contratassem estrelas oriundas de diferentes pontos da Europa Comunitária sem quaisquer limites, levou a um engrossamento das folhas de salários, e as dificuldades nas quais os grandes clubes se inseriram apenas poderiam ser colmatadas com as receitas extraordinárias proporcionadas pela participação na Liga dos Campeões ou na hipotética Superliga Europeia.

O facto é que a UEFA acabou, em 1997/1998, por ceder, cedência essa que acalmou as conversações em relação à rebelião, por parte dos clubes de topo e, gradualmente, o tópico Superliga Europeia acabou por desaparecer da agenda desses mesmos clubes.

Estes sucessivos alargamentos – pois, conforme fora explicado, anteriormente, neste mesmo capítulo, o alargamento de 1997/1998 fora apenas o primeiro – que levaram a que, na actualidade, Espanha, Inglaterra e Itália tenham a possibilidade de inscrever até quatro equipas na competição, imediatamente seguidas por Alemanha, França e Portugal que têm a possibilidade de inscrever até três, são os grandes responsáveis, juntamente com o acórdão Bosman, pela cada vez maior exclusividade no respeitante à nacionalidade dos clubes vencedores da competição. Se as maiores potências da Europa comunitária, quer no campo político, económico ou desportivo, têm a possibilidade de inscreverem mais clubes do que todas as restantes nações, então o resultado natural será que ganhem a maior parte das vezes, sendo que

a percentagem de sucesso terá, obrigatoriamente, que ser maior do que aquela que se verificava antes do aparecimento do acórdão Bosman e antes dos vários alargamentos da Liga dos Campeões.

A UEFA, embora sendo uma instituição conservadora, acabou por aceder, com bastante celeridade, às pretensões dos clubes, isto porque os seus dirigentes se aperceberam, em boa altura, que teriam muito a ganhar, em termos económicos, caso o fizessem. De facto, é indiscutível que, ao ter na mesma edição nomes como Manchester United, AC Milan, Real Madrid, Juventus, Liverpool, Barcelona, Bayern Munchen e muitos outros, todos eles oriundos de quatros países, essa mesma competição se torna muito mais atractiva para as cadeias de televisão, que investirão muito mais dinheiro numa competição deste calibre do que o fariam em relação às suas antecessoras.

No entanto, se o caso Bosman não tivesse surgido em 1995 muito dificilmente a Liga dos Campeões teria a estrutura que, de facto, tem hoje em dia, pois se os clubes não pudessem contratar atletas da forma que hoje em dia o podem, as folhas de salários não engrossariam, e não seriam necessárias as receitas provenientes da Liga dos Campeões para tornarem os orçamentos actuais exequíveis; sem acórdão Bosman, o equilíbrio não seria alterado, pois mesmo que um clube fosse várias vezes campeão e, durante vários anos consecutivos, gerasse receitas extraordinárias provenientes da Liga dos Campeões, ao contrário dos seus rivais, não poderia investir toda a sua fortuna, por muito abissal que a diferença fosse em relação aos seus mais directos rivais desportivos, pois estaria interdito de contratar mais do que um pré-estabelecido número de atletas estrangeiros. Se este fosse o caso, no qual as

diferenças financeiras não se repercutiriam no terreno de jogo, dificilmente os clubes tentariam organizar uma Superliga Europeia ou pressionar a UEFA a alargar a sua Liga dos Campeões, pois não haveria necessidade de tal ser feito.

O surgimento do caso Bosman veio, no entanto, alterar esta realidade. Pegando no exemplo dado no parágrafo anterior, um clube que conseguisse, por várias vezes, ser campeão da sua liga nacional sendo, por isso, o único representante do seu país na Liga dos Campeões, seria o único a gerar receitas extraordinárias e, por via disso, o único a poder sustentar contratações dos mais variados cantos da Europa e do Mundo, o que o tornaria, em termos desportivos, inalcançável, do ponto de vista dos seus mais directos perseguidores. O equilíbrio dessa mesma liga nacional estaria, assim, hipotecado. Ao ser permitida, pelo menos no que às grandes ligas diz respeito, a inscrição de três ou quatro equipas na Liga dos Campeões, o equilíbrio entre os grandes clubes fica garantido, no que à competição nacional diz respeito.

Seguidamente, serão apresentadas várias tabelas com o número de atletas estrangeiros, por clube, a participarem na Premier League,⁴¹ principal campeonato de Inglaterra, que servirá como caso de estudo, desde a temporada de 1993/1994 até à de 2008/2009, que demonstrarão a evolução da tendência de contratações, exibindo o contraste entre o que sucedia antes do surgimento do acórdão Bosman e o que sucede na actualidade:

⁴¹ É de notar que, em Inglaterra, não eram, Pré-acórdão Bosman, considerados estrangeiros os atletas oriundos da Escócia, do País de Gales, da Irlanda do Norte, da República da Irlanda, da Isle of Man, de Jersey e de Guernsey, ou os atletas que, ainda que nascidos noutros países, tivessem passaporte de uma das nações acima mencionadas.

PRÉ-BOSMAN:

Temporada 1993/1994

Clube	Número total de atletas	Número total de estrangeiros	Percentagem de estrangeiros
Arsenal	25	2	8
Aston Villa	25	4	16
Blackburn Rovers	24	2	8,3
Chelsea	33	4	12,1
Coventry	30	3	10
Everton	29	4	13,8
Ipswich Town	29	2	6,8
Leeds	28	3	10,7
Liverpool	25	4	16
Manchester City	32	4	12,5
Manchester United	30	3	10
Newcastle	28	2	7,1
Norwich	28	0	0
Oldham	26	3	11,5
Queens Park Rangers	25	1	4
Sheffield United	27	3	11,1
Sheffield Wednesday	29	1	3,4
Southampton	27	0	0
Swindon	29	1	3,4
Tottenham	33	2	6
West Ham	29	3	10,3
Wimbledon	33	1	3
Totais	624	51	8,1

www.footballsquads.co.uk

É de notar que, em 1993, era permitido aos clubes contratarem até um máximo de cinco atletas estrangeiros, regra igualmente válida na temporada seguinte:

Temporada 1994/1995

Clube	Número total de atletas	Número total de estrangeiros	Percentagem de estrangeiros
Arsenal	32	2	6,25
Aston Villa	22	2	9
Blackburn Rovers	25	3	12
Chelsea	29	4	13,7
Coventry	31	4	12,9
Crystal Palace	25	1	4
Everton	29	3	10,3
Ipswich Town	35	4	11,4
Leeds	27	4	14,8
Leicester	30	1	3,3
Liverpool	25	3	12
Manchester City	31	3	9,6
Manchester United	29	3	10,3
Newcastle	26	3	11,5
Norwich	33	0	0
Nottingham Forest	29	2	6,8
Queens Park Rangers	25	1	4
Sheffield Wednesday	27	2	7,4
Southampton	27	0	0
Tottenham	29	5	17,2
West Ham	26	4	15,3
Wimbledon	36	2	5,5
Totais	628	56	8,9

www.footballsquads.co.uk

Nas duas temporadas acima representadas podemos verificar que a equipa que maior percentagem de estrangeiros aglomerou no seu plantel foi a do Tottenham, em 1994/1995, com 17,2%; no entanto, como as percentagens podem ser enganadoras, uma vez que estão sujeitas a uma comparação entre o número efectivo de estrangeiros com o número total de atletas que fazem parte do plantel, optou-se por incluir, igualmente, os números reais; tal opção acaba por se revelar importante para uma melhor compreensão desta estatística, uma vez que permite chegar à conclusão que as equipas do Aston Villa, de 1993/1994, e do Ipswich Town, de 1994/1995 têm uma percentagem de estrangeiros na ordem dos 16% e 11,4% respectivamente, mas ambas contavam com o mesmo número de atletas estrangeiros que, no caso em concreto, era de quatro; simplesmente o Aston Villa tinha vinte e cinco atletas no seu plantel, ao passo que o Ipswich tinha trinta e cinco.

Nestes últimos anos pré-Bosman as diferenças, entre os clubes, respeitantes ao número de atletas estrangeiros inscritos no seu plantel era praticamente inexistente, pois a todos era permitido apenas um máximo de cinco inscrições de atletas estrangeiros; por este motivo, não se nota qualquer tendência, quer por parte dos clubes grandes, quer por parte dos pequenos, em terem um maior ou menor número de estrangeiros.

A ilustrar a declaração proferida no parágrafo anterior temos o facto de que o campeão em 1994/1995, o Blackburn Rovers, tinha três estrangeiros no

seu plantel, ao passo que o Ipswich, que fora uma das equipas despromovidas, tinha quatro.⁴²

Fica, desta forma, demonstrado que, nas épocas pré-Bosman, os objectivos dos clubes ou o dinheiro que estes dispunham não era um factor relevante na política de contratações.

A temporada seguinte, a de 1995/1996, é a primeira após o acórdão Bosman:

⁴² Informação retirada em <http://www.premierleague.com/page/1994/95Season>

Temporada 1995/1996

Clube	Número total de atletas	Número total de estrangeiros	Percentagem de estrangeiros
Arsenal	31	4	12,9
Aston Villa	26	1	3,8
Blackburn Rovers	33	2	6
Bolton Wanderers	31	4	12,9
Chelsea	27	5	18,5
Coventry	32	3	9,3
Everton	33	5	15,1
Leeds	28	5	17,8
Liverpool	24	2	8,3
Manchester City	30	4	13,3
Manchester United	26	2	7,6
Middlesbrough	33	4	12,1
Newcastle	24	4	16,6
Nottingham Forest	26	3	11,5
Queens Park Rangers	25	4	16
Sheffield Wednesday	29	4	13,7
Southampton	25	1	4
Tottenham	28	2	7,4
West Ham	28	7	25
Wimbledon	35	2	5,7
Totais	574	68	11,8

www.footballsquads.co.uk

Relembramos, uma vez mais, que a decisão do Tribunal Europeu de Justiça foi proferida a 15 de Dezembro de 1995 sendo que, por este motivo,

esta temporada começou como sendo pré-Bosman tornando-se, a meio do seu percurso, pós-Bosman, razão pela qual os efeitos práticos deste acórdão não se fizeram sentir antes do chamado “mercado de Inverno”, nome pelo qual é conhecido o período de transferências que, na generalidade dos países europeus, ocorre entre o primeiro e o último dia do mês de Janeiro.

Optámos por formular a estatística da tabela acima exposta tendo em conta os plantéis que terminaram a temporada de 1995/1996, e não os que a começaram, para que fosse possível incluir os atletas transferidos durante Janeiro, já após o surgimento do acórdão Bosman. Desta forma, é-nos possível aferir o impacto imediato do alargamento da lei da mobilidade ao futebol, no caso concreto.

Convém destacar que o impacto é praticamente nulo, pois apenas a equipa do West Ham, que terminou a temporada com uma percentagem de 25% de atletas sem passaporte oriundo do Reino Unido + República da Irlanda, ultrapassou o limite inicial de cinco atletas estrangeiros, chegando aos sete.

A quase ausência de reacção por parte da generalidade dos clubes que, de facto, não começaram a contratar, de forma imediata, estrangeiros em catadupa, deve-se tão-somente a questões culturais e desportivas pois, em Inglaterra, os plantéis são cuidadosamente delineados no início de cada temporada, sendo que o período de transferências intermédio apenas é aproveitado por alguns clubes para retocarem o seu plantel ou para suprir uma hipotética onda de lesões, contratando geralmente apenas um ou dois atletas; no entanto, a maioria dos clubes nem sequer faz contratações neste período.

Desta forma, acaba por não ser surpreendente que apenas um clube tenha terminado a temporada com um número superior a cinco atletas estrangeiros.

PÓS-BOSMAN:

Temporada 1996/1997

Clube	Número total de atletas	Número de estrangeiros extra-comunitários	Número total de estrangeiros	Percentagem de estrangeiros extra-comunitários	Percentagem total de estrangeiros
Arsenal	26	0	4	0	15,3
Aston Villa	23	1	3	4,3	13
Blackburn Rovers	33	0	5	0	15,1
Chelsea	28	2	9	7,1	32,1
Coventry	32	2	3	6,2	9,3
Derby County	30	5	8	16,6	26,6
Everton	29	2	2	6,8	6,8
Leeds	33	2	6	6	18,1
Leicester	31	0	2	0	6,4
Liverpool	25	1	4	4	16
Manchester United	32	1	7	3,1	21,8
Middlesbrough	33	5	8	15,1	24,2
Newcastle	25	2	4	8	16
Nottingham Forest	32	1	4	3,1	12,5
Sheffield Wednesday	24	1	4	4,1	16,6
Southampton	28	1	5	3,5	17,8
Sunderland	32	1	4	3,1	12,5
Tottenham	33	3	6	9	18,1
West Ham	26	2	5	7,6	19,2
Wimbledon	26	0	1	0	3,8
Totais	581	32	94	5,5	16,1

www.footballsquads.co.uk

Temporada 1997/1998

Clube	Número total de atletas	Número de estrangeiros extra-comunitários	Número total de estrangeiros	Percentagem de estrangeiros extra-comunitários	Percentagem total de estrangeiros
Arsenal	31	0	11	0	35,4
Aston Villa	26	1	2	3,8	7,6
Barnsley	28	4	10	14,2	35,7
Blackburn Rovers	27	2	7	7,4	25,9
Bolton Wanderers	33	1	7	3	21,2
Chelsea	32	4	12	12,5	37,5
Coventry	33	1	7	3	21,2
Crystal Palace	38	2	7	5,2	18,4
Derby County	26	4	10	15,3	38,4
Everton	30	1	3	3,3	10
Leeds	39	1	7	2,5	17,9
Leicester	26	1	5	3,8	19,2
Liverpool	31	3	9	9,6	29
Manchester United	35	0	7	0	20
Newcastle	34	1	8	2,9	23,5
Sheffield Wednesday	28	4	9	14,2	32,1
Southampton	25	0	5	0	20
Tottenham	34	3	10	8,8	29,4
West Ham	31	5	7	16,1	22,5
Wimbledon	32	0	0	0	0
Totais	619	39	143	6,3	23,1

www.footballsquads.co.uk

Temporada 1998/1999

Clube	Número total de atletas	Número de estrangeiros extra-comunitários	Número total de estrangeiros	Percentagem de estrangeiros extra-comunitários	Percentagem total de estrangeiros
Arsenal	35	5	17	14,2	48,5
Aston Villa	33	1	3	3	9
Blackburn Rovers	32	3	4	9,3	12,5
Charlton	40	1	2	2,5	5
Chelsea	32	4	18	12,5	56,2
Coventry	46	3	10	6,5	21,7
Derby County	28	3	11	10,7	39,2
Everton	37	2	6	5,4	16,2
Leeds	39	1	11	2,5	28,2
Leicester	27	1	5	3,7	18,5
Liverpool	30	3	13	10	43,3
Manchester United	34	0	9	0	26,4
Middlesbrough	30	4	6	13,3	20
Newcastle	38	2	14	5,2	36,8
Nottingham Forest	34	2	9	5,8	26,4
Sheffield Wednesday	32	5	10	15,6	31,2
Southampton	33	1	7	3	21,2
Tottenham	32	3	11	9,3	34,3
West Ham	33	5	7	15,1	21,2
Wimbledon	33	0	0	0	0
Totais	678	49	173	7,2	25,5

www.footballsquads.co.uk

Comparando estas três primeiras temporadas completas após o acórdão Bosman com as duas últimas antecedentes, mais a de 1995/1996, no decurso da qual o acórdão surgiu, chegamos à conclusão que o número de atletas estrangeiros a jogarem na Premier League inglesa aumentou exponencialmente.

Convém, no entanto, esclarecer que, para efeitos de análise, chamamos estrangeiros a todos aqueles que não sejam detentores de passaporte de uma das nações que compõem o Reino Unido ou da República da Irlanda; contudo, tecnicamente, qualquer detentor de um passaporte comunitário não é considerado estrangeiro.

Esta situação levou-nos a criar uma coluna adicional, a dos atletas estrangeiros extra-comunitários, isto porque a liga inglesa, à semelhança de quase todas as outras pertencentes a países do espaço comunitário, manteve a restrição de só permitir, aos clubes, contratarem um determinado número de atletas estrangeiros sendo que, no caso inglês, esse número era de cinco. A diferença, todavia, residia no facto de que todo e qualquer atleta com passaporte comunitário passou a estar em situação de igualdade em relação aos atletas com passaporte do Reino Unido ou da República da Irlanda.

A coluna referente aos atletas extra-comunitários poderá, à primeira vista, parecer inócua pois, à partida, sabemos que nenhum clube terá um número superior a cinco atletas extra-comunitários; no entanto, tal coluna resultará útil quando compararmos a realidade das três temporadas acima analisadas com a das últimas três temporadas da liga inglesa, onde já não

vigoram quaisquer restrições em relação ao número de atletas extra-comunitários.

Pondo, por ora, a questão dos extra-comunitários de parte, propomo-nos analisar as distintas realidades verificadas na liga inglesa, pré e pós Bosman, no respeitante ao número de atletas estrangeiros, isto é, sem passaporte oriundo do Reino Unido ou da República da Irlanda.

Em 1996/1997, época subsequente à do alargamento da lei da mobilidade ao desporto Europeu, e primeira temporada futebolística completa já com esta regulamentação em vigor, verificamos que, em relação a 1995/1996 produziu-se um aumento percentual do número de atletas estrangeiros a alinharem em clubes ingleses, nomeadamente de 11,8% para 16,1%; o aumento não é substancial e, de facto, se centrarmos a nossa atenção nos clubes, verificamos que apenas seis deles (Chelsea, Derby County, Leeds, Manchester United, Middlesbrough e Tottenham) optaram por usufruir da prerrogativa de poderem contratar atletas estrangeiros em maior número do que podiam até então; nenhum dos outros inscreveu mais de cinco atletas estrangeiros.

Não se descortinava, à altura, qualquer tendência no respeitante à questão dos melhores clubes saírem favorecidos com esta nova realidade, pois as classificações finais das respectivas equipas foram variadas; assim, o Manchester United ficou em 1º, o Chelsea em 6º, o Tottenham, o Leeds e Derby em 10º, 11º e 12º respectivamente, e o Middlesbrough em 19º, havendo

descido de divisão.⁴³ Temos, portanto, neste lote restrito de equipas que tiraram proveito da entrada em vigor do acórdão Bosman o campeão, uma equipa despromovida e equipas que ficaram a meio da tabela.

Os detractores da descaracterização do futebol moderno não tinham, há onze anos atrás, razão para alarme, uma vez que o acórdão Bosman teve um impacte praticamente insignificante na Premier League, no primeiro ano da sua vigência.

Todavia, as duas temporadas seguintes mostram que os clubes acordaram, de facto, para a nova realidade que estavam a viver, e a tendência vai na direcção do aumento de estrangeiros a actuarem na Premier League.

Em 1997/1998, a percentagem de estrangeiros cifrava-se já em 23,1% – mais do dobro em relação a 1994/1995, altura em que Jean-Marc Bosman era, ainda, um perfeito desconhecido – o que se traduz num aumento de cerca de 7% apenas num defeso. Convém, ainda, lembrar que esta foi a temporada na qual a UEFA alargou o acesso à Liga dos Campeões ao vice-campeão de várias ligas, sendo que Inglaterra era, obviamente, um dos campeonatos agraciados com esta possibilidade. Sabendo, de antemão, que a partir daquele momento ficar em segundo lugar, mais do que uma questão de ser o primeiro dos últimos, significaria o acesso à “Liga Milionária” e a possibilidade de lutar de igual para igual com o clube dominante no país, à época o Manchester United, várias das outras equipas reforçaram-se, investindo muito dinheiro em vários atletas estrangeiros, com o intuito de conseguirem retorno através da qualificação para a Liga dos Campeões.

⁴³ Informação retirada em http://en.wikipedia.org/wiki/FA_Premier_League_1996-97

Se é verdade que o Manchester United manteve, de 1996/1997 para 1997/1998 o mesmo número de estrangeiros – sete, embora tenha, inclusive, diminuído percentualmente – o que pode ser facilmente explicável por motivos inerentemente desportivos – como o facto de ser o campeão e de ter uma equipa solidificada – que não levariam a uma necessidade premente de realizar grandes investimentos, já os seus grandes perseguidores, como o Newcastle – que se apurara para a Liga dos Campeões através do segundo lugar alcançado em 1996/1997 – (aumentou de 16% em 96/97 para 23,5% em 97/98), o Arsenal (aumento de 15,3% para 35,4%) ou o Liverpool (16% para 29%) investiram significativamente, conforme o demonstram as percentagens. Também outras equipas, como o Chelsea que, na altura, estava a dar os primeiros passos no trilho que o haveria de converter na potência que, hoje em dia, é, desde muito cedo decidiu investir em jogadores estrangeiros, fazendo grande uso das possibilidades concedidas pelo acórdão Bosman, contando já com um percentagem de 32,1% em 1996/1997 e de 37,5% em 1997/1998.

O aumento da percentagem de estrangeiros, de 1997/1998 para 1998/1999 não foi significativo, havendo sido de 23,1% para 25,5%. No entanto, a tendência estava já bem delineada, e apontava no sentido de haver um cada vez maior número de estrangeiros a actuarem na liga inglesa.

Três anos após a decisão de 15 de Dezembro de 1995 por parte do Tribunal Europeu de Justiça, constatamos que um quarto dos jogadores da Premier League inglesa não é oriundo do Reino Unido + República da Irlanda. Poder-se-ia argumentar, à data, e com alguma propriedade, que o facto de um quarto dos atletas inscritos em clubes do principal escalão do futebol inglês ser

de origem estrangeira não descaracterizaria, de todo, a identidade nacional. A grande maioria dos atletas eram, ainda, oriundos quer do Reino Unido, quer da República da Irlanda, e haveria ainda espaço para o surgimento de novos valores e para a manutenção de uma selecção nacional forte.

Para além disto, o argumento – completamente desportivo – de que são os estrangeiros os que trazem qualidade acrescida a um campeonato, desde que a sua contratação seja baseada no pressuposto de contratar, em qualidade, o que não existe em solo nacional, ajudou a justificar este aumento do fluxo de imigrações para Inglaterra; nos últimos anos do século XX o campeonato inglês era, quase unanimemente, considerado como a melhor liga do mundo, devido à cultura intrínseca patente na disputa da competição aliada à possibilidade de se efectuarem contratações de estrangeiros de qualidade em maior quantidade o que, obviamente, ajudaria a abrilhantar a competição e ajudou-a, de facto, a crescer e a suplantar as igualmente conceituadíssimas ligas espanhola e italiana.

No entanto, as estatísticas mostram que a tendência era para que o número de estrangeiros viesse a aumentar de ano para ano; em 1998/1999 eram já dez as equipas que tinham uma percentagem de estrangeiros, no seu plantel, superior à média de 25,5% da liga. Uma delas, inclusivamente, a do Chelsea, exibia uma percentagem superior a 50% da totalidade do seu plantel.

Para além de acentuar a tendência do aumento do fluxo de imigrações, o que esta estatística também revela é que, volvidos apenas três anos de vigência do acórdão Bosman, não são só os grandes clubes, aqueles que lutam pelos títulos, a contratarem grandes quantidades de estrangeiros; os

clubes de pequena e média dimensão também o fazem. Não conseguem, obviamente, o mesmo tipo de resultados devido ao facto de não terem a mesma liquidez disponível para investir, quando comparados com os seus rivais mais ricos. Por este prisma, o Tribunal Europeu de Justiça tem razão quando, no ponto 15 do sumário da sua decisão, refere que a existência de uma restrição ao nível da nacionalidade não afecta “a manutenção do equilíbrio desportivo entre clubes, porque nenhuma regra limita a possibilidade de os clubes ricos recrutarem os melhores jogadores nacionais”.

É um facto que o que torna Manchester United, Arsenal, Chelsea e Liverpool os melhores clubes de Inglaterra na actualidade são os recursos financeiros à sua disposição, da mesma forma que, na década de 90, antes do surgimento do acórdão Bosman, clubes como Leeds, Blackburn Rovers ou Newcastle disputavam o título de campeão por terem mais dinheiro do que aquele que, efectivamente, hoje em dia têm; poderem contratar jogadores estrangeiros sem restrições ou estarem todos restringidos a um máximo de cinco não é um factor de desequilíbrio, uma vez que quem for mais rico vai poder contratar aqueles que possuírem melhor qualidade, sejam eles oriundos apenas e só do Reino Unido + República da Irlanda ou de qualquer parte do globo.

Onde o Tribunal Europeu de Justiça se equivocou, no entanto, foi no seguinte facto: se todos os melhores jogadores, independentemente da sua nacionalidade, forem jogar para Inglaterra, Itália, Espanha e Alemanha que sucederá às restantes ligas? A resposta é simples e óbvia: ficam com menor quantidade de jogadores de qualidade.

Temporada 2006/2007

Clube	Número total de atletas	Número de estrangeiros extra-comunitários	Número total de estrangeiros	Percentagem de estrangeiros extra-comunitários	Percentagem total de estrangeiros
Arsenal	37	7	27	18,9	72,9
Aston Villa	26	0	8	0	30,7
Blackburn Rovers	31	7	12	22,5	38,7
Bolton	31	8	19	25,8	61,2
Charlton	40	5	15	12,5	37,5
Chelsea	35	4	22	11,4	62,8
Everton	26	2	11	7,6	42,3
Fulham	34	6	17	17,6	50
Liverpool	35	7	24	20	68,5
Manchester City	38	1	12	2,6	31,5
Manchester United	41	3	12	7,3	29,2
Middlesbrough	36	6	10	16,6	27,7
Newcastle	35	6	14	17,1	40
Portsmouth	26	8	12	30,7	46,1
Reading	36	7	10	19,4	27,7
Sheffield United	35	2	4	5,7	11,4
Tottenham	32	8	14	25	43,7
Watford	39	4	9	10,2	23
West Ham	34	3	6	8,8	17,6
Wigan	28	4	12	14,2	42,8
Totais	675	98	270	14,5	40

www.footballsquads.co.uk

Temporada 2007/2008

Clube	Número total de atletas	Número de estrangeiros extra-comunitários	Número total de estrangeiros	Percentagem de estrangeiros extra-comunitários	Percentagem total de estrangeiros
Arsenal	37	8	27	21,6	72,9
Aston Villa	25	1	8	4	32
Birmingham	25	5	11	20	44
Blackburn Rovers	33	7	16	21,2	48,4
Bolton	39	5	19	12,8	48,7
Chelsea	32	11	20	34,3	62,5
Derby	31	4	4	12,9	12,9
Everton	28	5	11	17,8	39,2
Fulham	37	10	21	27	56,7
Liverpool	35	7	24	20	68,5
Manchester City	38	1	12	2,6	31,5
Manchester United	41	3	12	7,3	29,2
Middlesbrough	36	6	10	16,6	27,7
Newcastle	35	6	14	17,1	40
Portsmouth	26	8	12	30,7	46,1
Reading	36	7	10	19,4	27,7
Sheffield United	35	2	4	5,7	11,4
Tottenham	32	8	14	25	43,7
Watford	39	4	9	10,2	23
West Ham	34	3	6	8,8	17,6
Wigan	28	4	12	14,2	42,8
Totais	702	115	276	16,3	39,3

www.footballsquads.co.uk

Temporada 2008/2009

Clube	Número total de atletas	Número de estrangeiros extra-comunitários	Número total de estrangeiros	Percentagem de estrangeiros extra-comunitários	Percentagem total de estrangeiros
Arsenal	44	7	28	15,9	63,6
Aston Villa	25	3	8	12	32
Blackburn Rovers	35	10	15	28,5	42,8
Bolton	24	6	13	25	54,1
Chelsea	29	7	20	24,1	68,9
Everton	31	6	13	19,3	41,9
Fulham	27	7	13	25,9	48,1
Hull	41	4	7	9,7	17
Liverpool	36	8	25	22,2	69,4
Manchester City	52	10	17	19,2	32,6
Manchester United	37	8	16	21,6	43,2
Middlesbrough	31	6	12	19,3	38,7
Newcastle	40	6	19	15	47,5
Portsmouth	31	8	17	25,8	54,8
Stoke	35	7	9	20	25,7
Sunderland	43	3	10	6,9	23,2
Tottenham	22	8	9	36,3	40,9
W.B.A.	28	1	15	3,5	53,5
West Ham	37	6	11	16,2	29,7
Wigan	24	6	13	25	54,1
Totais	672	127	290	18,8	43,1

www.footballsquads.co.uk

Passamos, de seguida, em revista a realidade das últimas três temporadas da Premier League inglesa, para chegarmos à conclusão de que a

tendência para o aumento do fluxo de imigrações se concretizou e, ao que tudo indica, continuará a aumentar.

Volvidos nove anos, no período compreendido entre 1999 e 2008, verificamos que o aumento de estrangeiros subiu de 25,5% para 43,1%, ou seja, na actualidade, pouco menos de metade dos futebolistas profissionais dos clubes integrantes da Premier League inglesa são estrangeiros.

Acresce a esta realidade o facto de que, dos 672 atletas profissionais inscritos na Liga Inglesa, 18,8% são extra-comunitários. Esta situação é possível porque em Inglaterra, tal como na grande maioria das ligas dos países comunitários, já não existem restrições em relação ao número de estrangeiros, independentemente de onde estes sejam oriundos.

Regista-se, por isso, um aumento do fluxo de imigrações de atletas oriundos, nomeadamente, da América do Sul e de África, continentes considerados, pelos especialistas, como albergues de verdadeiros “diamantes em bruto” futebolísticos. Este aumento do fluxo imigratório de atletas oriundos desses continentes explica-se pelo facto de os clubes, na actualidade, já não terem que escolher quais são os melhores; pura e simplesmente investem em atletas promissores que, na grande maioria dos casos, não são muito dispendiosos. Dessa forma, caso o atleta não tenha talento suficiente para vingar, nada fica perdido, uma vez que, tendo em conta os valores dos investimentos basta um atleta ter o nível de talento desejável para compensar as despesas de prospecção em quinze ou vinte.

Podemos falar, nos dias que correm, sem quaisquer sombras de dúvida que a Liga Inglesa só tem essa denominação por ser disputada no espaço geográfico ao qual corresponde o país Inglaterra. Dos vinte clubes que estão a disputar a corrente temporada, 2008/2009, quinze têm um número superior a 40% de estrangeiros inscritos nos seus respectivos plantéis.

Convém, acerca deste tema, referir que o número só não é maior devido ao facto de muitos destes estrangeiros – nomeadamente os extra-comunitários – haverem adquirido passaporte do Reino Unido quer através do número de anos de permanência no país, casamento ou descobrimento de antepassados remotos. Estas naturalizações eram recorrentes à época em que o limite de extra-comunitários contava, pelo que muitos dos estrangeiros oriundos das ex-colónias Inglesas acabaram por recorrer, com grande incidência, ao expediente de terem antepassados Britânicos para conseguirem a naturalização. Tal fenómeno verificava-se, igualmente, com os Sul-Americanos, pois muitos deles acabaram por se naturalizar Espanhóis, e com atletas oriundos das ex-colónias portuguesas, que acabaram por adquirir estatuto comunitário à custa da naturalização.

Apesar de tudo, a estatística demonstra números escabrosos em relação à percentagem de atletas estrangeiros por plantel. Equipas como a do Arsenal (63,6%), do Bolton (54,1%), do Chelsea, (68,9%) do Liverpool (69,4%) do Portsmouth (54,8%) do W.B.A. (53,5%) ou a do Wigan (54,1%), todas com percentagens acima dos 50%, dificilmente poderão demonstrar outro critério, para além do geográfico, para justificar o adjectivo de “inglesas”. A este lote

poderíamos incluir as equipas do Fulham, do Manchester United ou do Newcastle que, apesar de não chegarem a 50%, andam a rondar essa cifra.

Mais preocupante ainda, para os defensores de que o desporto, em geral, e o futebol, em particular, devem procurar manter uma identidade nacional, será o facto de que, no lote de equipas acima mencionadas, temos candidatos ao título, candidatos a apenas se qualificarem para provas da UEFA e clubes cuja aspiração não vai para além de evitarem a despromoção. Dito por outras palavras, os números demonstram, uma vez mais, que a compra desenfreada de atletas estrangeiros não é um exclusivo dos grandes clubes, não se restringe apenas àqueles que querem ganhar títulos e não se importam minimamente com questões como a identidade nacional ou a promoção de novos valores; a despreocupação por estes assuntos, conforme o refere os números, parece ser geral.

E os números patenteiam, uma vez mais, o que temos vindo a referir ao longo deste trabalho: se até os clubes pequenos de países como Inglaterra, que são mais ricos do que alguns clubes grandes de países como a Holanda, a Bélgica ou Portugal têm possibilidades de contratar muitos estrangeiros de qualidade em quantidade, que réstia de esperança poderão ter os clubes grandes de países mais pobres em se manterem competitivos? Nenhuma, pois o equilíbrio que existia pré-Bosman está, nesta era pós-Bosman, completamente comprometido.

No outro extremo da estatística temos o Hull, o Sunderland e o Stoke, com apenas 17%, 23,2% e 25,7% de estrangeiros respectivamente; duas destas equipas, o Hull e o Stoke, foram promovidas, em 2007/2008, do

segundo escalão do futebol inglês para o principal. O facto de não terem muitos estrangeiros, para além da escassez de dinheiro – que naturalmente, não abunda nos escalões secundários, seja qual for o país de origem – poderá ser explicado pelos motivos inerentemente desportivos aos quais já fizemos referência: são equipas que atingiram o sucesso, estão consolidadas e, como tal, pouco têm a ganhar com uma reestruturação do plantel que envolva várias contratações. O que este extremo da estatística parece, igualmente, fazer é responder a algumas das questões levantadas pelos defensores da identidade nacional, do aparecimento de jovens valores e da necessidade de existirem selecções nacionais fortes, nomeadamente as seguintes: o que acontecerá a esses mesmos jovens, às selecções e à identidade nacional? A estatística parece responder: tudo isso se manifestará nas divisões secundárias. Nas principais, a única preocupação dos clubes é a de ganhar títulos e gerar receitas.

Em 1994/1995, última temporada antes do surgimento do caso Bosman, a equipa do Tottenham, com uma percentagem de 17,2% era a que mais estrangeiros tinha na Premier League; volvidos catorze anos, em 2008/2009, a equipa do Hull, com uma percentagem de 17%, é a que menos estrangeiros tem inscritos de entre todas as que participam na Liga Inglesa.

8.DESPORTO PROFISSIONAL, NÃO – AMADOR E AMADOR

Existem, na actualidade, três tipos diferente de desporto: desporto profissional, desporto amador e desporto não-amador.

Tanto o desporto profissional como o desporto não-amador estão sob a alçada das directrizes comunitárias, ou seja, o acórdão Bosman é aplicável a ambos. Se, no caso do desporto profissional, são óbvias as razões pelas quais o acórdão Bosman se lhe aplica, razões essas já explanadas no decurso deste trabalho, já no caso do desporto não-amador não se vislumbram, sem ser efectuada qualquer tipo de análise, quaisquer motivos pelos quais estas actividades desportivas não geradoras de emprego estão sob jugo comunitário. Para esclarecer tal situação far-se-á, de seguida, a definição dos três tipos de desporto mencionados na abertura deste capítulo:

O desporto profissional distingue-se dos demais na medida em que o atleta que o pratica recebe determinada soma em dinheiro pela sua prestação, comprometendo-se a reger a sua vida em função da actividade profissional desportiva que exerce; nada o impede de ter outras actividades, lucrativas ou não, mas o exercício dessas mesmas actividades não se pode sobrepor ao exercício da sua actividade profissional, nem colidir com esta. Dito por outras palavras, um atleta profissional pode, se for essa a sua vontade, ter um segundo emprego como, por exemplo, dar aulas; mas nunca poderá utilizar, como justificação para faltar a determinado evento desportivo em que terá que

participar em virtude de ter um vínculo contratual com uma determinada instituição desportiva, o facto de ter uma aula para leccionar; o contrato profissional estabelecido com a instituição desportiva, que é a sua entidade patronal, e pelo qual o atleta é remunerado terá sempre precedência sobre qualquer outra actividade que o atleta possa ter.

A grande distinção entre desporto profissional e desporto não-amador reside precisamente neste ponto: ao contrário do desportista profissional, o desportista não-amador não tem um vínculo profissional com uma determinada instituição desportiva, pelo que, apesar de ser remunerado, a sua actividade desportiva não toma qualquer precedência sobre a sua actividade laboral, da qual o atleta faz, efectivamente, sua profissão. Retomando o exemplo anterior, um professor não poderá avançar, perante o seu empregador, como justificação para faltar a uma aula que tem que leccionar a participação em determinado evento desportivo não-profissional. Tal como no caso do atleta profissional, em que o seu vínculo contratual o obriga a prestar os seus serviços em determinado evento desportivo, também aqui o professor estaria obrigado a colocar as suas obrigações profissionais acima da sua actividade desportiva. Esta distinção é, igualmente, válida entre desporto profissional e desporto amador.

O que distingue desporto amador de desporto não-amador não é, no entanto, as obrigações profissionais a que o respectivo atleta está sujeito, oriundas de outras actividades mas, isso sim, a questão da remuneração. Embora em quantias díspares, a verdade é que, tanto no desporto profissional como no desporto não-amador existe remuneração. No desporto profissional

esta é exponencialmente maior, em virtude de este obrigar a que o atleta organize a sua própria vida em função da sua actividade desportiva, dando-lhe condições para, profissionalmente, se poder dedicar a fundo ao desporto que pratica. Por outro lado, o inverso acontece com o desporto não-amador: o atleta não faz a sua vida em função da sua actividade desportiva, logo a remuneração que auferê é substancialmente menor. No desporto amador não existe, no entanto, remuneração. Este é o critério utilizado para distinguir o atleta não-amador do amador, pois ambos têm obrigações profissionais que se sobrepõem à actividade desportiva; contudo, o primeiro recebe remuneração, ao passo que o último não.

Apresentamos, seguidamente, como caso de estudo o exemplo da arbitragem portuguesa do futebol, que é uma actividade não-amadora, pois apesar de não existir uma remuneração fixa, semanal ou mensal, referente a serviços prestados, existem compensações financeiras. Atentemos na tabela actualmente em vigor para árbitros da Associação de Futebol de Lisboa.



Associação de Futebol de Lisboa

Conselho de Arbitragem

Tabela de Comparticipação para Despesas

PARA VIGORAR COM EFEITOS DESDE 01. SETEMBRO. 2008

ÁRBITROS // ÁRBITROS ASSISTENTES // SEGUNDOS ÁRBITROS // CRONOMETRISTAS

I – FUTEBOL DE ONZE E SETE (d)		
PROVA	ÁRBITRO	ASSIST.
I Divisão – Honra	39,00	25,50
I Divisão	33,00	24,00
II Divisão	28,50	23,00
III Divisão	26,50	20,50
Outras Provas de Sêniores	39,00	25,50
Juniões – Divisão de Honra	24,00	17,50
Juniões – I Divisão	23,00	17,00
Juniões – II Divisão	19,00	14,50
Juvenis – Divisão de Honra	18,50	14,00
Juvenis – I e II Divisão	18,00	13,50
Iniciados – Divisão de Honra	18,00	13,50
Iniciados – I e II Divisão	17,50	13,50
Infantis e Escolas	14,50	13,50
Futebol Feminino	19,00	13,50

II - FUTSAL (d)		
PROVA	ÁRBITRO	2º ÁRB.
I Divisão De Honra	22,00	17,50
I Divisão	20,50	16,50
II Divisão	18,50	15,50
III Divisão	16,00	14,50
Juniões – I Divisão	15,00	14,00
Juniões – Outras Provas	14,50	13,50
Juvenis – I Divisão	14,50	13,50
Juvenis – Outras Provas	14,00	13,00
Iniciados – Todas as Provas	14,00	13,00
Feminino – I Divisão	15,50	13,00
Feminino – Outras Provas	14,50	13,00
Infantis e Escolas – Todas as Provas	13,50	13,00
Cronometrista – Seniores	15,00	
Cronometrista – Jovens	13,00	

III – TORNEIOS E ENCONTROS PARTICULARES – FUT.ONZE (Desde que nomeados pelo Conselho de Arbitragem)		
CLUBE ORGANIZADOR	ÁRBITRO	ASSIST.
I Liga	210,00	85,00
II Liga	145,00	60,00
II Divisão	100,00	45,00
III Divisão	75,00	35,00

JOVENS

É aplicada a tabela I ou II conforme o escalão, mesmo quando a intervenção deste Conselho seja por delegação do Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol.

SÊNIORES

Em conformidade com o nível do Campeonato que o Clube Organizador disputa (Distrital ou Nacional) é aplicado o seguinte:

DISTRITAIS: Em conformidade com a Categoria do Clube Organizador e a tabela I ou II.

NACIONAIS: Em conformidade com o Clube Organizador mediante a tabela III.

NOTA: Sempre que a colaboração se verifique através de convite de qualquer Clube não haverá lugar a qualquer comparticipação.

IV – ALIMENTAÇÃO, AJUDAS DE CUSTO E DESLOCAÇÕES		
Alimentação *	12,50	
Ajuda De Custo (e)	37,00	
Deslocação	Por equipa	Mínimo individual
a) b) c)	0,29 € / Km	3,25 €
<p>*A comparticipação para despesas de alimentação, será atribuída desde que a colaboração se verifique nas seguintes condições:</p> <p>1 – UMA REFEIÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> Em dois períodos do dia; Início do jogo depois das 19.00 horas, em dia de semana; A colaboração obrigue a uma deslocação superior a 80 km do Concelho da Residência (ida e volta); Dois jogos no mesmo período do dia. A acumulação das condições referidas nas alíneas anteriores, não confere o direito a mais que uma comparticipação para refeição. <p>2 – DUAS REFEIÇÕES</p> <p>Desde que a colaboração abranja três períodos do dia não sendo acumulável com qualquer das condições referidas no ponto anterior.</p>		
<p>a) O valor estipulado para cada Quilómetro será dividido pelo número de elementos que integrem a equipa de arbitragem.</p> <p>b) As distâncias percorridas são calculadas em função dos códigos postais da morada de residência do colaborador para a morada do local onde se realiza o jogo.</p> <p>c) Em caso de mais que um jogo no mesmo dia, em locais diferentes, considera-se como ponto de partida para o segundo local o código postal do local anterior.</p> <p>d) Nos jogos da Taça da A.F.L. é atribuída a compensação correspondente à Divisão do Clube mais categorizado.</p> <p>e) A AJUDA DE CUSTO será atribuída desde que o filiado colabore em jogos que se realizem em dias úteis, com início até às 19.00 horas.</p>		

NOTA:

- Sempre que se verifique a colaboração de apenas o Árbitro é atribuída a compensação de mais 50%, com excepção dos jogos da variante de Futsal e Futebol de Sete nas Categorias cuja tabela se mantém.
- Nos jogos de Juvenis, Iniciados e Infantis, da variante de Futebol de Onze, em que sejam nomeados apenas dois árbitros será o valor individual, da actuação correspondente à do Árbitro.
- Nas finais dos Campeonatos organizados pela A.F.L. é atribuída a compensação de mais 50% sobre os valores previstos nas tabelas I, II.
- Nos jogos Inter Associações e Inter Zonas da responsabilidade directa da Associação de Futebol de Lisboa são aplicadas as Tabelas I, II e IV.
- Consideram-se períodos do dia:
 - Das 00.00 horas às 12.00 horas;
 - Das 12.00 horas às 19.00 horas;
 - Das 19.00 horas às 24.00 horas.
(hora de início dos jogos)

Conforme se pode constatar, esta tabela não se refere a ordenados, mas sim a “Comparticipação para Despesas”. Independentemente disso, existe remuneração, pelo que ser árbitro de futebol, tanto em Lisboa como no resto do país, é considerado uma actividade não-amadora; como tal, cai sob legislação comunitária e, por esse facto, também os árbitros se podem mover livremente dentro dos limites dos países Estados-membros da UE, não podendo ser impedidos de exercer a sua actividade que, ainda que não-profissional, é uma actividade económica. Para além disso, no caso português, com a entrada em vigor da Lei de Bases da actividade física e do desporto, desde 2007 que é requerido aos árbitros que se inscrevam na segurança social, pois todos os praticantes e agentes desportivos estão abrangidos pelo regime geral de segurança social ⁴⁵, o que transforma, efectivamente, os árbitros em trabalhadores, pois independentemente de receberem ordenados ou compensações o facto é que os árbitros são pagos pelos serviços por si prestados gerando, indubitavelmente, actividade económica. Se geram actividade económica estão ao abrigo dos regulamentos comunitários, sejam ou não profissionais.

Para dissipar quaisquer dúvidas que ainda possam existir, reportamo-nos ao que é dito por Alexandre Mestre no seu livro *Desporto e União Europeia: Uma Parceria Conflituante?*: “O TJC, em jurisprudência assente, dissipa quaisquer dúvidas: basta que um desportista exerça a sua actividade no quadro de uma relação contratual que o ligue a uma entidade empregadora, ou preste serviços de forma independente mediante retribuição, para que lhe seja

⁴⁵ Lei de bases da actividade física e desportiva, artigo 41

reconhecida a qualidade de trabalhador, independentemente do montante dessa retribuição.”⁴⁶

Os árbitros portugueses entram nesta categoria por, precisamente, prestarem serviços de forma independente mediante retribuição.

Assim sendo, os árbitros a nível distrital, prestando serviços de forma independente mediante retribuição, caem no escopo da lei comunitária. Continuamos, contudo, a defender que a lei é desajustada à realidade, nomeadamente porque não foi elaborada especificamente para o desporto; o que sucede é que as leis reguladoras da actividade económica têm vindo a ser aplicadas sem qualquer tipo de adaptação à especificidade do desporto através somente da jurisprudência do TJC; as decisões políticas que têm vindo a interferir com a estrutura desportiva europeia são, no fundo, tomadas por inacção do Parlamento Europeu, que não elabora leis em sentido material para o desporto, deixando que a jurisprudência do TJC vá alargando o escopo de leis elaboradas para sectores da actividade económica à actividade desportiva. Deste modo, está-se a aplicar regras do desporto profissional a desportistas amadores e não-amadores.

A arbitragem é um caso pragmático mas, na realidade, todo o desporto federado está sob a alçada dos regulamentos comunitários. Utilizando uma vez mais a Associação de Futebol de Lisboa como exemplo apresentamos, abaixo, as várias tabelas de preços que as agremiações desportivas têm que desembolsar de forma a permitir a correcta inscrição dos seus atletas, nas várias competições que se propõem disputar.

⁴⁶ Acórdão do TJC, de 23 de Março de 1982, Levin c. Staatssecretaris Van Justitie, Proc. N° 53/81, CJ (1982), p.1035), citado em Mestre, Alexandre Miguel, *Desporto e União Europeia – uma parceria conflituante?* P. 53

TABELA DE PREÇOS DE INSCRIÇÃO DE JOGADORES

JOGADORES SENIORES PROFISSIONAIS

⇒ CLUBES DA II DIVISÃO NACIONAL	€ 170,00	€ 270,00 (a)
⇒ CLUBES DA III DIVISÃO NACIONAL	€ 125,00	€ 200,00 (a)
⇒ CLUBES DISTRITAIS OU REGIONAIS	€ 80,00	€ 130,00 (a)
⇒ CLUBES DE FUTSAL	€ 80,00	€ 130,00 (a)

JOGADORES SENIORES AMADORES

⇒ CLUBES DA II DIVISÃO NACIONAL	€ 95,00	€ 160,00 (a)
⇒ CLUBES DA III DIVISÃO NACIONAL	€ 70,00	€ 110,00 (a)
⇒ CLUBES DA I DIVISÃO NACIONAL DE FUTSAL	€ 60,00	€ 90,00 (a)
⇒ CLUBES DA II DIVISÃO NACIONAL DE FUTSAL	€ 47,50	€ 75,00 (a)
⇒ CLUBES DA III DIVISÃO NACIONAL DE FUTSAL	€ 37,50	€ 60,00 (a)
⇒ CLUBES DISTRITAIS OU REGIONAIS	€ 37,50	€ 60,00 (a)
⇒ CLUBES DISTRITAIS OU REGIONAIS DE FUTSAL	€ 30,00	€ 45,00 (a)

JOGADORES JUNIORES AMADORES E PROFISSIONAIS

⇒ CLUBES DE JUNIORES “A”	€ 6,00	€ 200,00 (a)
⇒ CLUBES DE JUNIORES “B”	€ 5,00	€ 160,00 (a)
⇒ CLUBES DE JUNIORES “C”	€ 4,00	€ 120,00 (a)
⇒ CLUBES DE JUNIORES “D”	€ 3,00	€ 100,00 (a)
⇒ CLUBES DE JUNIORES “E”	€ 2,00	€ 100,00 (a)
⇒ CLUBES DE JUNIORES DE FUTSAL (jogadores estrangeiros não comunitários)	€ 100,00 (a)	

FEMININOS

⇒ SENIORES PROFISSIONAIS	€ 80,00	€ 130,00 (a)
⇒ JUNIORES PROFISSIONAIS		€ 80,00 (a)
⇒ TODAS AS CATEGORIAS DE AMADORAS	ISENTO	€ 60,00 (a)

SONDAGENS A FEDERAÇÕES ESTRANGEIRAS

⇒ PARA TODOS OS ESCALÕES	€ 20,00	
--------------------------	---------	--

Independentemente de se tratarem de competições profissionais ou não-profissionais não restam dúvidas de que são actividades económicas e, mesmo no caso das competições não-profissionais, as somas envolvidas não são de menosprezar; apresentamos a tabela da Associação de Futebol de Lisboa como exemplo e, ainda que os valores possam variar de associação para associação, o facto é que todas as associações distritais deste país são associações que organizam, regem e regulamentam competições geradoras de actividade económica; poderão, porventura, ser poucos ou nenhuns, de entre atletas, dirigentes, treinadores ou árbitros os que considerem que esta seja a sua actividade profissional mas não deixa de ser, sem dúvida, uma actividade geradora de rendimentos.

Pelos motivos acima explanados conclui-se que, tal como sucede com o desporto profissional, também o desporto não-amador cai sob a égide dos regulamentos e directrizes emanadas pela UE, uma vez que ambos são geradores de actividade económica; como o tratado de Roma não refere o grau de actividade económica a que se reporta, tudo o que envolva qualquer compensação financeira por serviços prestados no âmbito da actividade desportiva é abrangido pelo rótulo de actividade económica, independentemente de se tratar de um clube profissional ou de um clube de bairro que apenas paga as refeições e as deslocações aos seus atletas; desde que haja compensação, há actividade económica.

9.ACTIVIDADE ECONÓMICA

VS

ACTIVIDADE DESPORTIVA

À luz do mencionado nos vários capítulos antecedentes a conclusão a que se pode chegar é a de que, para a União Europeia, o desporto é um assunto que pertence às associações e federações desportivas, e devem ser estas a reger e regulamentar as suas próprias actividades desportivas.

No entanto, desde que essas mesmas actividades desportivas sejam geradoras de actividade económica elas terão que, obrigatoriamente, se submeter à regulamentação comunitária existente para todas as actividades económicas.

Conforme ficou demonstrado no capítulo exactamente anterior a este, todas as actividades desportivas, sem excepção, sejam profissionais ou não-profissionais, são geradoras de actividade económica o que, por si só, não é sinónimo de lucro; um clube pertencente a uma associação distrital, que está sujeito a pagar as verbas mencionadas na tabela acima exposta para poder entrar em competição, bem como a pagar as coimas correspondentes às hipotéticas infracções que cometa, mesmo que não compense, de forma nenhuma, os seus atletas financeiramente já está a gerar actividade económica

pois terá que movimentar, obrigatoriamente, dinheiro para a entidade organizadora – no caso concreto a Associação de Futebol de Lisboa – e, caso não cobre receitas de bilheteira – que é o que, em muitos casos, sucede – ou não consiga arranjar um patrocinador terá, inevitavelmente, prejuízo no final da temporada; seja como for, independentemente de gerar lucro ou prejuízo, existe actividade económica o que eleva, automaticamente, todos os clubes pertencentes a campeonatos organizados pela Associação de Futebol de Lisboa ao estatuto de agremiações desportivas não-amadoras, em virtude de estas gerarem actividade económica.

O desporto amador é o único tipo de desporto que não está sob a alçada dos regulamentos comunitários, pois é o único que, por não compensar financeiramente quem o pratica, não exerce, paralelamente, uma actividade económica; no entanto, o facto de não exercer uma actividade económica impede-o de organizar todo e qualquer tipo de competição uma vez que, para existir competição, tem que haver uma entidade reguladora, responsável por elaborar regulamentos, gerir a arbitragem e muitos outros aspectos inerentes à competição e, para se efectuar tudo isso, é necessário existir um movimento de capitais; conforme o presente trabalho já referiu, para a UE é indiferente que as verbas envolvidas sejam monstruosas ou diminutas; desde que hajam verbas, existe actividade económica e, desde que exista actividade económica, os regulamentos comunitários aplicam-se.

Por desporto amador terá que entender-se, constritivamente, desporto que não implique competição como, por exemplo, ir ao ginásio, correr no parque ou chutar uma bola na praia. Obviamente, fazer parte de um ginásio

implica um dispêndio financeiro o que, por si só, dá indícios de existir actividade económica; contudo, o perpetrador dessa mesma actividade económica é a instituição ginásio, que cobra uma soma em dinheiro resultante do aluguer do seu espaço e das suas máquinas, da mesma forma que um clube de vídeo cobra o aluguer de um filme. Essa actividade económica não é resultante de uma actividade desportiva mas, sim, de uma actividade comercial.

Da mesma forma se poderia alegar que, caso um grupo de 44 homens se decidisse juntar, alugar um campo de futebol de 11 e formar quatro equipas para, entre si, discutirem um troféu estaríamos a falar de actividade económica, pois existiria organização, e o aluguer do campo teria que ser pago, bem como a criação do troféu e os custos com a arbitragem; a questão do campo é igual à do ginásio, ou seja, a actividade económica vem da parte de quem o cede, não de quem o arrenda; a organização, desde que não seja oficial – existência de uma associação com estatuto de utilidade pública – seria não – existente e, por conseguinte, se a organização não existe o troféu não irá premiar qualquer competição; encomendar a elaboração de tal troféu seria o mesmo que encomendar um quadro a um pintor, e estas actividades económicas não têm relação com o desporto. Em relação aos gastos com a arbitragem, uma de duas coisas poderia verificar-se: ou os árbitros abdicariam de contrapartidas financeiras o que, nesse caso, os colocaria como praticantes amadores ou, pura e simplesmente, não justificariam os seus ganhos à segurança social e, para todos os efeitos, seria como se esta competição e as suas arbitragens não se tivessem realizado.

Em todo o caso, dificilmente se poderia considerar a “competição” acima avançada, a título de exemplo, como competição real pois não haveria uma estrutura oficial que a sustentasse; seria, ao invés, acto único mas, mesmo que repetido, nunca teria repercussões para além da intenção de um grupo de pessoas em querer passar determinado período de tempo juntas, praticando desporto. Este tipo de “competição” não se enquadra na conjuntura da actividade económica, pois não é desporto profissional nem desporto não-amador; é, apenas e só, desporto amador.

E este tipo de desporto, o amador, é o único que não está sob a égide dos regulamentos comunitários; de facto, ele não está sob a égide de nenhum regulamento, nem comunitário, nem desportivo, pois, de forma a ser amador, a não gerar actividade económica, não pode ter uma associação que o regule uma vez que, desde que haja organização, terão que haver, pelo menos, despesas e, caso isso aconteça, já entramos no domínio da actividade económica. Por conseguinte, o desporto amador não cai nem sob o domínio do acórdão Bosman, nem sob o domínio de qualquer organização. Desse modo, no tal torneio entre 44 homens há pouco avançado a título de exemplo poderão participar, livremente, atletas de qualquer nacionalidade, e poderão verificar-se transferências entre as equipas a qualquer momento, inclusive no decurso de uma partida, devido à ausência de toda e qualquer regulamentação.

Por estas razões faz sentido excluir o desporto amador da alçada dos regulamentos comunitários, pois este tipo de desporto não tem, de facto, qualquer tipo de organização ou leis excluindo, obviamente, as leis cívicas de cada nação onde o referido tipo de desporto ocorra, por oposição ao desporto

não-amador que, ainda que não sendo profissional, tem regulamentação e, por ter regulamentação, tem que gerar, obrigatoriamente, algum tipo de actividade económica.

A linha que separa a actividade económica da actividade desportiva é, todavia, muito ténue e, conforme fora referenciado no capítulo *Casos Posteriores* deste trabalho, o Tribunal Europeu de Justiça tem, nos últimos anos, bastas vezes, sido chamado a intervir e a decidir questões que, inicialmente, seriam do foro desportivo mas, dadas as fortes ligações à actividade económica, os vários agentes desportivos – atletas, treinadores, etc. – têm aproveitado para, constantemente, colocar em causa a legitimidade das normas desportivas em vigor, por considerarem que estas limitam o exercício da sua actividade profissional.

10.De 1996 a 2009

Temos vindo, ao longo desta dissertação, a reivindicar que é necessário que as instâncias comunitárias criem legislação própria e adequada de forma a enquadrar convenientemente a actividade desportiva no quadro político e económico actual. Apesar de, no nosso entender, ainda restar muito por fazer, e de não termos todavia vislumbrado, por assim dizer, o final da querela, a verdade é que tanto a UE como as federações desportivas têm, ao longo destes últimos treze anos, tentado conciliar as divergências resultantes, em primeira instância, do alargamento da aplicabilidade da lei da mobilidade ao desporto comunitário e, indirectamente, ao resto do desporto europeu, entre a legislação dos corpos desportivos e a comunitária, uma vez que se tornara necessário divisar soluções que colocassem, uma vez mais, todos os intervenientes em pé de igualdade.

Propomo-nos, desta forma, elaborar uma cronologia que nos permita analisar e aferir tudo o que tem vindo a ser feito, entre a UE e os corpos organizadores do desporto, de 1996 até 2009:

- 15 de Dezembro de 1995 – O TJC pronuncia-se acerca do caso que opôs o ex-futebolista Belga Jean-Marc Bosman à UEFA e outros, decidindo a favor do queixoso. A decisão e as respectivas consequências encontram-se já explanadas no capítulo *Acórdão Bosman* da presente dissertação, pelo que nos abstermos de revisitá-las.

- 1997 - Declaração anexa ao Tratado de Amesterdão, relativa ao desporto (nº29). A “Declaração de Amesterdão” “foi a primeira manifestação, ao nível da EU, de uma vontade explícita de tomar em consideração as funções sociais do desporto, pondo fim a uma aproximação redutora do desporto europeu centrada nos aspectos económicos.”⁴⁷ Esta “Declaração de Amesterdão”, que enfatiza a “importante separação entre o amadorismo e o profissionalismo, o que sustenta o reconhecimento do desporto não apenas como um sector económico”,⁴⁸ reconhecendo por via disso que existem outras componentes, nomeadamente sociais e lúdicas, agregadas ao desporto, exemplifica o facto de que a legislação em vigor desde o surgimento do Acórdão Bosman é desadequada. A UE parece, assim, estar disposta a encontrar uma solução que tenha em consideração as especificidades do desporto.
- 11 e 12 de Dezembro de 1998 – Conselho Europeu de Viena. “O Conselho Europeu de Viena sublinha a necessidade de salvaguardar as estruturas desportivas actuais e de manter a função social do desporto no quadro comunitário.”⁴⁹ Desporto não é só actividade económica, como reconhece o próprio Conselho, convidando inclusive a Comissão a elaborar um relatório acerca da salvaguarda das actuais estruturas desportivas e da manutenção da função social do desporto no âmbito comunitário.

⁴⁷ Mestre, Alexandre Miguel, *O Desporto na Constituição Europeia. O fim do “Dilema de Hamlet”* P.33

⁴⁸ Mestre, Alexandre Miguel, *Desporto e União Europeia: Uma Parceria Conflituante?* P. 36

⁴⁹ O Direito, nº138 2006 I. P. 117

- 11 e 12 de Dezembro de 1999 – Relatório de Helsínquia. A Comissão entrega ao Conselho Europeu de Helsínquia o relatório que lhe havia sido comissionado um ano antes pelo Conselho Europeu de Viena. A UE reconhece a importância do desporto na sociedade europeia, mostrando-se disposta a encetar uma parceria entre as instituições europeias, os Estados e as organizações desportivas, de forma a encorajar a promoção do desporto na sociedade, em virtude de este ser “um dos domínios de actividade que mais tocam e aproximam os cidadãos da União Europeia, independentemente da idade e da origem social.”⁵⁰ A UE apercebe-se de que “A prática e a organização do desporto nos Estados-Membros, independentemente de algumas diferenças de país para país, revelam a existência de características comuns que permitem falar de uma abordagem europeia do desporto. Desde há alguns anos, vários fenómenos marcam essa abordagem europeia do desporto:
O aumento da popularidade do desporto em termos de prática e de espectáculo;
A internacionalização do desporto com a multiplicação das competições internacionais;
O desenvolvimento sem precedentes da dimensão económica do desporto com o aumento espectacular dos direitos audiovisuais.
Estes fenómenos trazem ao desporto e à sociedade elementos positivos. Assim, o número de empregos criados, directa ou indirectamente, pelo desporto, aumentou 60% durante os dez últimos anos para atingir quase

⁵⁰ Relatório de Helsínquia, *A função social do desporto*, p.1

2 milhões. Importa, todavia, reconhecer que estes fenómenos podem também ser fonte de tensões ou entrar mesmo em contradição com certos princípios fundamentais do desporto:

A sobrecarga dos calendários de eventos desportivos pode ser considerada uma das causas da expansão da dopagem;

A multiplicação dos eventos desportivos lucrativos, que pode vir a privilegiar a lógica comercial em detrimento da lógica desportiva e da função social do desporto;

A tentação de certos operadores desportivos e de certos grandes clubes saírem do quadro das federações para explorar melhor e em proveito exclusivo as potencialidades económicas do desporto. Esta tendência pode pôr em causa o princípio de solidariedade financeira entre o desporto profissional e o desporto amador, bem como o sistema de promoção-despromoção comum à maior parte das federações;

Os perigos que alguns jovens correm ao serem conduzidos cada vez mais cedo para o desporto de alta competição, frequentemente sem formação profissional complementar, com riscos para a sua saúde física e mental e para a sua ulterior reconversão;

A procura de lucros imediatos (efeitos da comercialização excessiva) ligada à internacionalização do desporto pode conduzir a situações de desigualdade relativamente a certos países mais pequenos ou de menor população cujos desportistas de alto nível optam pela expatriação para exercerem a sua actividade, enfraquecendo assim o nível desportivo dos referidos países.”⁵¹

⁵¹ Relatório de Helsínquia, *A função social do desporto*, p.1

A UE parece, assim, ter bem presente que, apesar de ser um negócio, o desporto é muito mais do que uma actividade económica, pois a sua dimensão social extravasa a pura e simples prossecução do lucro. Tendo tal situação como panorama de fundo, este relatório propõe que se elabore um enquadramento jurídico apropriado, uma vez que “O desenvolvimento de acções positivas em prol da manutenção da função social do desporto deve ser acompanhado de um enquadramento jurídico mais bem definido e mais estável que permita conciliar a função social e pedagógica e o aumento da dimensão económica do desporto.”⁵² Não parece faltar predisposição, por parte das instâncias comunitárias, em conciliar a “função social e pedagógica” com “o aumento da dimensão económica do desporto”, reconhecendo ainda este relatório que “A multiplicação dos procedimentos judiciais é sinal de tensões crescentes. Por exemplo, o acórdão Bosman, proferido pelo Tribunal de Justiça em Dezembro de 1995 com base no princípio da livre circulação dos trabalhadores, teve repercussões importantes na organização do desporto na Europa. Contribuiu de forma significativa para a eliminação de certos abusos e para a mobilidade dos desportistas. No entanto, teve repercussões no equilíbrio económico entre os clubes e os jogadores e criou problemas para a formação dos jovens nos clubes. Alguns clubes que haviam criado centros de formação para desportistas profissionais viram os seus melhores elementos partir sem que

⁵² Relatório de Helsínquia, *A função social do desporto*, p.2

pudessem obter uma compensação pelo investimento em formação que tinham feito.”⁵³

Este parágrafo do Relatório apresentado pela Comissão ao Conselho Europeu de Helsínquia poderia, de facto, resumir a presente tese, pois corrobora em absoluto as virtudes e os defeitos resultantes do Acórdão Bosman e que foram, por nós, exaustivamente escalpelizados nos vários capítulos deste trabalho. De facto, o Acórdão, por um lado, conferiu direitos aos atletas (“princípio da livre circulação dos trabalhadores (...). Contribuiu de forma significativa para a eliminação de certos abusos e para a mobilidade dos desportistas.”) mas, por outro, ajudou a cavar o fosso e a diminuir a competitividade entre os clubes grandes e pequenos (“teve repercussões no equilíbrio económico entre os clubes e os jogadores e criou problemas para a formação dos jovens nos clubes.”).

A Comissão propõe, desta forma, através deste relatório, conforme é acima mencionado, uma parceria entre as instituições europeias, os Estados e as organizações desportivas apresentando os seguintes princípios de base:

1. A União Europeia reconhece o papel eminente que o desporto desempenha na sociedade europeia e confere a maior importância à manutenção da sua função de integração social, de educação, de contribuição para a saúde pública e ainda à função de interesse geral exercida pelas federações;
2. A integridade e a autonomia do desporto devem ser preservadas. A aquisição de clubes desportivos por entidades comerciais (grupos de

⁵³ Relatório de Helsínquia, *A função social do desporto*, p.2

- comunicação, etc.), caso seja permitida, deve enquadrar-se claramente numa preocupação de manutenção das estruturas e da ética desportivas;
3. O sistema de promoção-despromoção constitui uma marca de identificação do desporto europeu. Este sistema proporciona mais oportunidades aos clubes pequenos ou médios e valoriza o mérito desportivo;
 4. A dopagem e o desporto são antinómicos. A luta contra a dopagem não deve admitir a mínima tolerância;
 5. O "comércio" dos jovens desportistas deve ser combatido. Qualquer jovem desportista formado por um clube para a alta competição deve receber uma formação profissional complementar à sua formação desportiva.⁵⁴

Estes cinco pontos ilustram, em certa medida, as especificidades inerentes a esta actividade económica em particular. A UE desde cedo se apercebera que o desporto não é apenas mais uma actividade económica; o grande conflito entre a UE e as instâncias desportivas, em particular a UEFA e a FIFA, parece não ser tanto em relação ao reconhecimento da especificidade do desporto como o é em relação às medidas e legislação adequadas a implementar. Neste ponto, no final de 1999, UE e FIFA estavam ainda bastante longe de encontrar uma plataforma comum de entendimento.

- 19 e 20 de Junho de 2000 - Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, relativo ao final da presidência portuguesa da União: no domínio do eixo de intervenção comunitária relativo à Europa e o Cidadão, surge em

⁵⁴ Relatório de Helsínquia, *A função social do desporto*, p.2

sede conclusiva, no ponto nº 50, a seguinte afirmação: “O Conselho Europeu solicita à Comissão e ao Conselho que, na gestão das políticas comuns, tomem em consideração as características específicas do desporto na Europa e a sua *função social*.”

A União reitera, deste modo, a existência de uma especificidade desportiva.

- Paris, 2000 – no programa de trabalho da Presidência Francesa afirma-se textualmente: “A presidência empenhar-se-á em dar um seguimento concreto ao relatório de Helsínquia sobre o desporto, com o objectivo de fazer aprovar pelo Conselho Europeu de Nice uma declaração em que se reconheçam as funções sociais e educativas do desporto.”

Continuam a ser dados passos no sentido de se reconhecer que o desporto tem especificidades, nomeadamente sociais e educativas.

- Nice 2000 – A consagração, nos textos fundamentais da União, da especificidade do desporto tem sido, desde o caso Bosman, uma constante reivindicação dos meios desportivos, nomeadamente das federações ligadas ao futebol, de forma a afastar a aplicação das regras comunitárias ao desporto, aplicação essa que, em nossa opinião, é completamente justa do ponto de vista económico mas tremendamente injusta e nociva para a competitividade desportiva, daí a necessidade de se reconhecer a especificidade desportiva que, mais do que isentar o desporto da aplicação do direito comunitário deverá, ao invés, adaptar certas provisões do direito comunitário à actividade desportiva, protegendo nomeadamente a competitividade entre clubes e federações mais e menos abastados.

O ponto 52 do capítulo consagrado à Europa dos cidadãos, no espaço da Europa da cultura, elaborado aquando da realização do Conselho Europeu de Nice, diz-nos o seguinte: “O Conselho Europeu regista a declaração adoptada pelo Conselho (cf. Anexo) sobre a especificidade do desporto.” Esta declaração é vista como sendo a resposta do Conselho Europeu ao Relatório de Helsínquia.⁵⁵

Segundo José Manuel Meirim,⁵⁶ o Anexo (IV às conclusões) constata a autonomização de 5 pontos que convidam as Instituições Comunitárias e os Estados-membros a analisar as suas políticas em função de todos eles; reproduzimos aqui quatro desses pontos, cuja análise consideramos pertinente para o propósito deste trabalho:

1. “Desporto enquanto prática amadora e desporto para todos, onde se reconhece o direito à prática desportiva a todos aqueles que desejarem praticar desporto, sendo que o desporto tem uma forte componente social, educativa e cultural, servindo como contributo importante para a realização individual de cada um e para a integração dos cidadãos portadores de deficiência.

É, igualmente, destacada a importância da autonomia das organizações desportivas e o seu *direito à auto organização através das estruturas associativas adequadas*, existindo contudo a necessidade de que operem *com base num funcionamento democrático e transparente* enfatizando-se o domínio das *regras especificamente desportivas* tendo, no entanto, sempre em atenção *o respeito das legislações nacionais e comunitárias*.

⁵⁵ Informação retirada em O Direito, nº138 2006 I, p.124

⁵⁶ O Direito, nº138 2006 I, pp.124, 125 e 126

É, ainda, referido que apesar da evolução do *mundo desportivo* são as federações desportivas as que devem continuar a ser o elemento-chave de uma *forma organizativa que garanta a coesão desportiva e a democracia participativa*.

É, no fundo, mais uma forma de dizer que a UE consente que as organizações desportivas façam tudo o que bem entenderem desde que respeitem as normas de direito comunitário vigentes.

2. *Preservação das políticas de formação dos desportistas*. As federações desportivas, *se necessário em parceria com os poderes públicos, devem tomar as medidas necessárias para a preservação da capacidade de formação dos clubes filiados e para a qualidade dessa mesma formação*, tendo que haver sempre *respeito das legislações nacionais e comunitárias*.

No entanto, esta mesma legislação comunitária tem sido responsável pela cada vez maior perda de competitividade dos clubes pobres o que, inerentemente, compromete a tomada de “medidas necessárias para a preservação da capacidade de formação dos clubes filiados” pois estes, ao verem que não terão o retorno desportivo e/ou financeiro justo decorrente da formação de um atleta apostarão cada vez menos na formação, resultando daí um detrimento da “qualidade dessa mesma formação”.

3. *Protecção aos jovens desportistas*. Regista-se uma preocupação quanto às transacções comerciais de desportistas menores de idade, incluindo os provenientes de países terceiros, sendo erigido um apelo às organizações desportivas e aos Estados-membros para *que*

investiguem essas práticas, as vigiem e, se necessário, preparem medidas adequadas.

4. *Regime das transferências.* O Conselho Europeu apoia o diálogo entre o movimento desportivo, com FIFA e UEFA à cabeça, as organizações dos desportistas profissionais, a Comunidade e os Estados-membros, sobre a evolução do regime de transferências, *tomando em consideração as necessidades específicas do desporto, na observância do direito comunitário.*”

Parece ressaltar, da leitura destes quatro pontos, que o que começou como simples imposição unilateral, através do acórdão Bosman, das leis comunitárias em matéria de concorrência e mobilidade ao desporto europeu transformara-se, volvidos cinco anos, em cooperação entre a UE e as instâncias desportivas com o intuito de uniformizar critérios e estabelecer a regulamentação mais adequada à problemática desportiva. Parecia, nesta altura, haver vontade, de parte a parte, em dialogar e encontrar uma solução satisfatória para todos os envolvidos o que, naturalmente, envolveria concessões de ambas as partes. Poder-se-ia, contudo, considerar que ocorrera uma vitória silenciosa das instâncias desportivas que, volvidos cinco anos após o alargamento da lei da mobilidade ao desporto, conseguiram demover a intransigência da UE, conseguiram fazê-la reconhecer que o desporto tem especificidades que não se encontram em mais nenhuma actividade económica, e conseguiram levar a União à mesa das negociações. Incutir na UE uma

predisposição para rever a aplicação das regras da concorrência ao desporto é, sem dúvida, por si só, uma vitória silenciosa.

- 5 de Julho de 2001 – Entrada em vigor do novo Regulamento de Transferências da FIFA, elaborado com o propósito de acomodar o Direito Comunitário às regras de transferência para o futebol. Este novo documento vem, assim, uniformizar critérios, eliminando a “ilha” que, até então, vinha existindo dentro da Europa, composta pela UE bem como por alguns países terceiros com tratados assinados com esta; este documento, para além do mais, consagra regimes excepcionais a serem aplicados apenas no espaço comunitário, de acordo com o Direito Comunitário, exemplificando esta medida um reconhecimento oficial, por parte da FIFA, de que o Direito Comunitário tem, impreterivelmente, que ser acatado. Contudo, este documento contém igualmente certas disposições contrárias ao regime geral das regras de concorrência da UE, o que não é mais do que a consagração do reconhecimento, por parte desta, de que o desporto em geral, e o futebol em particular, tem especificidades inerentes à competição desportiva que têm que ser salvaguardadas.
- Bruxelas, 1 de Março de 2002 – Iniciam-se os trabalhos da Convenção, com a Europa a construir o seu próprio texto constitucional, sendo que, pela primeira vez na história dos textos fundamentais europeus são feitas referências expressas ao desporto. Esta é mais uma demonstração do reconhecimento, por parte da UE, que o desporto tem especificidades, embora não sejam as mesmas reivindicadas pelos organismos desportivos, nomeadamente a FIFA e a UEFA. É,

igualmente, o reconhecimento de que o desporto, tendo crescido como actividade económica e de lazer, com uma forte componente social, merece ter regulamentação específica. O Regulamento de Transferências da FIFA, que havia sido aprovado no ano anterior, é o resultado prático de algumas concessões feitas de parte a parte, mas este documento não se debruça sobre aquele que tem sido, desde sempre, um dos grandes cavalos de batalha da FIFA e da UEFA: a limitação de jogadores estrangeiros nas provas nacionais e internacionais entre clubes.

Esta preocupação poder-se-ia adensar devido ao começo dos trabalhos preparatórios com vista à elaboração do texto constitucional uma vez que, a admitir-se a possibilidade do nascimento de uns “Estados Unidos da Europa”, com uma correspondente cidadania europeia, a questão da identidade nacional e da limitação de estrangeiros atletas cidadãos de países Estados-Membros deixaria, pura e simplesmente, de existir; embora esta preocupação nunca tenha sido oficialmente reconhecida por parte destas duas instâncias futebolísticas em particular é de admitir que a questão possa ter merecido alguma ponderação.

- Almería, 2002 – numa reunião informal de ministros europeus responsáveis pelo desporto, onze estados-membros manifestaram o seu apoio à inclusão, nos tratados, de um artigo dedicado ao desporto.
- Verona 2003 – XII Fórum Europeu do Desporto. A Comissária Viviane Reding, acreditando numa especificidade do desporto, refere que a actividade desportiva deve respeitar plenamente o direito comunitário sempre que se apresente enquanto actividade económica.

Este é mais um bom exemplo de como a decisão política em aplicar as normas de concorrência e de mobilidade tal e qual como foram estabelecidas para a actividade económica ao desporto, por este ter uma vertente económica que, a nosso ver, não suplanta a sua vertente social e competitiva, vem desfigurar e produzir um impacte negativo na estrutura desportiva europeia. Como temos vindo a analisar neste capítulo, a UE tem, juntamente com as organizações desportivas, vindo a realizar esforços de forma a mitigar estes impactes negativos estando nós em crer que, se não fossem as acções entretanto tomadas, o desporto estaria, por esta altura, embrenhado numa situação caótica, que teria afectado tanto a sua vertente de competição como a sua vertente económica; no entanto, as instituições desportivas, com a UEFA e a FIFA sempre à cabeça do pelotão, continuam a manifestar o seu desagrado devido ao facto de a UE nada fazer para limitar o número de atletas estrangeiros nos encontros oficiais entre clubes facto esse que, segundo essas mesmas instituições desportivas, contribui para a diluição da identidade nacional das equipas. Impotentes para fixar e impor, aos clubes, um limite máximo no respeitante à contratação de atletas estrangeiros nacionais de outros estados-membros, o foco da UEFA e da FIFA começa a centrar-se noutras soluções que, de certa forma, possam circundar a letra da lei.

- Roma, 29 de Outubro de 2004 – é assinado o Tratado que visaria implementar a Constituição Europeia. Em relação ao tema do nosso trabalho, este evento tem uma importância reduzida, pois o Tratado nunca chegou a entrar em vigor; a tê-lo feito consagraria as referências

expressas ao desporto que mencionámos aquando dos trabalhos preparatórios da Convenção.

- 1 de Julho de 2005 – entra em vigor o Novo Regulamento de Transferências da FIFA, onde são aprovadas várias alterações à edição de 2001, que lhe serve de base. De particular importância se revelaria a introdução do artigo 17º, que levaria ao aparecimento da denominada “Lei Webster”.
- Temporada 2006/2007 – A UEFA adopta (não havendo sido contrariada pela UE) a denominada *home grown players rule* que consiste, muito sucintamente, no facto de que os clubes de futebol que participem nas competições organizadas pela UEFA terem de inscrever, obrigatoriamente, pelo menos oito jogadores que, entre os 15 e os 21 anos de idade, tenham jogado pelo menos três épocas num clube do mesmo país do clube participante; destes oito, pelo menos quatro jogadores têm que ter jogado no próprio clube participante nas mesmas condições supracitadas.

O espírito desta regra prende-se com o fomentar da formação e introdução no desporto profissional de jovens jogadores. Não viola quaisquer preceitos comunitários (os quatro ou oito atletas obrigatoriamente inscritos podem ser de qualquer nacionalidade, comunitária ou extra-comunitária) e, apesar de restringir minimamente o emprego de atletas já “formados” – o número limite de inscrições totais, nas competições da UEFA, é de 25 jogadores – esta restrição prende-se com interesses de índole desportiva, pelo que cabe nas excepções do tratado. Qualquer argumento contra a regra *home grown players*

esbarraria no próprio limite de inscrições totais – os tais 25 – não sendo, em qualquer caso, efectuada uma discriminação em razão da nacionalidade.

João Almeida, numa contraposição entre esta regra e a proposta dos 6+5 que viria a surgir em 2008, afirma que “A posição firme da Comissão Europeia em considerar a regra 6+5 incompatível com o princípio de livre circulação de pessoas no espaço comunitário constitui um claro sinal de Bruxelas às autoridades desportivas que a sua acção titubeante e errática do passado, em matéria de regulação do desporto, tende a ser cada vez mais uma miragem.” Para além disso, “Numa análise detalhada sobre as regras da UEFA de jogadores formados localmente “homegrown players”, e o seu impacto na salvaguarda da formação desportiva nos clubes europeus, é perceptível o equilíbrio entre a especificidade do desporto e os pilares sociais e económicos onde se funda a União e a Comunidade Europeia. Face à proposta 6+5 de Blatter, o sistema da UEFA, ainda que eventualmente possa condicionar indirectamente a liberdade de circulação de atletas, justifica-se na proporcionalidade necessária à prossecução de um objectivo desportivo estruturante – a formação e protecção dos jovens praticantes. Já a regra 6+5 constitui um manifesto desequilíbrio em favor de uma excepção desportiva que atropela, de uma forma directamente discriminatória, liberdades fundamentais que presidem à cidadania

européia. A discriminação deixa de ser um efeito indirecto, para se tornar num objectivo directo!”⁵⁷

- 2006 – Surgimento do *Independet European Sport Review*, de José Luís Arnaut, “encomendado em 2005 pela presidência britânica da União Europeia (UE), com um forte suporte da UEFA e incidência sobre a regulação do futebol.

O estudo tinha como principal missão salientar o valor social e cultural do desporto, que caracteriza o seu modelo europeu, e dá corpo à especificidade do desporto face a outros sectores de actividade. Avançou com a necessidade de definir um quadro estável e seguro sobre a aplicação das normas comunitárias ao desporto que preservasse tais valores. O documento sublinhou a autonomia e independência das autoridades desportivas na regulação do desporto e propôs um acordo formal entre a UE e a UEFA.”⁵⁸

- 4 de Abril de 2007 – aparecimento da “Lei Webster”. Esta é a denominação comumente dada à decisão proferida pelo Tribunal Arbitral de Transferências da FIFA relativa a um caso que se poderá resumir nos seguintes moldes: Andy Webster, jogador Escocês do Hearts of Midlothian, clube do seu país, após entrar em litígio com o seu clube assinou, em 2006, pelo clube Inglês Wigan Athletic estando, na altura, ainda sob contrato com o Hearts. Uma vez que o dito contrato havia sido iniciado em 2001, tendo-se a ligação contratual estendido por um período superior a três anos, este mesmo contrato encontrava-se já

⁵⁷ <http://colectividadedesportiva.blogspot.com/search?updated-max=2008-06-23T03%3A25%3A00%2B01%3A00&max-results=10>

⁵⁸ <http://colectividadedesportiva.blogspot.com/search?updated-max=2008-01-30T02%3A06%3A00Z&max-results=10>

fora do Período Protegido⁵⁹ o que, na prática, equivale a dizer que não seriam aplicáveis sanções desportivas ao atleta por resolução unilateral do contrato; quanto à compensação destinada a ressarcir o clube, esta seria substancialmente menor tratando-se de resolução do contrato fora do Período Protegido, segundo o estipulado no artigo 17º do Regulamento de Transferências da FIFA.

Apesar de existirem várias questões de Direito que seriam interessantíssimas de analisar mas que caem fora do escopo do presente trabalho, existe pelo menos uma realidade observável (também) a partir de qualquer ponto de vista extra-jurídico: na prática, estão criadas condições para que os contratos de atletas profissionais comunitários não tenham uma duração superior a três ou a dois anos (ver definição de Período Protegido no Regulamento de Transferências da FIFA, em anexo) o que, tendo em conta a especificidade do desporto, é caótico, na medida em que nem mesmo os clubes mais ricos terão possibilidade de segurar os seus melhores jogadores sem incorrerem em aumentos salariais que, a médio/longo prazo, se poderão tornar in comportáveis, já para não falar nessa componente necessária à construção de um grupo que tem em vista alcançar títulos chamada estabilidade – que, pela forma como este processo está a evoluir, poderá, também ela, tornar-se in comportável.

- 11 de Julho de 2007 – Apresentação, por parte da Comissão Europeia, do Livro Branco sobre o desporto. Debruçámo-nos sobre este trabalho ao longo da nossa dissertação pelo que, aqui, apenas cabe dizer que o

⁵⁹ Artigo 17º do Regulamento de Transferências da FIFA

relatório sobre este Livro Branco foi aprovado a 8 de Maio de 2008 e que “vem abalar uma das principais apostas do presidente da FIFA no seu actual mandato, a regra 6+5”, abaixo mencionada. Para além disso, “No ponto 90 do relatório elaborado pelo eurodeputado grego Manolis Mavrommatis o PE :

“Insta os Estados Membros e as associações desportivas a não instituírem novas regras susceptíveis de criar discriminação com base na nacionalidade (nomeadamente a regra 6 + 5); defende o diálogo político com os EstadosMembros como meio de combater a discriminação no desporto através de recomendações, da manutenção do diálogo estruturado com as entidades envolvidas no desporto e da instauração de processos por infracção sempre que adequado”⁶⁰

- Tóquio, 5 de Novembro de 2007 – Rúben Acosta, presidente da Federação Internacional de Voleibol (FIVB), referiu que iria submeter uma proposta na qual se limitariam o número de atletas inscritos numa federação estrangeira a três, sendo que apenas dois poderiam jogar, simultaneamente, no decurso das partidas. "Estudaremos esta proposta em março, mas nosso principal objetivo é defender o direito dos jovens de jogar: temos que tentar fazer com que os jogadores locais possam entrar na quadra o quanto antes e que não fiquem bloqueados por jogadores afiliados a outras federações"⁶¹, explicou o próprio. Seria desnecessário dizê-lo, mas o facto é que semelhante iniciativa iria contra as disposições comunitárias em vigor. Segundo João Almeida, “não se

⁶⁰ <http://colectividadedesportiva.blogspot.com/search?updated-max=2008-05-29T06%3A00%3A00%2B01%3A00&max-results=10>

⁶¹

http://ultimosegundo.ig.com.br/esportes/volei/2007/11/06/fivb_quer_reduzir_numero_de_estrangeiros_por_equipe_1071022.html

trata aqui de estabelecer uma quota de atletas nacionais, ou atletas formados no clube, mas voltar ao regime antes de Bosman.”⁶² Este tem sido o sonho dos responsáveis do futebol desde o surgimento do acórdão Bosman, sonho esse que, até agora, tem estado muito longe de se realizar. Não cremos que os responsáveis pelo voleibol tenham melhor sorte.

- Lisboa, 13 de Dezembro de 2007 – nova tentativa – até ver, igualmente falhada – em unir a Europa, desta feita já não sob uma Constituição mas com o objectivo – entre outros – de criar uma União com personalidade jurídica. Quanto ao desporto, uma vez mais a sua consagração através dos textos fundamentais da União fica suspensa; em relação a este aspecto, seria pertinente citar a opinião de José Manuel Constantino acerca da especificidade do desporto mencionada nos textos que, para este autor, não é mais do que “a esperança de que aos negócios desportivos internacionais se não apliquem, no espaço europeu, as leis da concorrência e de mercado comuns às actividades comerciais.”⁶³ João Almeida opina que “A capacidade das autoridades desportivas em gerirem a agenda política do desporto europeu tem sido de louvar, ao salientarem a sua dimensão social para desviar a atenção das instituições europeias da sua vertente económica, verdadeira indústria, monopolizada pelos interesses das federações e vivendo à margem do direito comunitário, num sistema de auto-regulação sem regulação,

⁶² <http://colectividadedesportiva.blogspot.com/search?updated-max=2007-11-23T10%3A15%3A00Z&max-results=10>

⁶³ Informação retirada em <http://colectividadedesportiva.blogspot.com/search?updated-max=2007-10-30T09%3A58%3A00Z&max-results=10>

prejudicando clubes, atletas e ligas.”⁶⁴ Sendo certo que a moeda também tem esta face, e que muitos dos que reivindicam que o desporto é especial fazem-no tendo em vista interesses não muito altruístas, somos de opinião que um compromisso tem que ser feito; especificidade sim, mas abolição completa do direito comunitário em matérias desportivas não.

- 29 e 30 de Maio de 2008 – é apresentada, em Congresso da FIFA, a chamada proposta dos 6+5. Esta proposta é analisada, no presente trabalho, em sede oportuna – no Capítulo *Análise Desportiva* – pelo que nos abstermos de voltar a dissecá-la.
- 26 de Fevereiro de 2009 – A FIFA não desiste de tentar fazer com que a sua proposta dos 6+5 entre em vigor. Tendo em vista tal desiderato, apresentou, em conferência de imprensa no Parlamento Europeu “mais um trunfo da sua agenda. Desta feita, um **estudo encomendado a 5 especialistas do Instituto de Assuntos Europeus** considerou que “não existe conflito com as normas europeias”, uma vez que: *"The key aim of the 6+5 rule in the view of the experts is the creation and assurance of sporting competition. The 6+5 rule does not impinge on the core area of the right to freedom of movement. The rule is merely a rule of the game declared in the general interest of sport in order to improve the sporting balance between clubs and associations."*

João Almeida comenta, após a Comissão ter reafirmado a sua posição, que “Neste braço de ferro, que a FIFA pretende não circunscrever ao mundo do futebol, joga-se a falência do desporto europeu e se manifesta

⁶⁴ <http://colectividadedesportiva.blogspot.com/search?updated-max=2007-11-01T22%3A29%3A00Z&max-results=10>

a preocupação das autoridades desportivas internacionais em preservarem apenas o seu “negócio” num registo de “autonomia e independência” que cada vez mais se aproxima do autismo face às mudanças sociais e políticas no contexto europeu e aos novos desafios e exigências que se colocam à governança desportiva.

Repisando a ideia segundo a qual a matriz de identidade nacional é o fundamento para o equilíbrio competitivo, valorização da formação de jovens praticantes e preservação dos laços afectivos com os clubes locais e as selecções nacionais, marginaliza-se uma efectiva regulação dos problemas prementes do futebol profissional na União Europeia, que se agravam na conjuntura actual. Ao contrário de Blatter, Platini e outros líderes de organizações desportivas mais interventivos no cenário europeu, já se aperceberam destas tendências e procuram mudar o seu enfoque para problemas mais estruturantes que minam os princípios solidários do modelo europeu de desporto.”⁶⁵

Como temos vindo a defender ao longo desta dissertação, urge reformular o quadro legal sob o qual o desporto profissional comunitário se tem vindo a reger ao longo da última década e meia; sem embargo, não se pode esquecer a componente negócio que o desporto profissional acarreta sendo necessário ter sempre presente que quaisquer mudanças teriam que ser em prol do espectáculo desportivo e nunca com o intuito de favorecer os interesses particulares de quem tem por missão reger o desporto profissional.

⁶⁵ <http://colectividadedesportiva.blogspot.com/search?updated-max=2009-03-13T12%3A21%3A00Z&max-results=10>

A cronologia realizada ao longo deste capítulo demonstra, traços gerais, como política e desporto têm vindo a laborar, em conjunto, desde 1996 de forma a uniformizar critérios e a chegar a um consenso que agrade a todos – entenda-se, a um consenso que satisfaça, minimamente, as entidades desportivas dentro dos limites da lei.

Na nossa opinião, tendo em conta o quadro legal comunitário vigente, tal consenso nunca será alcançado. Satisfazer, ainda que minimamente, as pretensões das várias entidades desportivas europeias (com a FIFA e a UEFA à cabeça) requereria uma modificação do Direito comunitário. É nossa firme convicção que essa mesma modificação é necessária, e temos vindo a declarar, espaçadamente, ao longo desta tese, as razões que nos levam a adoptar esta posição. Não defendemos, contudo, uma isenção de todo o Direito comunitário que permitisse o regresso ao *status quo* pré-Bosman; com efeito, os atletas, que são trabalhadores profissionais, têm direitos, que lhes são conferidos pelos vários Tratados da União Europeia, que não lhes podem ser sonegados. Há, portanto, que encontrar um equilíbrio, sendo certo que, a nosso ver, é inaceitável que toda esta política em relação ao desporto tenha sido despoletada por um acórdão de um Tribunal, ou melhor: a ter sido despoletada por um Tribunal, como foi o caso, deveria ter sido objecto, de imediato, de intervenção legislativa. Compete ao Parlamento Europeu divisar política sobre os mais variados assuntos, incluindo-se aqui o desporto, e não seguir cegamente um acórdão de um Tribunal sem fazer quaisquer ajustamentos.

Temos, contudo, que ser objectivos na nossa análise: apesar de ter sido exactamente isto que, num primeiro momento, ocorreu, a UE começou,

lentamente, a entrar em diálogo com os visados, as instâncias desportivas. Conforme a cronologia elaborada neste capítulo o demonstra, têm sido dados passos, têm sido feitas concessões de parte a parte mas, no entanto, parece-nos que ainda se está longe de atingir uma solução.

E a solução só será encontrada quando o Parlamento Europeu criar legislação de base concernente a esta matéria.

11.CONCLUSÃO

O tema sobre o qual este trabalho se debruça é complexo e, acima de tudo, abrangente, motivo pelo qual os problemas que foram sendo identificados ao longo desta dissertação não se afiguram de resolução fácil ou pacífica.

Este tema é, de facto, transversal a vários sectores da sociedade. Em primeiro lugar, estamos a falar de desporto, que é uma actividade que, indubitavelmente, mexe com todos os habitantes deste planeta, seja por muito dele gostarem ou, pelo contrário, odiarem; seja por lhe darem muita importância ou, ao invés, não lhe darem importância nenhuma. Para o mais fanático adepto, a conquista de determinado troféu pode, pela sua importância, ser equiparado à descoberta do Cálice Sagrado. Para o comum cidadão, adepto de desporto, poderá servir como escape das frustrações proporcionadas pelo simples facto de se estar vivo uma vez que, já que lhe é interdito insultar os seus superiores, a nível profissional, e não seria, igualmente, de bom-tom fazê-lo perante familiares ou amigos, o árbitro, os jogadores, os treinadores e os dirigentes acabam por ter um papel fundamental na descarga de certas emoções que se vão acumulando.

Inclusive para o cidadão que não é adepto de desporto este acaba por ter a sua utilidade, pois a sua existência permite que o cidadão o culpe do mau funcionamento dos hospitais, das insuficiências da educação ou de nada mais servir para além de alegrar o “povo”, inibindo-o de constatar outras realidades

da sociedade contemporânea que, quiçá, são mais importantes e, por via disso, mereceriam mais destaque e atenção do que o desporto profissional.

Por todas estas razões, é seguro afirmar que o desporto desempenha um papel essencial na vida de todos nós, pois mexe com as nossas emoções, umas positivas, outras negativas, umas revelando o que de melhor o ser humano tem para oferecer mas, igualmente, e em bastas ocasiões, o pior.

Alexandre Miguel Mestre diz que “a vertente do “desporto para todos” está inequivocamente a incrementar-se. Mas infelizmente é acompanhada de um exacerbamento da vertente económica do desporto, premissa que em 1957 não existia e que, nessa medida, explica a ausência de uma referência expressa ao desporto no TCE.”⁶⁶

Nesta medida, esta opinião corrobora a nossa de que o acórdão Bosman, que mais não faz do que transportar a lei da mobilidade e aplicá-la ao desporto, tem sido prejudicial ao mesmo; é urgente tomar medidas e elaborar leis ou directivas que sejam adequadas ao fenómeno desportivo, para que este não fique quer num estado de não direito ou de excepção mas, ao mesmo tempo, não seja prejudicado pela aplicação de regulamentos que não foram delineados tendo em consideração a sua natureza e especificidades.

Desporto é, por isso, sinónimo de emoção. E é uma emoção que extravasa todas as outras emoções existentes, pois é a única actividade, no mundo, que permite, passe a expressão, a transformação de “besta a bestial” e vice-versa numa questão de minutos ou segundos. Todas as outras emoções

⁶⁶ Mestre, Alexandre Miguel, *Desporto e União Europeia: Uma parceria conflituante?* P. 16

que os seres humanos vão sentindo ao longo da vida, como o casamento, o nascimento dos filhos, a morte de amigos e familiares, promoções/despromoções no emprego, a conclusão de uma licenciatura e muitas outras que, por escassez de espaço, não poderão ser incluídas, que são as emoções que realmente importam e que produzem um impacto na vida de uma pessoa são, no entanto, esperadas, pois são obtidas quer através do trabalho metódico e sistemático – ou da falta dele – de planeamento familiar – e, mesmo quando tal não acontece, o nascimento de um filho não é, claramente, uma emoção que se produza apenas e só no momento que ocorre, pois há uma preparação mental decorrente dos meses de gravidez – e, inclusive na face da tragédia, não se poderá dizer que a sua ocorrência seja de todo inesperada, pois a cessação da vida é uma inevitabilidade decorrente da mesma.

O desporto, por outro lado, não funciona assim. Todos reconheceremos, por ventura, que a sua importância e o seu impacto é inconsequente para a vida dos seus adeptos, pelo que se poderá classificar estas emoções como supérfluas ou, dito por outras palavras, são as emoções que não importam. Apesar de tudo, a realidade é que estas emoções, ainda que nada importem, são vividas muito mais intensamente do que as outras, por uma única razão: têm um elevado grau de espontaneidade. Conseguir uma promoção, no emprego, é causa para grande alegria, mas dificilmente poderá constituir uma surpresa, quer para o próprio, quer para os que o rodeiam. Um golo, obtido no último minuto do último jogo do campeonato e que, por via disso, dá o título à equipa que o marca, cujas condições de obtenção podem não espelhar o rendimento da equipa – no desporto, em geral, e no futebol, em particular, tal é

possível e frequente – é algo que, pela sua espontaneidade, e pela descarga de adrenalina que proporciona aos adeptos que sofrem, e muito, durante os encontros, lhes transmite um conjunto de emoções que não têm paralelo com qualquer outro tipo de emoção, ainda que estas possam não ter qualquer importância para a vida de um indivíduo.

O desporto, independentemente de ser profissional ou de ser uma actividade económica, existe apenas e só para servir os seus adeptos. A estes, pouco lhes interessa os meandros económico/jurídicos decorrentes da alta competição, desde que a sua equipa ganhe e, de preferência, tenha bons atletas que proporcionem bons espectáculos. Esta é a realidade na qual a UE resolveu interferir, em 1995, após o surgimento do acórdão Bosman: uma realidade, muitas vezes, esquecida pelas instâncias políticas, que têm diligentemente vindo a interferir na actividade mais popular, não só da(s) sociedade(s) europeia(s) mas, inclusive, de todas as sociedades a nível mundial.

Popular é, aqui, um conceito chave. Não é aqui utilizado com a conotação de “ignorante” ou de “simples” que, ao longo do tempo, a palavra tem vindo a adquirir. Se tal fosse feito, seria uma fuga em relação à veracidade dos factos, uma vez que, se há actividade, em qualquer sociedade contemporânea à escala mundial, que possa ser igualmente apreciada quer pelo mais inculto dos camponeses, quer pelo mais erudito dos professores catedráticos, passando por todos aqueles que se encontrem algures no meio, essa mesma actividade é a desportiva.

O desporto é a única actividade que pode ser entendida, ainda que com percepções diferentes, por todas as gerações e por todos os escalões etários. Ainda que seja uma actividade estereotipadamente considerada de interesse maioritário para os praticantes e espectadores do sexo masculino a realidade é que, nos dias que correm, essa distinção em género não faz sentido, uma vez que é frequente ver-se famílias inteiras a deslocarem-se a recintos desportivos, e existe um cada vez maior interesse por parte de praticantes e espectadoras do sexo feminino na actividade desportiva.

Ser de determinado clube e apreciar determinada modalidade é, porventura, a única coisa que um varredor de ruas e um médico poderão ter em comum.

Em suma, não há nenhuma outra actividade que seja tão aglutinadora como esta proporcionada pelos clubes pelos quais muitos de nós, desde a mais tenra idade e até ao fim da nossa vida, nos apaixonamos. E ainda que o desporto não consiga ter uma taxa de fidelização de cem por cento – e, neste caso em particular, não se distingue das demais áreas do foro do lazer existentes nas várias sociedades contemporâneas – consegue, pelo menos, indubitavelmente, fazer com que todos nós, apreciadores ou não de determinada modalidade, reconheçamos a sua existência e, ocasionalmente, falemos sobre ela, seja para enaltecermos as suas virtudes ou expormos os seus defeitos pois, conforme mencionado neste trabalho anteriormente, o desporto proporciona todo o tipo de alegrias: as inerentes às vitórias do clube de cada um ou, no caso dos não apreciadores, a oportunidade de poder culpar

o desporto pelos mais variados problemas existentes na sociedade na qual habitamos.

A entrada em jogo do acórdão Bosman, para utilizar uma expressão desportiva, veio alterar, em muito, o panorama do desporto profissional praticado dentro dos limites da UE, cujas repercussões no futebol são mais visíveis devido à visibilidade que esta modalidade encerra em si mesma. Todas estas situações, nomeadamente o desaparecimento do equilíbrio entre os clubes oriundos de diferentes nações, potências económicas ou não, foram já devidamente escalpelizadas no decurso do presente trabalho, pelo que seria repetitivo e desnecessário repeti-lo novamente; o único aspecto que, no entanto, o acórdão Bosman não alterou foi a emoção com que os adeptos, por todo o mundo, continuam a seguir os seus clubes e as suas modalidades desportivas favoritas. Para os adeptos, a existência desta e/ou de outras leis ou acórdãos é-lhes indiferente, uma vez que aquilo no qual eles estão interessados é, fundamentalmente, ganhar e, se possível, observar bons espectáculos desportivos, enfatizando sempre o interesse em vencer.

Objectivamente, o alargamento da lei da mobilidade ao desporto, a nível comunitário, é uma realidade jurídica que, quanto muito, peca por tardia. Desde há muito, e não apenas desde a década de 90, que o desporto profissional gera receitas astronómicas e é garantia de emprego assalariado para atletas, dirigentes, treinadores e demais agentes desportivos. Querer envolver o desporto em geral, e o futebol em particular, conforme é pretensão da FIFA e da UEFA, numa redoma de vidro, alegando que este é “especial”, excluindo-o

das demais obrigações às quais todas as outras actividades económicas estão sujeitas é, do ponto de vista político e jurídico, inexecutável.

De facto, “O desporto não pode ser, pois, uma espécie de zona franca, qual *no man’s land* para o ordenamento jurídico, onde as regras fundamentais da Comunidade não logram aplicar-se.”⁶⁷

É nocivo, do ponto de vista desportivo, que as regras gerais da UE sejam aplicadas à estrutura desportiva europeia.

A moral da história é, portanto, esta: o acórdão Bosman não só veio influenciar a estrutura desportiva europeia comunitária, o regulamento de transferências da FIFA e vários regulamentos da UEFA como também produz impactes em todos os países terceiros que celebrem acordos com a UE, nomeadamente acordos que celebrem a livre circulação de trabalhadores nacionais oriundos dos países que são partes integrantes desses acordos. Uma vez mais se confirma que o desporto comunitário e não comunitário, quer europeu quer extra – europeu é influenciado e moldado por uma decisão de um tribunal, e por uma decisão política proveniente da inércia da UE em não elaborar leis ou directivas pensadas de raiz para o desporto.

Contudo, do ponto de vista desportivo, faria todo o sentido excluir o desporto de todas estas regras. Conforme é demonstrado no capítulo intitulado *Mobilidade*, a única coisa que distingue uma equipa da Liga Inglesa de outra da Liga Italiana é a localização geográfica do seu estádio. Em ambos os casos,

⁶⁷ *O Caso Bosman e as cláusulas de nacionalidade: breves considerações em torno de um protocolo*, em Revista Jurídica da Universidade Moderna, ano 1, nº1, Porto, 1998, p.365, por João Leal Amado, citado na pág. 22 de Mestre, Alexandre Miguel, *Desporto e União Europeia – uma parceria conflituante?*

bem como nas Ligas Espanhola, Alemã ou Portuguesa é frequente as respectivas equipas entrarem em campo com zero, um ou dois jogadores nascidos no país ao qual o clube pertence. O termo “globalização”, muito em voga nos dias de hoje, é perfeito para descrever a situação na qual o desporto comunitário, em geral, e o futebol, em particular, se encontram, graças ao surgimento do acórdão Bosman, impulsionado pelo crescimento, se não em termos desportivos, pelo menos em termos financeiros da Liga dos Campeões, conforme fora explicado, igualmente, no capítulo *Mobilidade*.

Será, à luz do acima referido, seguro referir que os campeonatos nacionais não são, pelo menos do ponto de vista dos clubes no respeitante aos aspectos financeiros da questão, mais do que fases de qualificação para a competição que realmente lhes interessa, a “Liga Milionária”, cujo acesso é imprescindível para manter e equilibrar as folhas de salários altamente inflacionadas, inflação essa resultante da possibilidade de se poder contratar todos os atletas que bem se entenda, independentemente de onde estes sejam oriundos.

Ganhar o campeonato é, do ponto de vista desportivo, prestigiante. Mas fundamental é, na realidade, alcançar a qualificação para a Liga dos Campeões e, uma vez conseguida, tentar avançar nesta competição o mais longe possível, uma vez que vitórias e progressões de fase se traduzem em dinheiro.

Aos adeptos, resta-lhes continuar a festejar as vitórias do seu clube e a carpir as mágoas quando são derrotados. Com ou sem acórdão Bosman, a paixão continua intensa e acesa. A estes não lhes interessam estas problemáticas, e tão-pouco querem saber porque motivo o seu clube ganha ou

perde. E, obviamente, a conclusão a que este trabalho chega – e, esperamos nós, seja tão evidente para quem o ler como o é para nós próprios – passar-lhes-á, naturalmente, ao lado, mas não deixa de ser importante para todos aqueles que têm em consideração estas problemáticas e observam o desporto com uma atenção redobrada que irá, por ventura, além daquela dispendida pelo comum adepto: o surgimento do acórdão Bosman era inevitável, sendo que não há retorno possível, pois o futebol e qualquer outro desporto são actividades económicas. Mas veio destruir uma coisa que todos aqueles que vivem o desporto por dentro compreendem muito bem e que, do ponto de vista desportivo, está muito acima de vitórias, bons espectáculos, receitas de bilheteira e de televisão, e é algo do qual deixou de se falar algures no meio da década de 90 – período no qual, por coincidência, surgiu o caso Bosman – e que não poderá voltar a ser reconstruída, pois a sua existência está dependente de uma identidade nacional forte, só pode ser incutida a jovens formados num clube ou que para ele vão logo nos primeiros anos de sénior, e está interligada com o conceito de amor à camisola; no entanto, nos dias que correm, e por muito profissionais que sejam os jogadores, amor à camisola já não existe, pois eles jogam por dinheiro, que é o que lhes permite sustentarem-se e às suas famílias. Do ponto de vista dos atletas, o acórdão Bosman foi a melhor coisa que poderia acontecer ao desporto comunitário, pois abriu-lhes a porta a um vasto conjunto de direitos que estes, de facto, possuem, e que lhes são legítimos. Mas roubou, ao desporto, um conceito que não mais voltará, e que servia de elo de ligação entre clube, adeptos, jogadores e dirigentes, tornando a entidade clube numa grande família: mística.

Bibliografia

'A European Treaty Provision for Sport?' Editorial (2007) *SLAP* Vol.14 Nº 5

ASBL Union Royale Belge des Sociétés de Football Association e outros v Jean-Marc Bosman [1996] 1 CMLR 645 (caso C-415/93)

Bailey, D, (1999) 'Bosman 2', *SLAP* March.*

Bailey, D, (2006) 'The Independent Sports Review – A Watershed for European Sport?', Parte I, *SLAP* Vol. 13, Nº 3, Junho

Bailey, D, (2007) 'The White Paper on Sport – The Case for Change' *SLAP* Vol. 14 Nº 4: 7-9

Bailey, D, (2006) 'Collective Bargaining and the European Model of Sport', *SLAP* Vol.13 Nº2: 4-7

Bailey, D, (2006) 'The Independent Sports Review' (2 partes), *SLAP*, Vol 13, Nº.s 3-4

Bailey, D, (2006) 'Securing Legal Stability and Maintaining the Independence of Sport', *SLAP* Vol. 13, Nº 6: 4

Bailey, D, (2007) 'Taking the Governance of Sport out of Court', *SLAP* Vol. 14, Nº 3: 5-6

Beale, N e Duhs, G, (2007) 'Meca-Medina & Majcen: Perspectives on How to Apply the EC Treaty to the Rules of Sporting Bodies', *International Sports Law Review* 2/07: 19-23

Belgian FA v Bosman [1996] All ER [EC] 97

Bennet, M (2001) 'A Brave New World for Football', *SLAP* 8/3

Bennet, M "They Think It's All Over... It is Now!" How "Extra-Time" was Required to Finally Settle Football's Transfer Saga' *SLJ* (2001) Vol.9 No.3: 180-185

Blanpain, R e Inston, R, (1996) 'The Bosman Case', Sweet & Maxwell

Blainpain, R, and Inston, R, 'The Bosman Case: The End of the Transfer System?', 1996, London : Sweet and Maxwell

Boyes, S (2005) 'The Bosman/Kolpak Effect: Has Sport Got it Wrong?', *SLJ* Vol. 13 Nº 2: 33

Caigner, A e Gardiner, S, (Eds.) (2000) 'Professional Sport in the EU: Regulation and Re-regulation', TMC Asser Press: The Hague

Campbell, A and Sloane, P, (1997) 'The Implications of the Bosman Case for Professional Football', *Scottish Law and Practice Quarterly* Vol. 1

Coe, C, (2000) 'Is the Football Transfer Fee System Coming to an End?', *SLAP* 7(4) Julho

Crolley, L, Levermore, R, e Pearson, G (2002) 'For Business or Pleasure? A Discussion of the Impact of European Union Law on the Economic and Socio-Cultural Aspects of Football' *European Sports Management Quarterly* Vol.2 Nº4: 276

Dimitrakopoulos, Dionyssis G. – (2006) – Government and Opposition. Blackwell Publishers Ltd.:6

Deliège [2000] ECR I -2549 C-51/96 e C-191/97

Dona v Mantero [1976] 2 CMLR 578, ECR [1976]

EU Law Update, (2001) *SLJ*, 9:1 p.54 e 9:2 p.60

FIFA Circular 769 – Status and Transfer of Players - *SLJ* (2001) Vol.9 Nº.3: 185-198

Hornby, Nick (1992) *Fever Pitch*. Victor Gollancz.

Infantino, G – (2006) - *Meca-Medina: a step backwards for the European Sports Model and the Specificity of Sport*

Jyri Lehtonen e Castors Canada Dry Namur-Braine ASBL contra Fédération royale belge des sociétés de basket-ball ASBL (FRBSB) [2000], C-176/96

Lei de bases da actividade física e desportiva, artigo 41

Mash, N, (2005) 'Is there an EU "Sporting Exemption"?' *SLJ*, Vol. 12 Nº 2: 25

McCutcheon, P (2002), 'Free Movement in European Sport' *European Sports Management Quarterly* Vol.2 Nº4: 308

Mestre, Alexandre Miguel, *Desporto e União Europeia – uma parceria conflituante?* Coimbra, Almedina, 2002.

Mestre, Alexandre Miguel, *O Desporto na Constituição Europeia. O fim do "Dilema de Hamlet"*, Coimbra, Almedina, 2004.

Morris, P, Morrow, S and Spink, P, (1996) 'E.C. Law and Professional Football: Bosman and its Implications', *Modern Law Review* November: 893

O Direito, nº138 2006 I artigo de José Manuel Meirim, *Bosman esteve presente na convenção?*

Parrish, R, (2003) 'Sports Law and Policy in the European Union', Manchester University Press

Patel, P, (2000) 'Armageddon: The End of the Football Transfer System?', *SLAP* 7(5) Outubro

The Reform of FIFA Rules Governing International Transfers (2001), *SLJ* 9:1

Tratado de Roma, artigos 2, 3, 7, 48, 49, 50, 51, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 85 e 86.

Union Nationale des Entraîneurs et Cadres Techniques Professionnels de Football v Heylens [1989] 1 CMLR 901

Walrave and Koch v Union Cycliste Internationale [1975] 1 CMLR 320, ECR [1974] 1405

Weatherill, S, (2000) 'Resisting the Pressures of "Americanization": The Influence of European Community Law on the "European Sport Model"', em Greenfield, S e Osborn, G (Eds.) *Law and Sport in Contemporary Society*, Frank Cass: London

Weatherill, S, (2003) "'Fair Play Please!' Recent Developments in the Application of E.C. Law to Sport', *Common Market Law Review*, Nº 40: 51-73

Welch, R, (2006) 'Player Mobility, the FIFA Transfer Rules and Freedom of Movement', *ISLR* Nº 4/06: 83

<http://colectividadedesportiva.blogspot.com/>

<http://en.wikipedia.org/wiki/Inamoto>

<http://europa.eu/scadplus/leg/en/lvb/l35002.htm>

<http://www.fifa.com/aboutfifa/federation/president/news/newsid=762500.html>

<http://www.liv.ac.uk/footballindustry/bosman.html>

<http://www.premierleague.com/page/1994/95Season>

<http://www.uefa.com/competitions/ucl/format/index.html>

www.footballsquads.co.uk

www.nieuwsbank.nl/en/2002/08/09/K015.htm

http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_European_Cup_and_UEFA_Champions_League_winners